1. Introdução

"A criatividade nasce da angústia, como o dia nasce da noite escura. É na crise que nascem as invenções, os descobrimentos e as grandes estratégias. Quem supera a crise, supera a si mesmo sem ficar "superado".

Albert Einstein

Sendo escassos os recursos da Autarquia e condicionadas as receitas pela grave situação económico-financeira do país, obrigamo-nos a que os bons princípios de optimização de utilização dos recursos e de combate ao desperdício, sejam assumidos sem hesitação. Também a ideia de que podemos construir os planos de actividades suportados na previsão da despesa tem que ser contrariada, visto não ser viável sustentar a cultura de exigência para além dos recursos disponíveis, sob pena de estarmos a condicionar o futuro.

Temos pela frente uma tarefa de anos, a de vencer a crise profunda, reduzir o desemprego e a pobreza e transitar para uma economia de baixas emissões de carbono. Assim, todos nos obrigamos a compreender as dificuldades e a gerir recursos públicos com elevada responsabilidade, não podendo gastar para além das disponibilidades, encarando prioridades e fazendo opções num processo de equilíbrio entre o que for considerado como essencial para as populações e que concilie qualidade e dignidade com a situação socioeconómica.

O orçamento do Município assegura em termos previsionais, os recursos necessários para cobrir encargos fixos e variáveis, o equilíbrio global e o equilíbrio orçamental corrente. Esta última regra, decidida no tempo em que os municípios tinham praticamente tudo por fazer, desde as infra-estruturas aos equipamentos, tempo em que as necessidades de investimento eram prioritárias, está actualmente desajustada, face aos investimentos realizados e aos novos desafios de gestão.

O orçamento, com um valor estimado de receita de 37,6 milhões de euros, comparativamente ao ano de 2010, representa uma diminuição de 6,97%. O aumento de 2,79% na despesa corrente reflecte a orientação de encurtamento de prazos nos pagamentos, não significando que no município não se cumpram com responsabilidade as obrigações contratuais, mas sim a adopção da orientação de que os prestadores de serviços carecem quase de imediato de receitas. Quanto ao investimento, prevê-se uma redução de 18,86%.

O tempo presente é de elevada incerteza, face aos efeitos da crise internacional, às medidas de austeridade impostas pelo Governo para equilíbrio de contas públicas, ao baixo crescimento da economia e à pressão dos mercados financeiros, o que nos obriga a uma redução da despesa em termos previsionais e efectivos, a uma forte selectividade nos investimentos,

exercício que se prolongará para lá de 2011, visto os problemas no país serem de âmbito estrutural e as medidas conjunturais tenderem a persistir.

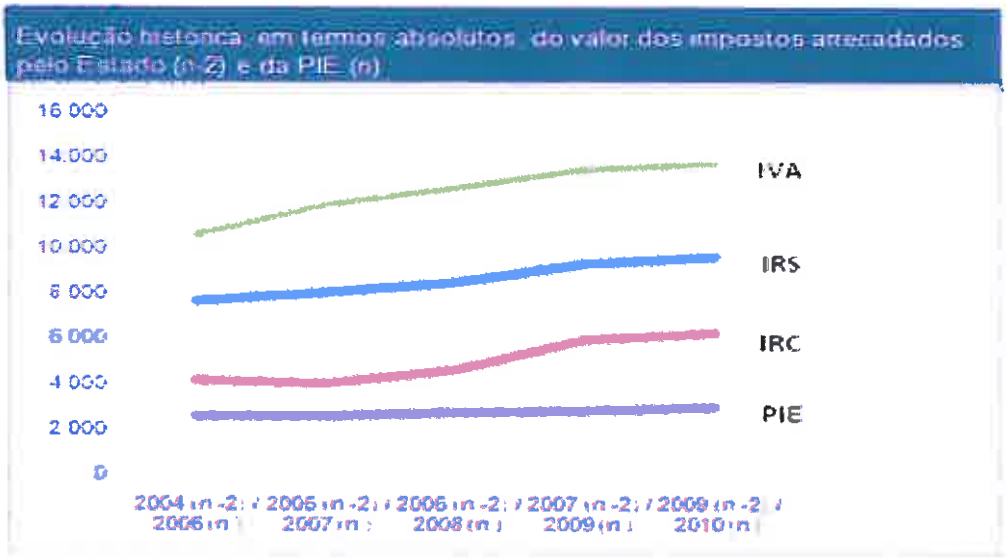
Os Municípios no âmbito das suas competências e responsabilidades têm assumido ao longo dos anos um papel importante, enquanto dinamizadores de despesas de investimento público estratégico (sendo neste Quadro Comunitário, a principal alavanca do QREN) e promotores de coesão económica, social e territorial, contribuindo de forma inequívoca para o desenvolvimento sustentado das regiões onde estão inseridos e por conseguinte do próprio País. É também inquestionável que as Autarquias Locais têm desempenhado um papel fundamental para a melhoria das condições de vida dos cidadãos, pelo desempenho positivo da sua missão, centrada na prossecução do interesse próprio das populações.

Estamos cientes das dificuldades que o país atravessa, e que é responsabilidade de todos, unir esforços para retomar o caminho do progresso e da convergência com os parceiros europeus, processo no qual os municípios terão papel activo.
Com facilidade alguns apontam as autarquias como principais responsáveis pela dívida do Estado, pelo despesismo, pela irresponsabilidade, o que não sendo verdade, pode com relativa facilidade desviar atenções para ocultar a verdadeira dimensão do excesso de despesa da Administração Central e do Sector Público Empresarial, assim como da qualidade da mesma.

Esta situação pode ser melhor compreendida se analisado o contributo das autarquias para o endividamento público que é de 0,66% dos 9,4% do défice público, tendo a Administração Central responsabilidades 14 vezes superior na formação do défice público. Também se comparada a dívida global dos 308 município, com algumas empresas públicas, constata-se que a REFER sozinha tem maior dívida, dados que sendo tão evidentes nos permitem contrariar os adversários do poder local e exigir que se actue com cortes de despesa nos níveis de administração com elevada responsabilidade na grave situação que penaliza os portugueses.

O país estaria bem menos desenvolvido, a qualidade de vida e bem-estar dos cidadãos seria muito menor, não fosse o trabalho das autarquias (municípios e freguesias), que sendo responsáveis por 10% das receitas do Estado, são responsáveis por cerca de metade do investimento público, o que dá boa nota da aplicação útil dos escassos recursos de que dispõe.
A redução dos fundos municipais a que os municípios têm legalmente direito, em termos de participação nos impostos do Estado (PIE), tem vindo a decrescer desde 2006, conforme se pode verificar no gráfico 1, situação que conjugada com as responsabilidades crescentes na resolução dos problemas dos cidadãos, de que o Estado Central está mais afastado, coloca as autarquias em situação de maiores dificuldades.

GRÁFICO 1: Evolução histórica, em termos absolutos, dos impostos arrecadados pelo Estado e da PIE



Fonte: Associação Nacional de Municípios Portugueses

Se associarmos o aumento de responsabilidade que directa ou indirectamente têm sido assumidas pelos municípios, conjugadas com o decréscimo de receitas próprias, em resultado da situação económica, e com reduções nas transferências impostas, no âmbito da PLOE/2011, que conduz a uma redução de cerca de 127 milhões de euros, em relação aos valores que estão a ser transferidos desde Julho de 2010, e de 227 milhões, feita a comparação com o OE/2010, então podemos compreender as limitações financeiras impostas e compreender a obrigatoriedade da redução de despesa, num exercício continuado que obrigará todos a avaliação muito detalhada da despesa seja corrente ou de capital.

Quanto ao endividamento municipal previsto para o ano de 2011, prevemos novo decréscimo, seja na divida de curto prazo, seja de médio longo prazo. A divida global reportada a 30 de Setembro de 2010 é de 14,2 milhões de euros, contra 15,2 milhões de euros em 2009, o que dá conta da evolução positiva e representa em teremos absolutos uma divida 25% inferior à de há treze anos atrás, apesar do ciclo único de investimento concretizado.

Os limites de endividamento, quanto à divida de médio longo prazo é de 43,10%, e o limite de endividamento liquido é de 21,41%, valores que ajudam a perceber a gestão equilibrada que tem sido realizada, num contexto de grande investimento, bem evidente no crescimento do Activo Fixo Bruto do Município, com valor superior a 200 milhões de euros contra 66 milhões de euros em 2002. Durante o ano de 2010, o activo fixo bruto cresce 7 milhões e será ainda integrado a activo recebido da extinta empresa Polis Bragança no valor de 24,2 milhões de euros.

Relativamente aos recursos humanos, estando o município dotado de uma estrutura estável e equilibrada para concretização da sua missão, não prevemos alterações significativas, ainda que se preveja a alteração da organização dos serviços municipais, seguindo a nova orientação jurídica de organização dos serviços das autarquias locais, oportunidade para definir de forma mais adequada as necessidades de espaço, nesta fase em que se projecta a reorganização física dos edifícios onde funcionam os serviços municipais, apostando na modernização administrativa dos serviços, envolvendo alteração das condições de atendimento dos cidadãos e do seu relacionamento com os serviços, que inclui a criação de um balcão único de atendimento, a gestão documental e os serviços on-line.

O orçamento contempla as alterações de posição remuneratória dos trabalhadores, não se prevendo alteração de remuneração por opção gestionária, o mesmo não ocorrendo para prémios de desempenho, considerando a situação de exigência de contenção na despesa pública e a situação de elevado desemprego no país, em especial nas camadas jovens da população.

Quanto ao Mapa de Pessoal, prevêem-se os recursos mínimos ao funcionamento do município, aos quais serão asseguradas as necessárias condições de trabalho e de formação inicial e ou contínua, de forma a garantir competências técnicas e pessoais para o adequado desempenho profissional.

Relativamente ao Plano Plurianual de Investimentos, desagregado pelas funções gerais, sociais e económicas, dá seguimento às opções de política municipal aprovada pelos eleitores, e agora fortemente condicionada pela conjuntura económica e financeira vivida pelo país, o que nos obriga a reajustamentos de investimentos e definição de novas prioridades, conforme os recursos económicos, em especial os fundos comunitários possíveis através do QREN.

Dos programas de investimento, destaca-se ao nível da administração geral, o inicio de investimento na grande reestruturação dos edifícios que se prolongará para até 2013; a reestruturação do material de transporte, e equipamento de apoio ás freguesias.

Ao nível das funções sociais destaque para a educação, onde se inclui o ensino pré-escolar, o ensino básico, onde a escola a tempo inteiro trouxe para o município mais responsabilidades e mais custos, nível de ensino onde tem estado a ser feito um investimento de elevado valor e qualidade que pretendemos continuar; habitação e serviços colectivos que representando 16% do investimento, permitirá intervir ao nível da habitação social, na recuperação de edifícios degradados, na aquisição de terrenos e elaboração de projectos, na urbanização, melhorando as vias urbanas e as ruas de dois bairros da cidade e outras construções que vão conferir mais qualidade urbana e atractividade à cidade; ao nível do saneamento básico, oitenta e duas

aldeias estão já servidas, sendo indispensável continuar de acordo com os recursos até que todas estejam servidas; relativamente ao abastecimento de água, manter-se-ão os elevados padrões de qualidade e de serviço e aguardamos que o novo estudo de impacto ambiental em fase de avaliação seja decidido favoravelmente à construção de Veiguinhas, o que nos possibilitará resolver um importante problema estrutural; há ainda na área do ambiente novos investimentos a realizar, seja na construção e manutenção de espaços verdes, seja na limpeza urbana e no tratamento de RSU, área em que está a ser feito um elevado investimento; serviços culturais, recreativos e religiosos, prevê-se investir na construção da escola de dança e num espaço de memória da presença Sefardita nas Terras de Bragança, investimentos que vão completar um conjunto de infra-estruturas culturais ímpares de que o município dispõe.

Ao nível das funções económicas, pensamos promover evoluções na gestão e exploração do matadouro e a integração da gestão e património do mercado municipal na estrutura do município, a elaboração do projecto e contratação das obras de ampliação da zona industrial das cantarias; a instalação da mini-hidrica do Fervença e promover investimentos de melhoria da iluminação pública e de eficiência energética; no âmbito dos transportes e comunicações pretendemos repavimentar as EM 521 de S. Pedro a Alfaião e a EM 537 de Santa Comba de Rossas a Rebordainhos; ao nível do turismo, pretende-se instalar uma loja de turismo no centro da cidade.

Com as Juntas de Freguesia daremos seguimento a uma cooperação que marca um ciclo intenso de investimento nas freguesias, apoiando-as técnica e financeiramente, numa postura exigente ao nível da utilização dos recursos, estando previstas transferências ligeiramente superiores às do ano de 2010, apesar da redução global do orçamento do município.
Nos últimos 13 anos, as Freguesias foram muito beneficiadas ao nível das infra-estruturas rodoviárias, de saneamento básico, de requalificação do espaço público, de pavimentação de arruamentos, de construção de equipamentos (sedes de freguesia e centros de convívio), de recuperação de património, de ampliação e arranjo de cemitérios, no arranjo de caminhos e trabalhos diversos.

As Juntas de Freguesia puderam, com o apoio constante da Câmara Municipal, exercer um papel activo na resolução de problemas, dando um contributo enorme neste ciclo de investimento que assegurou melhores condições de vida e bem-estar às populações. A população reconheceu e valorizou o trabalho feito, sabendo que tinha sido proporcionado um importante salto qualitativo nas nossas comunidades e por isso a coesão concelhia saiu reforçada e o papel dos autarcas valorizado. O poder municipal tem dado provas de boa utilização dos recursos, que sendo escassos, agora mais do que nas últimas décadas, nos obriga a uma gestão ainda mais criteriosa.

No Plano de Actividades Municipal estão verbas a transferir para as Juntas de Freguesia, Associações e IPSS, sendo uma parte significativa destinada a investimentos, em detrimento da despesa corrente que temos estado a diminuir de forma continuada.

Prevemos apoiar o investimento promovido por entidades associativas participadas pelo município como seja a Brigantia Ecopark, para a promoção do Parque de Ciência e Tecnologia, a Resíduos do Nordeste EIM, para a construção da Unidade de Tratamento Mecânico Biológico, o apoio à construção de centros de convívio e equipamentos sociais, promovidos pelas Juntas de Freguesia e IPSS, o apoio para pequenos trabalhos de reabilitação de habitações de famílias carenciadas, apoiar pequenos trabalhos das freguesias, de requalificação do espaço urbano.

Estão ainda incluídos apoios ao nível da despesa corrente ajudando o movimento associativo nas actividades culturais, desportivas, as Associações de Bombeiros Voluntários, a realização de feiras e outras actividades de interesse municipal.

2. Orçamento

"O prazer no trabalho aperfeiçoa a obra".

Aristóteles

Sabendo que os recursos que as Autarquias têm ao seu dispor são escassos, a exigência de optimização dos mesmos torna-se uma necessidade cada vez mais premente. O Orçamento municipal revela-se assim um instrumento de gestão fundamental, onde se pretendem converter as intenções que figuram nos planos plurianual de investimentos e de actividades municipais em realizações, através da afectação dos meios financeiros necessários. Este objectivo de transformação de intenções em acções tem uma função inicial de previsão, consistindo na inscrição orçamental de todas as receitas e despesas que o município espera obter ou despender durante o ano a que se reporta o orçamento.

Compete à Câmara Municipal, de acordo com o disposto na alínea c) do n.º 2 do artigo 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, elaborar este importante documento previsional e apresentá-lo à Assembleia Municipal, para efeitos da alínea b) do n.º 2 do artigo 53.º do referido diploma legal.

Este documento de gestão financeira anual proveniente, precisamente, do planeamento operacional, deve garantir o cumprimento de todos os princípios e regras legalmente exigidos. A sua regulamentação consta no Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 162/99, de 22 de Fevereiro, pelo Decreto-Lei n.º 315/2000, de 2 de Dezembro e pelo Decreto-Lei n.º 84-A/2002, de 5 de Abril, mais especificamente no seu ponto 3.3. que contém as regras a observar na respectiva elaboração, nomeadamente, a que especifica que "... *as importâncias relativas aos impostos, taxas e tarifas a inscrever no orçamento não podem ser superiores a metade das cobranças efectuadas nos últimos 24 meses que precedam o mês da sua elaboração, excepto no que respeita a receitas novas ou a actualizações de impostos....*".

Assim sendo, a metodologia adoptada para elaboração do Orçamento de Receita 2011 foi baseada na média aritmética dos últimos 24 meses, arredondada à centena seguinte, sendo o último mês de referência considerado o de Setembro de 2010.

O Orçamento Municipal é condicionado por alguns factores - que convêm mencionar - pois estão subjacentes à sua elaboração: a incompressibilidade das despesas (encargos fixos), a exigência do duplo equilíbrio financeiro (regra do equilíbrio do orçamento global e regra do equilíbrio orçamental corrente), a situação interna e os condicionalismos externos ao

desempenho da economia e a política Europeia de apoios estruturais às regiões de convergência.

2.1. Apresentação Global do Orçamento 2011

A previsão das receitas e despesas, para o próximo ano, é apresentada no quadro 1, onde se encontram discriminados os valores pelos dois grandes agrupamentos de classificação económica, isto é, Correntes e de Capital.

QUADRO 1: Resumo do Orçamento Previsto para o ano de 2011

	Classificação Orçamental		*Total*
Descrição	*Correntes*	*Capital*	
Receitas	23.023.500,00	14.554.700,00	37.578.200,00
Despesas	22.906.800,00	14.671.400,00	37.578.200,00
Saldo	***116.700,00***	***-116.700,00***	

Valores: euros

De acordo com o disposto na alínea e) do ponto 3.1.1 do POCAL, o princípio do Equilíbrio Orçamental determina, em sede de elaboração do orçamento, que o mesmo preveja os recursos necessários para cobrir todas as despesas, devendo as receitas correntes ser pelo menos iguais às despesas correntes.

Pela observação do quadro supra apresentado, conclui-se que este preceito se manteve presente, totalizando as Receitas correntes o montante de 23.023.500,00 euros face ao valor de 22.906.800,00 euros de Despesas correntes. Neste contexto, foi possível obter uma *poupança corrente* no valor de 116.700,00 euros, proveniente do excesso das Receitas correntes sobre as Despesas da mesma natureza, financiando - no mesmo valor - as Despesas de capital.

A leitura sintetizada do quadro 2 permite-nos concluir que, o orçamento de 2011 apresenta - comparativamente ao de 2010 - uma diminuição de 6,91%, ou seja, de 2.790.800,00 euros em valor absoluto. No orçamento de receita, tal facto tem maior expressividade na previsão das receitas de capital, com uma diminuição de 2.761.400,00 euros, ou seja, 15,98%. Igualmente, apresentam as receitas correntes, comparativamente ao ano de 2010, uma redução de 0,29%. Relativamente ao orçamento de despesa, com uma diminuição em valor absoluto de igual valor, prevê-se um acréscimo de 2,78% nas despesas correntes sendo que, as despesas de capital – em concordância com a tendência de decréscimo das receitas de capital – diminuem face ao previsto no ano de 2010 em 3.409.400,00 euros.

Seguidamente irá proceder-se pormenorizadamente à análise do Orçamento Municipal.

QUADRO 2: Mapa Comparativo dos Orçamentos previstos: 2010 vs. 2011

ORÇAMENTO DE RECEITA

Descritivo	2010	2011	Var. %
Receitas Correntes			
Impostos Directos	4.462.500	4.452.200	*-0,23%*
Impostos Indirectos	207.900	321.700	*54,74%*
Taxas, Multas e Outras Penalidades	1.017.800	1.023.000	*0,51%*
Rendimentos de Propriedade	1.939.500	1.713.400	*-11,66%*
Transferências Correntes	10.712.100	10.207.100	*-4,71%*
Venda de Bens e Serviços Correntes	4.705.000	5.267.200	*11,95%*
Outras Receitas Correntes	45.100	38.900	*-13,75%*
Total (Receitas Correntes)	**23.089.900**	**23.023.500**	*-0,29%*
Receitas Capital			
Venda de Bens de Investimento	4.345.000	1.333.100	*-69,32%*
Transferências de Capital	12.929.500	12.369.600	*-4,33%*
Activos Financeiros	0	0	
Passivos Financeiros	100	675.100	*675000,00%*
Outras Receitas de Capital	4.400	139.800	*3077,27%*
Total (Receitas Capital)	**17.279.000**	**14.517.600**	*-15,98%*
Outras Receitas			
Reposições não abatidas aos pagamentos	100	37.100	*37000,00%*
Total (Outras Receitas)	**100**	**37.100**	*37000,00%*
TOTAL	**40.369.000**	**37.578.200**	**-6,91%**

Valores: euros

ORÇAMENTO DE DESPESA

Descritivo	2010	2011	Var.%
Despesas Correntes			
Despesas com o pessoal	7.721.500	6.932.500	*-10,22%*
Aquisição de bens e serviços	13.294.600	14.338.800	*7,85%*
Juros e outros encargos	197.100	256.200	*29,98%*
Transferências correntes	844.600	1.019.500	*20,71%*
Outras despesas correntes	230.400	359.800	*56,16%*
Total (Despesas Correntes)	**22.288.200**	**22.906.800**	*2,78%*
Despesas Capital			
Aquisição de bens de capital	13.484.500	10.645.500	*-21,05%*
Transferências de capital	2.783.600	2.595.800	*-6,75%*
Activos financeiros	280.000	330.000	*17,86%*
Passivos financeiros	1.532.700	1.100.100	*-28,22%*
Total (Despesas Capital)	**18.080.800**	**14.671.400**	*-18,86%*
TOTAL	**40.369.000**	**37.578.200**	**-6,91%**

2.1.1. Orçamento da Receita

A classificação económica das receitas traduz-se na desagregação das mesmas, ou seja, em receitas correntes e de capital.

As receitas correntes - aquelas que se repercutem no património não duradouro da autarquia - são provenientes de rendimentos no período orçamental e agrupadas em: Impostos directos e indirectos; Taxas, multas e outras penalidades; Rendimentos de propriedade; Transferências correntes; Venda de bens e serviços correntes e Outras receitas correntes.

No que concerne às receitas de capital, ou seja, aquelas que são arrecadadas pela autarquia e que alteram o seu património duradouro, agrupam-se por capítulos com as seguintes designações: Venda de bens de investimento, Transferências de capital, Activos financeiros, Passivos financeiros e Outras receitas de capital.

O Orçamento de receita foi elaborado dando cumprimento às regras previsionais instituídas no ponto 3.3.3 do POCAL. Os valores orçamentados foram sempre arredondados para a centena imediatamente superior. Assim sendo, a previsão para o ano de 2011 em termos de receita ascende a 37.578.200,00 euros e apresentando a seguinte estrutura:

GRÁFICO 2: Composição do Orçamento de Receita

Receitas de Capital Estrutura	
Venda Bens Investimento	9,18%
Transferências Capital	85,21%
Passivod Financeiros	4,65%
Outras Receitas Capital	0,96%

Receitas Correntes Estrutura	
Impostos Directos	19,34%
Impostos Indirectos	1,40%
Taxas, Mult.penalidades	4,44%
Rendimentos propriedade	7,44%
Transferências correntes	44,33%
Venda bens e Serviços	22,88%
Outras Receitas	0,17%

QUADRO 3: Principais fontes de Financiamento do Orçamento de Receita

Descritivo	*valor*	*Principal fonte financiamento*	*valor*	*%*	
Receitas Correntes					
Impostos Directos	**4.452.200**	Imp.Municip. sobre Imóveis	2.927.100	65,7%	
		Imp.Unico de Circulação	517.300	11,6%	
		Imp.Municip.S/Tran.Onerosas Imóveis	999.600	22,5%	
		Impostos Abolidos	8.100	0,2%	100,0%
Impostos Indirectos	**321.700**	Loteamentos e Obras	302.800	94,1%	94,1%
Taxas, Multas e Outras Penalidades	**1.023.000**	Mercados e Feiras	43.500	4,3%	
		Loteamentos e Obras	192.300	18,8%	
		Saneamento - Conservação	677.100	66,2%	89,2%
Rendimentos de Propriedade	**1.713.400**	Rendas - Outros	1675.900	97,8%	97,8%
Transferências Correntes	**10.207.100**	Administração Central	9.951.000	97,5%	97,5%
Venda de Bens e Serviços Correntes	**5.267.200**	Venda de bens - Água	1779.500	33,8%	
		Venda de bens - Electricidade	789.400	15,0%	
		Serviços Sociais, Recreat/Cult/Desporto	187.800	3,6%	
		Serv. Esp.Autarquias - Resíduos sólidos	1141.700	21,7%	
		Serv. Esp.Autarquias - Transp. Colectivos	143.000	2,7%	
		Serv. Esp.Autarquias - Parq. Estacionamento	365.200	6,9%	
		Rendas	633.000	12,0%	95,7%
Outras Receitas Correntes	**38.900**	Outras	45.100	115,9%	115,9%
Total (Receitas Correntes)	**23.023.500**		**22.379.400**		**97,2%**
Receitas de Capital					
Venda de Bens de Investimento	**1.333.100**	Terrenos	1324.100	99,3%	99,3%
Transferências de Capital	**12.369.600**	Administ. Central - Estado	4.986.500	40,3%	
		Estado - Part/comunitária proj.co-financiados	6.997.800	56,6%	96,9%
Passivos Financeiros	**675.100**	Empréstimos de médio e longo prazos	675.100	100,0%	100,0%
Outras Receitas de Capital	**139.800**				
Outras Receitas	**37.100**				
Total (Receitas Capital)	**14.554.700**		**13.983.500**		**96,1%**
TOTAL	***37.578.200***		***36.362.900***		***96,8%***

Valores: euros

A leitura do gráfico 3, complementada pelos quadros anteriores, evidencia a peso de cada tipo de receita no orçamento global, a sua desagregação e as principais fontes de financiamento. Ao analisar os agrupamentos que contribuem mais significativamente para o orçamento de receita e os desvios verificados, comparativamente ao ano anterior, são de salientar as seguintes considerações:

As Receitas Correntes representam 61,27% do Orçamento Municipal:

▲ Dos *Impostos directos,* que representam 19,34% do orçamento corrente, 88,20% são provenientes do Imposto Municipal sobre Imóveis e Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis, com 65,7% e 22,5%, respectivamente;

▲ Os *Impostos indirectos*, resultantes do sector produtivo, representam 1,40% do orçamento corrente, registando um acréscimo de 54,74% face ao valor estimado para o ano 2010. A receita proveniente de Loteamentos e Obras representa 94,10% destes impostos;

▲ Os *Rendimentos de Propriedade* apresentam relativamente a 2010, um decréscimo de 11,66%. Estes rendimentos resultam em 97,80% da renda de concessão de utilização da rede eléctrica em baixa tensão paga pela EDP;

▲ As *Transferências Correntes* representam 44,33% das receitas correntes e registam um decréscimo de 4,71% face ao valor orçamentado para 2010. A sua proveniência é em 97,5o% da Administração Central, maioritariamente do Fundo de Equilíbrio Financeiro, Fundo Social Municipal e Participação Fixa no IRS. Será ainda de referir que 631.400 euros são provenientes principalmente dos apoios financeiros da DREN, IEFP e DGAL, no que diz respeito às comparticipações nas despesas suportadas com os auxiliares da acção educativa, actividades extra-curriculares, estágios profissionais e transportes escolares. O valor orçamentado para a participação corrente em projectos co-financiados atinge o montante de 37.400,00 euros.

▲ A venda de *Bens e Serviços Correntes* contribuem em 22,88% para o orçamento corrente das receitas. Apresentam um acréscimo de 11,95% face ao valor orçamentado em 2010. A venda de bens e serviços relacionados com a água e os resíduos sólidos são as receitas mais significativas, ou seja, com um peso de 33,80% e 21,70% respectivamente. As receitas provenientes das rendas contribuem em 12% para a formação das mesmas, estando incluídas as provenientes da habitação, edifícios e outras.

Ao nível das *Receitas de Capital* representam 38,63% do Orçamento Municipal:

▲ A rubrica *Venda de Bens de Investimentos*, *nomeadamente* Terrenos - com um peso no orçamento de receitas de capital de 9,18% e no valor de 1.333.100 euros - regista um decréscimo de 69,32% face ao valor estimado para o ano 2010. Foi considerada uma previsão de receita para 2011 de 48,00% do valor total dos imóveis.

QUADRO 4: Listagem de Imóveis a alienar

Designação	Valor (€)
Descrição dos terrenos	
Loteamento de S. Tiago	423.600,00
Zona Industrial de Mós	811.432,05
Zona Industrial das Cantarias - complemento de Lotes contiguos	378.306,78
Loteamento de Vale de Espinho - Rua Dr. Manuel Teixeira	170.000,00
Loteamento da Zona do Campelo	968.000,00
Total	**2.751.338,83**

▲ A rubrica *Transferências de Capital* contribuem com 85,21% para o orçamento de receitas de capital, apresenta uma redução de 4,33% face ao valor estimado para o ano de 2010. Este agregado de receitas é proveniente em 96,90% de transferências da Administração Central, ou seja, 11.984.300,00 euros - sendo que 56,60% são provenientes da comparticipação comunitária em projectos co-financiados e 40,30% provenientes do Fundo de Equilíbrio Financeiro.

QUADRO 5: Evolução da Previsão das Receitas Totais por Fontes de Financiamento - dotações iniciais -

Fontes de Financiamento	2010 Valor	2010 Estrutura (%)	2011 Valor	2011 Estrutura (%)	Variação em %
F.E.F. / F.S.M. / P.V.IRS	14.841.800	36,77%	14.244.300	37,91%	*-4,03%*
Apoios Comunitários e Outros	8.799.800	21,80%	8.332.400	22,17%	*-5,31%*
Empréstimos	100	0,00%	675.100	1,80%	*0,00%*
Receitas Próprias	16.727.300	41,44%	14.326.400	38,12%	*-14,35%*
Total	40.369.000	100,0%	37.578.200	100,0%	-6,91%

Valores: euros

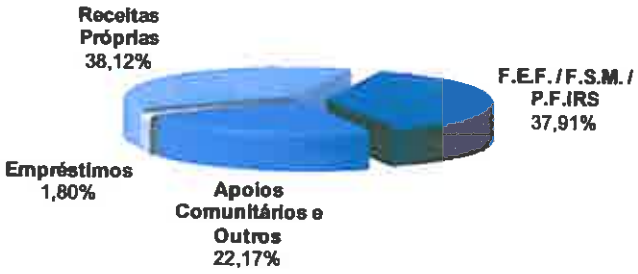
Complementando a análise anterior com a previsão global da estrutura das fontes de financiamento (correntes e de capital), do orçamento para 2011, salientamos alguns aspectos:

✦ As transferências provenientes directamente do Orçamento de Estado através dos fundos: Fundo de Equilíbrio Financeiro (F.E.F.), Fundo Social Municipal (F.S.M.) e Participação Variável no IRS (P.V.IRS), representam 37,91% dos recursos financeiros da Autarquia;

✦ As receitas provenientes de apoios comunitários e outros reflectem uma redução de 5,31%, relativamente ao valor orçamentado em 2010;

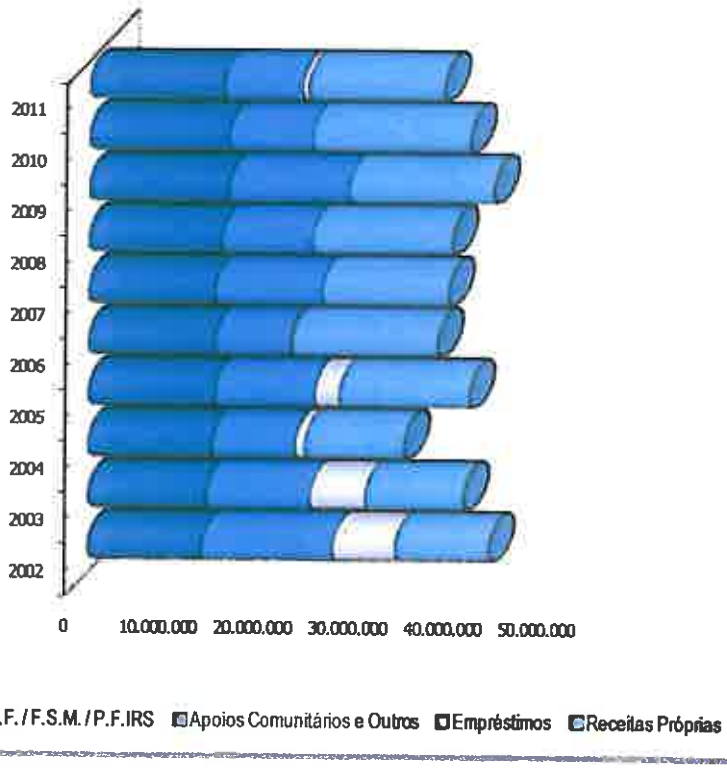
✦ As receitas próprias diminuíram em 2011, no valor de 2.400.900,00 euros, e financiam em 38,12% o Orçamento de Receita.

GRÁFICO 3: Estrutura do Orçamento de Receita por fontes de financiamento



Apresenta-se, seguidamente, a evolução das receitas totais previstas por fontes de financiamento num período mais alargado (2002-2011).

GRÁFICO 4: Evolução das Receitas Totais – dotações iniciais por fontes de financiamento



QUADRO 6: Previsão de receitas provenientes de fundos comunitários e outros contratos para 2011

(euros)

Designação dos Projectos	Origem do Financiamento	Valor
Sede da Fundação Hispano Portuguesa Rei Afonso Henriques	FEDER	160.000
Circuito de Manutenção de Santa Apolónia	FEDER	529.242
	FEDER	512.589
Parque Desportivo de Santa Apolónia	FEDER	224.000
Parque Verde da Coxa	FEDER	80.000
Mãe D'Água do Loreto	FEDER	94.626
Igreja dos Formarigos	FEDER	87.530
Escola de Dança	FEDER	68.000
Domus Universitária	FEDER	80.000
Forno Comunitario	FEDER	144.000
Casa da Cidade	FEDER	40.000
Casa da Seda	FEDER	153.600
Criação da Ciclovia da Mãe D'Água	FEDER	504.000
Criação da Praça da Nova Mãe D'Água	FEDER	252.000
Centro de Saude de Santa Maria - Bragança II	FEDER	65.698
Modernização Administrativa - S.A.M.A.	FEDER	73.876
Eco polis – Reconversão Urbanistica do Forte São João de Deus - Construção Sustentavel	FEDER	240.000
Centros de apoio à visitação dos Parques da Região Norte - Porta Peq. M. Douro - ICNB	FEDER	342.720
Zona Industrial de Mós - Fase II	FEDER	8.000
Zona Industrial das Cantarias - Fase II	FEDER	240.000
Inovar para a Eficiencia	FEDER	124.327
TIC	FEDER	459.673
Ciclo Urbano da Agua	FEDER	320.000
Sinalização da Rede Viária Municipal	FEDER	96.449
Pavimentação dos Bairros da Campo Redondo, Misericordia,...	FEDER	602.808
Conservação da Rede Viaria Municipal: Estrada Coelhoso - Sabor, Sortes - Lanção, Rossas - Rebordainhos. Pinela - Rossas	FEDER	428.000
DISTRANS	FEDER	102.000
Loja de Turismo	FEDER	244.000
Patrimonio Ferroviario	FEDER	240.240
Redução da Factura Energética na Rede de Iluminação Pública	FEDER	405.081
	TOTAL	6.922.441

2.1.2. Orçamento da Despesa

A realização de despesas tem como princípio fundamental, e no âmbito das competências legalmente conferidas às autarquias, a afectação de recursos ao desenvolvimento de actividades para a satisfação das necessidades da população local. Neste enquadramento e seguindo a mesma orientação aplicada às receitas, nomeadamente, na aplicação dos princípios e regras instituídos no POCAL, o orçamento da despesa é projectado evidenciando a relação existente entre a capacidade de financiamento que esta autarquia dispõe e as dotações afectas a cada uma das funções, objectivos ou finalidades comuns às mesmas actividades (classificação funcional) ou a cada operação económica (classificação económica).

As despesas, quanto à sua natureza económica, são classificadas em correntes e de capital. São despesas correntes as que afectam somente o património não duradouro, implicando uma diminuição do activo líquido. A exemplo disso identificam-se as despesas de funcionamento dos serviços, que se traduzem na obtenção de serviços ou bens de consumo corrente. As despesas de capital são todas aquelas que alteram o património duradouro da Autarquia.

A análise do comportamento do orçamento de despesa, cujo valor previsto ascende 37.578.200,00 euros, deve ser efectuada numa óptica de comparação com a estimada no ano precedente. Assim, as despesas correntes atingem o valor 22.906.800,00 euros, ou seja, registam um acréscimo de 2,78%. As despesas de capital com o valor de 14.671.400,00 euros, evidenciam uma redução, de 18,86%, relativamente ao ano de 2010.

Convém referir que relativamente à despesas com pessoal, os critérios de orçamentação deste tipo de despesas sofreram alterações com a entrada em vigor e produção de efeitos da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, que estabelece os regimes de vinculação, de carreiras e de remunerações dos trabalhadores que exercem funções públicas. Com efeito, estabelece este diploma no número 1 do seu artigo 7.º quais os encargos afectos às despesas com pessoal que devem ser suportados pelas verbas orçamentais dos órgãos ou serviços, e citamos:

a) Com as remunerações dos trabalhadores que se devam manter em exercício de funções no órgão ou serviço;

b) Com o recrutamento de trabalhadores necessários à ocupação de postos de trabalho previstos, e não ocupados, nos mapas de pessoal aprovados e, ou, com alterações do posicionamento remuneratório na categoria dos trabalhadores que se mantenham em exercício de funções;

c) Com a atribuição de prémios de desempenho dos trabalhadores do órgão ou serviço.

Ao analisar cada um dos agrupamentos que constituem o orçamento da despesa ressaltam as seguintes apreciações:

As *Despesas Correntes* representam 60,96% do Orçamento e destacam-se as seguintes informações:

- As *Despesas com o pessoal registam* uma diminuição de 10,22% (i.e. -789.000 euros), face ao valor inicialmente estimado para o ano 2010. Tendo por base as dotações corrigidas e reportadas a 30 de Setembro de 2010, que atingem o valor de 7.341.600,00, esta variação situa-se na ordem dos 5,57%;

- A rubrica *Aquisição de bens e serviços* regista um incremento de 7,85%. Desagregada, a aquisição de bens apresenta uma redução de 10,60% e a aquisição de serviços uma

redução de 11,20%. Tendo por base a comparação das dotações corrigidas com reporte a 30.09.2010, a rubrica de aquisição de bens e serviços reflecte um aumento de 2,76%;

✦ Em consequência dos aumentos verificados das taxas de juro praticadas nos mercados financeiros, a rubrica *Juros e outros encargos* ascende a 256.200 euros, traduzindo um aumento de 59.100 euros face ao valor previsto no ano anterior;

✦ A rubrica *Transferências correntes* ascende a 1.019.500 euros, traduzindo um aumento de 174.900 euros face ao valor previsto no ano de 2010;

✦ As *Outras despesas correntes* ascendem a 359.800 euros, traduzindo um aumento de 129.400 euros face ao valor previsto no ano de 2010;

Ao nível das *Despesas de Capital* que representam 39,04% do orçamento e relativamente ao previsto em 2010:

✦ A rubrica referente à *Aquisição de bens de capital regista* uma diminuição de 21,05% (i.e. –2.839.000 euros). Esta tipologia de despesas representa 72,56% no orçamento das despesas de capital e 28,33% do orçamento global;

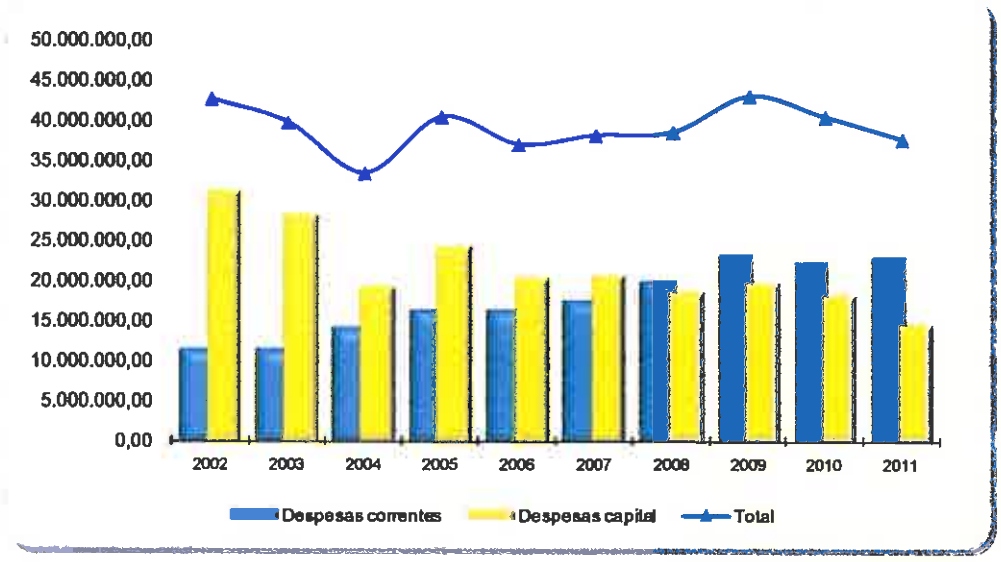
✦ As *Transferências de capital* demonstram uma redução de 6,75% (i.e. –187.800 euros);

✦ A rubrica de *Activos financeiros* revela um aumento de 17,86% (i.e. +50.000 euros);

✦ A rubrica *Passivos financeiros evidencia* uma diminuição de 28,22% (i.e. -432.600 euros);

Em termos comparativos a estrutura da despesa prevista comporta-se do seguinte modo:

GRÁFICO 5: Evolução da estrutura da despesa (2002 a 2011)



A previsão dos fundos da Autarquia é efectuada pelas várias unidades orgânicas, gerando orçamentos previsionais, resultantes da repartição dos meios disponíveis em função dos objectivos traçados pelo executivo camarário. O principal objectivo visa a máxima rentabilização dos meios e/ou recursos em função dos resultados esperados.

Seguidamente apresenta-se, embora muito sinteticamente, a previsão das despesas desagregadas pelas várias unidades orgânicas, bem como pela sua natureza (correntes ou de capital) indiciadoras do tipo de actividade que cada uma desenvolve.

As despesas associadas ao *Departamento de Obras e Urbanismo* representam 31,11% do total. É neste departamento que está concentrada a maior fatia de obras públicas promovidas pela Autarquia, o que justifica o tipo de despesa que, quase, na sua totalidade absorve as despesas de capital (i.e. 8.703.500 euros), representando 59,32 em termos percentuais.

À Administração Autárquica, com um peso de 30,09% da despesa, estão associados, além de despesas com o pessoal, os valores inerentes às operações financeiras - encargos correntes da dívida contraída junto de instituições de crédito, aquisições de bens e serviços e as transferências correntes e de capital.

QUADRO 7: Repartição Departamental da Despesa Total 2011 – por tipo de despesa

Unidades Orgânicas	Despesas Correntes				Despesas de Capital	TOTAL
	Despesas com pessoal	Aquisição de bens e serviços	Outras Despesas	Total	Despesas de Capital	
Administração Autárquica	*1.126.500*	*3.939.400*	*1.136.400*	*6.261.400*	*5.046.900*	*11.308.300*
Assembleia Municipal	43.400	16.600	0	60.000	0	60.000
Câmara Municipal	1.083.100	3.922.800	939.300	5.945.200	3.616.800	9.562.000
Operações Financeiras	0	0	197.100	256.200	1.430.100	1.686.300
Departamento de Administração Geral e Gestão Financeira	*1.042.100*	*68.800*	*0*	*1.110.900*	*10.000*	*1.120.900*
Divisão Administrativa	455.100	19.700	0	474.800	5.000	479.800
Divisão Financeira	479.700	44.000	0	523.700	5.000	528.700
Divisão de Informática e Sistemas	107.300	5.100	0	112.400	0	112.400
Departamento de Obras e Urbanismo	*1.782.600*	*1.204.100*	*0*	*2.986.700*	*8.703.500*	*11.690.200*
Divisão de Obras	761.400	284.700	0	1.046.100	7.328.500	8.374.600
Divisão de Equipamento	491.000	876.100	0	1.367.100	455.000	1.822.100
Divisão de Urbanismo	530.200	43.300	0	573.500	920.000	1.493.500
Departamento de Serviços Municipais	*2.035.900*	*6.032.400*	*0*	*8.068.300*	*826.000*	*8.894.300*
Divisão de Saneamento Básico	567.800	2.595.700	0	3.163.500	288.000	3.451.500
Divisão de Defesa do Ambiente	706.800	2.985.500	0	3.692.300	130.000	3.822.300
Divisão de Transportes e Energia	761.300	451.200	0	1.212.500	408.000	1.620.500
Departamento Sócio-Cultural	*945.400*	*3.094.100*	*440.000*	*4.479.500*	*85.000*	*4.564.500*
Divisão Cultural e Turismo	588.000	692.500	240.000	1.520.500	65.000	1.585.500
Divisão de Eucação e Desporto	357.400	2.401.600	200.000	2.959.000	20.000	2.979.000
TOTAL	6.932.500	14.338.800	1.576.400	22.906.800	14.671.400	37.578.200

Valores: euros

GRÁFICO 6: Despesa Global por departamentos

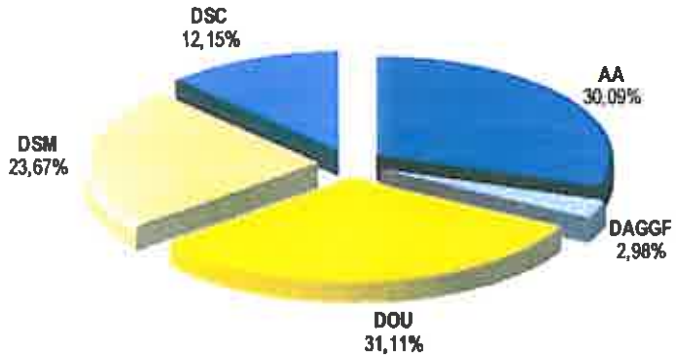
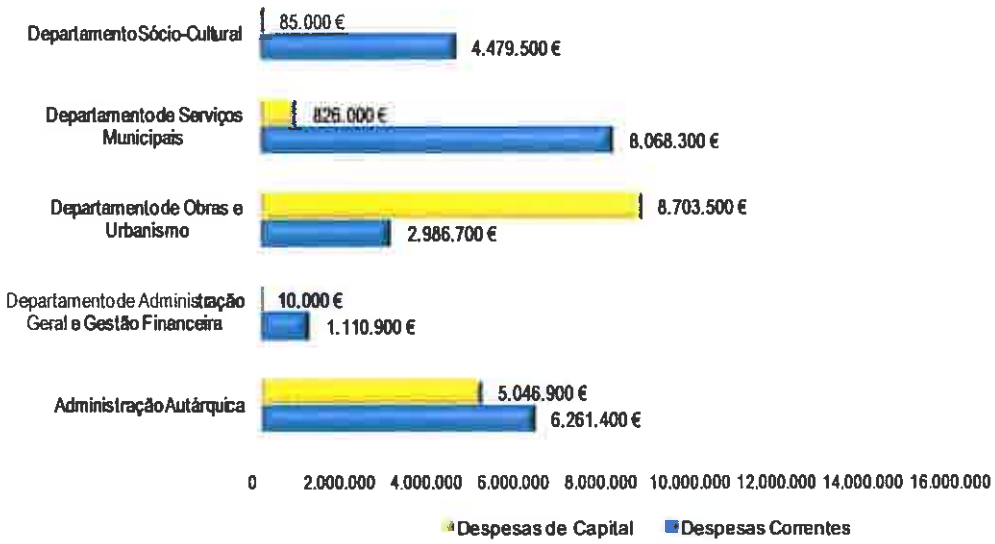


GRÁFICO 7: Despesas Departamentais por natureza



O quadro 8 evidencia a previsão do esforço financeiro a despender pelas diversas áreas de intervenção (classificação funcional), e que se concentram em três grandes objectivos: as funções gerais, as funções sociais e as funções económicas. No ano de 2011, estas funções encontram-se repartidas por dois grandes documentos de apoio à gestão: o Plano Plurianual de Investimentos e o Plano de Actividades Municipal, vulgarmente designados por PPI e PAM, respectivamente. Assim a análise destes objectivos ou funções deverá ser efectuada de forma conjunta, tendo presente que no PPI se incluem somente despesas da rubrica de investimentos

e que no PAM estão retratadas as transferências, correntes e de capital, associadas a determinados objectivos.

Para melhor análise destes importantes instrumentos previsionais é relevante mencionar que, as despesas encontram-se agrupadas segundo a sua classificação funcional, desagregadas em três níveis de detalhe ou hierarquia organizacional: no primeiro nível surgem os objectivos gerais ou grandes funções; no segundo nível definem-se os meios ou, mais correntemente, sub-funções, através das quais se pretendem atingir os objectivos gerais; o terceiro nível fornece a composição mais pormenorizada das sub-funções ou a forma de as executar. O terceiro nível de detalhe, não incluído no quadro 8, será abordado aquando da explicitação do PPI e do PAM.

QUADRO 8: Previsão das Grandes Opções do Plano para o ano de 2011

	Dotações Iniciais 2011		
	PPI	**PAM**	**GOP'S**
Descrição			
Funções Gerais	1.070.000	120.000	1.190.000
Serviços gerais de administração pública	1.055.000	100.000	1.155.000
Segurança e ordem públicas	15.000	20.000	35.000
Funções Sociais	7.849.500	1.787.400	9.636.900
Educação	680.000	31.000	711.000
Saúde	500	0	500
Segurança e acção sociais	0	620.000	620.000
Habitação e serviços colectivos	6.613.000	581.400	7.194.400
Serviços culturais, recreativos e religiosos	556.000	555.000	1.111.000
Funções Económicas	2.073.000	540.000	2.613.000
Agricultura, pecuária, silvicultura, caça e pesca	5.000	5.000	10.000
Indústria e energia	393.000	300.000	693.000
Transportes e comunicações	1.208.000	30.000	1.238.000
Comércio e Turismo	467.000	205.000	672.000
TOTAL	***10.992.500***	***2.447.400***	***13.439.900***

Valores: euros

No que diz respeito à classificação funcional, o Plano de Actividades Municipal prevê transferências no valor de 2.447.400 euros, e o Plano Plurianual de Investimentos estima um valor de investimentos de 10.992.500 euros. Globalmente, estes dois documentos, reflectem um esforço financeiro de 13.439.900 euros cujo valor é afecto em 8,85% às *funções gerais*, em 71,71% às *funções sociais* e em 19,44% às *funções económicas*.

3. Dívida do Município

O endividamento autárquico deve orientar-se por princípios de rigor e eficiência e prosseguir os objectivos orientadores definidos no artigo 35.º da Nova Lei das Finanças Locais (NLFL), aprovada pela Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro, designadamente: *Minimização de custos directos e indirectos numa perspectiva de longo prazo; Garantia de uma distribuição equilibrada de custos pelos vários orçamentos anuais; Prevenção de excessiva concentração temporal de amortização e Não exposição a riscos excessivos.*

Considerando que a dívida municipal concorre para a dívida total do Estado, o Sistema Europeu de Contas Regionais e Nacionais de 1995 (SEC 95) obriga à conformidade do conceito de endividamento líquido municipal com o conceito de endividamento líquido estabelecido naquele sistema. Neste sentido, a NLFL derroga a definição do limite de endividamento em termos de fluxos (juros e amortizações) e considera a definição de endividamento municipal enquanto stock de 125% dos recursos próprios mais importantes e correspondentes a receitas do ano anterior provenientes de impostos municipais, participações do município no FEF, participação fixa no IRS, das participações nos resultados das entidades do sector empresarial local e derrama.

Considerando a impossibilidade de uma previsão concreta do cálculo do endividamento municipal e respectivos limites para o ano de 2011, as informações seguintes permitem desenvolver tanto a análise orçamental do serviço da divida previsto como, igualmente, o posicionamento actual do município face aos limites impostos com reporte à data de 30 de Setembro de 2010.

3.1. Serviço da dívida

A informação do quadro 9 evidencia a evolução orçamental das despesas com o serviço da dívida desagregadas em encargos financeiros (juros) e passivos financeiros (amortizações de capital).

QUADRO 9: Previsão do serviço da Dívida

		Dotações da despesa	
		2010	2011
(1)	**Amortizações**	1.532.700,00	1.100.100,00
(2)	**Juros**	148.000,00	206.100,00
	Serviço da dívida (1+2)	1.680.700,00	1.306.200,00

Valores: euros

Comparativamente aos valores inicialmente orçamentados em 2010 prevê-se, para o ano de 2011, uma redução destes encargos no valor de 374.500,00 euros.

O serviço da dívida (encargos com juros e amortizações de empréstimos) para o ano de 2011 representa 3,48% num orçamento de despesa global de 37.578.200,00 euros.

A projecção estimada da dívida e encargos, decorrentes de empréstimos bancários para o final do ano de 2010 e 2011 apresenta os seguintes valores:

QUADRO 10: Projecção estimada da dívida e encargos para o ano de 2011

Descrição		Ano de 2010		Ano de 2011				Var.
		Dívida (01.01.2010)	Amortizações	Dívida (31.12.2010)	Dívida (01.01.2011)	Amortizações	Dívida (31.12.2011)	2010/2011
Empréstimos contraídos até 31.12.2009		10.085.344	1.503.417	8.581.928	8.581.928	1.090.556	7.491.372	-12,71%
Empréstimos contratados durante o ano de 2010	MLP	0	0	682.896	682.896	0	682.896	0,00%
TOTAL		10.085.344	1.503.417	9.264.824	9.264.824	1.090.556	8.174.268	-11,77%

Valores: euros

Durante o ano de 2011 a amortização de capital no montante de 1.090.556,00 euros corresponde aos empréstimos contraídos até 31.12.2009. O empréstimo de médio e longo prazos contratado durante o ano de 2010, ao qual está associado um ano de carência de capital, não apresenta, naturalmente, qualquer valor de amortização. Comparativamente ao ano de 2010, **estima-se uma redução da dívida contratada na ordem dos 11,77%**.

Durante o ano de 2010 e para fazer face a despesas decorrentes de investimento suportadas pelo Município já foram encetadas as diligências necessárias para a contratação de um empréstimo de médio e longo prazos, no valor de 675.000,00 euros.

3.2. Limites de endividamento municipal para 2010

Os limites ao endividamento municipal para o presente ano foram calculados de acordo com o disposto na Lei das Finanças Locais e apresentam os seguintes montantes:

QUADRO 11: Limites ao endividamento municipal para 2010

Ano de 2010	Valor (€)
Limite ao endividamento de curto prazo	1.932.337,92
Limite ao endividamento de médio e longo prazos	19.323.379,20
Limite ao endividamento liquido	24.154.224,00

È previsível que durante o ano de 2011 estes limites sofram ligeiros ajustamentos tendo em conta as alterações do valor das receitas utilizadas no seu cálculo.

3.3. Situação face aos limites ao endividamento municipal para 2010 (informação reportada a 30.09.2010)

QUADRO 12: Situação face aos limites ao endividamento municipal para 2010

Designação	Montante (€)	Observações
Endividamento bancário de curto prazo	0,00	Empréstimos de curto prazo
Capital em dívida de médio e longo prazos	9.426.598,62	Empréstimos de médio e longo prazos
Endividamento líquido	6.208.597,47	O endividamento líquido corresponde à diferença entre passivos e activos financeiros. Para efeitos deste apuramento não se consideram as contas 2745, 2749 e 414
Contribuição do sector empresarial local para o endividamento bancário de médio e longo prazos	1.400.446,17	Valores proporcionais à participação detida pelo Município nos termos do disposto no art. 36º da Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro, alterada pela Lei n.º 67-A/2007, de 31 de Dezembro (OE 2008)
Contribuição do sector empresarial local para o endividamento líquido	1.446.050,88	Valores proporcionais à participação detida pelo Município nos termos do disposto no art. 36º da Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro, alterada pela Lei n.º 67-A/2007, de 31 de Dezembro (OE 2008)
Capital em dívida excepcionado dos limites de endividamento	2.484.328,12	Capital em dívida de empréstimos de médio e longo prazos excepcionados dos limites de endividamento municipal nos termos das alíneas a) e b) do n.º 2 do art.º61.º da LFL
Capital em dívida de médio e longo prazos a considerar	8.342.716,67	Capital em dívida de médio e longo prazos, excluindo montantes legalmente excepcionados
Endividamento líquido a considerar	5.170.320,23	Endividamento líquido, excluindo montantes legalmente excepcionados

Os limites foram calculados utilizando a metodologia disponibilizada pela Direcção-Geral das Autarquias Locais e reportam-se, exclusivamente, ao endividamento do Município de Bragança e das participações detidas a 100% no capital das empresas do sector empresarial local.

Relativamente ao posicionamento do Município face aos limites calculados podemos concluir que, quanto à *divida a médio e longo prazos* (empréstimos), cujo limite é de 19.323.379,20 euros – valor equivalente ao total das receitas arrecadas em 2009 por conta dos impostos municipais e fundos municipais previstos no OE de 2010 – apresenta em 30.09.2010 um capital em divida, no valor de 8.342.716,67 euros (já excluído dos montantes legalmente excepcionados), correspondendo a uma taxa de 43,17%.

Quanto à divida no cômputo do *endividamento líquido*, calculado com base em 125% das receitas utilizadas para cálculo do limite anterior, similarmente expurgada dos montantes legalmente excepcionados, esta atinge o valor de 5.171.320,23 euros, ou seja, muito aquém do limite estabelecido e fixado em 24.154.224,00 euros, o que equivale a 21,41% do limite indicado.

A análise do posicionamento do Município face aos limites impostos é relevante, pois permite equacionar a hipótese de contrair o novo empréstimo de médio e longo prazos, no montante estimado de 675.000,00 euros (e já anteriormente mencionado), para fazer face às despesas inerentes ao financiamento municipal com a realização de obras comparticipadas por fundos comunitários, a saber: "Criação da Ciclovia da Mãe d' Água e Criação da Praça da Nova Mãe d' Água", "Circuito de Manutenção de Santa Apolónia – 2.ª fase" e "Forno Comunitário", garantindo, assim, maior capacidade de mobilizar fundos próprios do Município de modo a assegurar a execução dessas obras co-financiadas.

As dívidas que, pelo seu valor têm um maior contributo para o endividamento municipal e reportadas a 30.09.2010 são as seguintes:

	Dívida reportada a 30.09.2010
Empréstimos a médio e longo prazos	9.426.598,62
Fornecedores imobilizado	2.822.031,33
Fornecedores conta-corrente	1.991.836,37
Total	14.240.466,32

Valores: euros

4. Património do Município

4.1. Activo Fixo do Município

O Activo Fixo Bruto do Município de Bragança totalizava, à data de 30 de Setembro de 2010, a importância de 207.121.972,69 euros, correspondendo:

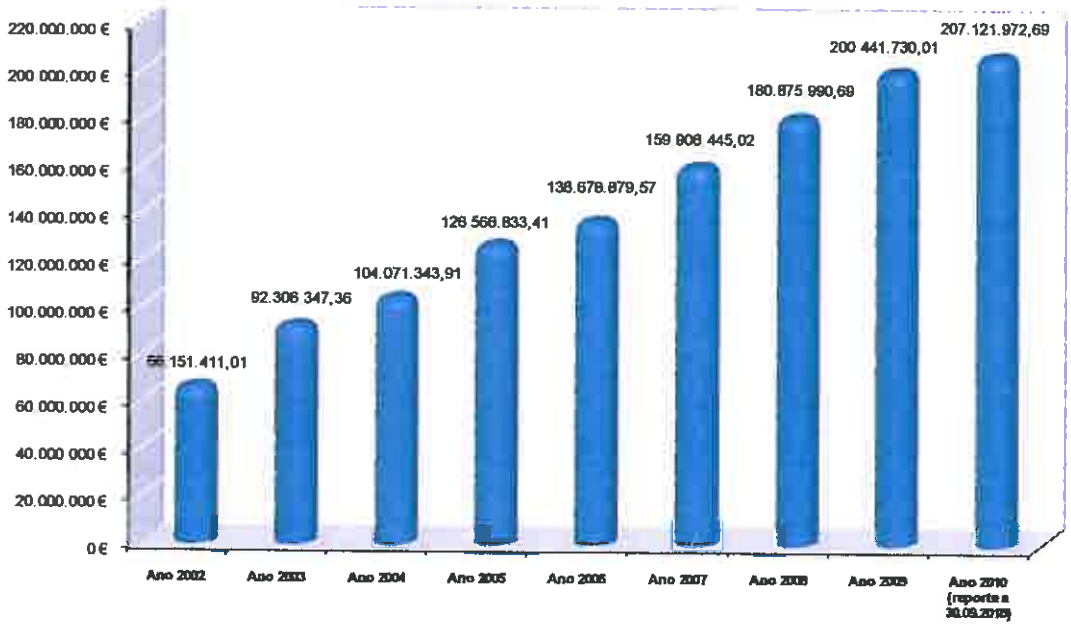
QUADRO 13: Situação face aos limites ao endividamento municipal para 2010

Rúbricas	Em 01.01.2010		Em 30.09.2010	
	Valor	Var. %	Valor	Var. %
De Bens de Domínio Público	**117.258.023,16**	**100%**	**122.898.543,51**	**100%**
Terrenos e recursos naturais	4.357.049,41	3,72%	4.968.099,41	4,24%
Edifícios	468.261,67	0,40%	468.228,33	0,40%
Outras construções e infra-estruturas	88.894.323,64	75,81%	88.920.103,00	75,83%
Bens de património histórico, artístico e cultural	1.146.222,97	0,98%	1.166.760,97	1,00%
Imobilizações em curso	22.392.165,47	19,10%	27.375.351,80	23,35%
De Imobilizações Incorpóreas	**1.116.640,47**	**100%**	**1.116.640,47**	**100%**
Despesas de instalação	1.003.431,56	89,86%	1.003.431,56	89,86%
Despesas de investigação e desenvolvimento	113.208,91	10,14%	113.208,91	10,14%
De Imobilizações Corpóreas	**76.720.882,26**	**100%**	**77.562.891,20**	**100%**
Terrenos e recursos naturais	17.130.771,06	22,33%	17.159.728,04	22,37%
Edifícios e outras construções	45.095.416,09	58,78%	45.446.154,09	59,24%
Equipamento básico	3.609.847,50	4,71%	3.707.666,93	4,83%
Equipamento de transporte	3.738.065,63	4,87%	3.936.849,92	5,13%
Ferramentas e utensílios	962.967,36	1,26%	1.021.087,35	1,33%
Equipamento administrativo	1.871.386,93	2,44%	1.901.172,28	2,48%
Outras imobilizações corpóreas	108.078,96	0,14%	110.934,13	0,14%
Imobilizações em curso	4.204.348,73	5,48%	4.279.298,46	5,58%
De Investimentos Financeiros	**5.346.184,12**	**100%**	**5.543.897,51**	**100%**
Partes de capital	4.581.048,51	85,69%	4.815.375,40	90,07%
Investimentos em imóveis	763.135,61	14,27%	726.522,11	13,59%
Outras aplicações financeiras	2.000,00	0,04%	2.000,00	0,04%
Total Geral	**200.441.730,01**		**207.121.972,69**	

Valores: euros

A evolução do Activo Fixo Bruto traduz um aumento de 213%, comparativamente ao ano de implementação do POCAL e consequentemente à primeira seriação dos Bens que integraram o Balanço Inicial.

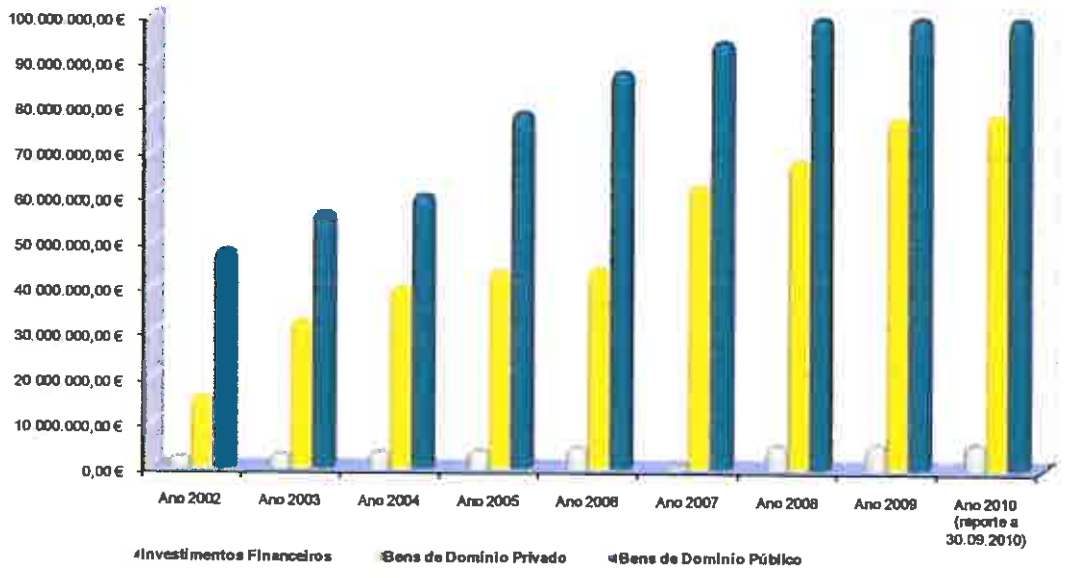
GRÁFICO 8: Evolução do Activo fixo bruto do Município



A sua desagregação, à data de 30.09.2010, evidencia uma variação positiva para:

- em Investimentos financeiros de 3,70%, comparativamente a 31.12.2009;
- em Bens de domínio público de 1,08%, comparativamente a 31.12.2009;
- e em Bens de domínio privado de 4,81%, comparativamente a 31.12.2009.

GRÁFICO 9: Evolução do Activo fixo bruto do Município (desagregado)



4.2. Activo Fixo do Município: Factos relevantes

Ainda durante o ano de 2010 e no ano de 2011 existirão factos que se traduzirão em alterações ao património deste Município. Referimo-nos em específico à incorporação no património municipal do activo da BragançaPolis - Sociedade para o Desenvolvimento do Programa POLIS em Bragança, S.A., no valor de 24.236.655,51 euros.

Rúbricas	Valor do Activo Bruto	Valor das Amortizações Acumuladas	Valor do Activo Líquido
Imobilizado	**35.416,17**	**35.416,17**	**0,00**
De Imobilizações Corpóreas			
Equipamento de transporte	22.196,51	22.196,51	0,00
Equipamento administrativo	13.219,66	13.219,66	0,00
De Circulante	**24.236.655,51**	**0,00**	**24.236.655,51**
Existências			
Produtos e trabalhos em curso	24.236.655,51	0,00	24.236.655,51
Total Geral	**24.272.071,68**	**35.416,17**	**24.236.655,51**

No âmbito dos Investimentos Financeiros

Será realizado um aumento de capital na empresa *MMB - Mercado Municipal de Bragança, E.M.*, no montante de 200.000,00 euros, destinando a assegurar:

Designação	Valor
Encargos do serviço da dívida (capital e juros)	**146.448,60**
Encargos decorrentes de investimentos	**53.551,40**
Substituição das portas manuais das duas entradas principais, por portas automáticas	35.000,00
Substituição de equipamento electrónico	18.551,40
Total (Aumento de Capital)	**200.000,00**

Será, igualmente, realizado um aumento de capital na empresa *Terra Fria Carnes, Lda.*, no montante de 130.000,00 euros, destinando a asseverar:

Designação	Valor
Encargos do serviço da dívida (capital e juros)	**21.248,16**
Encargos decorrentes de investimentos	**18.000,00**
Aquisição de dois compressores, para substituição dos existentes	
Aquisição de uma caldeira de águas quentes	
Aquisição de dois braços mecânicos	
Outros (Encargos de estrutura e gerais de gestão)	**90.751,84**
Total (Aumento de Capital)	**130.000,00**

5. Recursos Humanos

Introdução

No contexto actual a palavra de ordem é a "mudança", sobretudo quando nos referimos ao sector da Administração Pública. Só uma articulação eficaz, através de um processo de gestão de mudança que envolve os recursos humanos, os processos e métodos de trabalho, a componente tecnológica, e, naturalmente o sistema de informação organizacional, possibilita a criação de valor quer na organização, quer no serviço por ela prestado, sustentado na eficácia organizacional, na eficiência processual e no desenvolvimento de uma "Cultura de Serviço" e de uma "Cultura de Qualidade".

Tendo sempre em atenção que o cidadão actual necessita, reclama e merece um serviço e um relacionamento com a Administração Autárquica de maior proximidade, comodidade, segurança e transparência, o Município de Bragança aposta na implementação de boas práticas e modernização administrativa nos serviços como meio de consolidar a relação entre o Poder Local e os cidadãos: Gestão Documental; Intranet e Serviços on-line.

5.1. Quadro Jurídico

5.1.2 Reorganização dos Serviços Municipais

A actual estrutura orgânica do Município foi aprovada em sessão ordinária da Assembleia Municipal realizada no dia 28 de Setembro de 2004, sob proposta da Câmara Municipal, aprovada em reunião ordinária do dia 13 de Setembro de 2004, a qual foi publicada no apêndice n.º 2 ao Diário da República, 2.ª série, n.º 4, de 06 de Janeiro de 2005 e rectificada no apêndice n.º 69 ao Diário da República, 2.ª série, n.º 96, de 18 de Maio de 2005.

Com a recente publicação do Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de Outubro, estabelece-se um novo enquadramento jurídico da organização dos serviços das autarquias locais, impondo assim aos municípios a revisão das suas estruturas organizacionais, em conformidade com o referido diploma, até 31 de Dezembro de 2010.

Com as alterações legislativas, ocorridas no âmbito da contratação pública, do licenciamento urbanístico, das carreiras e remunerações, da avaliação do desempenho, do estatuto do pessoal dirigente, em matéria de taxas municipais, impõe-se uma nova realidade ao nível da gestão autárquica traduzida na necessidade de desmaterialização dos processos, na partilha de objectivos e a adopção de novas formas de relação com os munícipes, acrescida da análise

efectuada neste último ano ao funcionamento dos serviços municipais, torna-se necessário proceder à alteração da organização dos serviços municipais, em moldes que lhes permitam dar uma melhor resposta às solicitações decorrentes das novas atribuições e competências.
Com a alteração da organização dos serviços municipais, o Município de Bragança tem como uma das suas prioridades estratégicas a modernização administrativa da estrutura municipal, consubstanciada na qualificação e maior eficácia dos serviços prestados junto dos cidadãos, descentralizar responsabilidades, aumentar a responsabilização e autonomia da gestão municipal adequando a sua estrutura de forma a poder dar resposta às novas realidades e cenários que se impõem aos municípios.

5.1.3 Orçamentação e gestão de despesas com pessoal

O Decreto-Lei n.º 209/2009, de 03 de Setembro, diploma que procedeu à aplicação da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro (LVCR), com as adaptações constantes do presente Decreto-Lei, aos trabalhadores que exercem funções públicas na administração autárquica, independentemente da modalidade de vinculação e de constituição da relação jurídica de emprego público ao abrigo da qual exercem as respectivas funções, estabeleceu que os municípios dispõem de mapas de pessoal aprovados, mantidos ou alterados pela assembleia municipal, nos termos da citada LVCR.

O visado Decreto-Lei n.º 209/2009, estabelece que os orçamentos dos Municípios prevêem verbas destinadas a suportar as despesas com pessoal, i.é., os encargos com as remunerações dos trabalhadores que se devam manter em exercício de funções no órgão ou serviço.

O referido diploma, clarificou ainda que compete ao órgão executivo (Câmara Municipal), decidir sobre o montante máximo de cada um dos seguintes encargos: com o recrutamento de trabalhadores necessários à ocupação de postos de trabalho previstos, e não ocupados, nos mapas de pessoal aprovados; com as alterações do posicionamento remuneratório na categoria dos trabalhadores que se mantenham em exercício de funções e com a atribuição de prémios de desempenho dos trabalhadores do órgão ou serviço.

Nesta conformidade qualquer recrutamento a efectuar no ano de 2011, ficará condicionado à caracterização dos postos de trabalho necessários quer para a execução das actividades de natureza permanente dos serviços e que se opera com recurso à constituição de relações jurídicas de emprego público por tempo indeterminado, quer para a execução de actividades de natureza temporária e que se opera com recurso à constituição de relações jurídicas de emprego público por tempo determinado ou determinável, constantes no respectivo Mapa de

Pessoal, documento que acompanha a proposta de Orçamento, a submeter à aprovação da Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal.

5.1.4 Alterações do posicionamento remuneratório

Relativamente à alteração obrigatória do posicionamento remuneratório dos trabalhadores que se mantenham em exercício de funções, haverá lugar à alteração obrigatória para a posição remuneratória imediatamente seguinte àquela em que o trabalhador se encontra, quando este tenha acumulado 10 pontos nas avaliações do seu desempenho referido às funções exercidas durante o posicionamento remuneratório em que se encontra, conforme o previsto no n.º 6 do artigo 47.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro (LVCR) e tendo subjacente o consagrado na Lei do Orçamento de Estado para o ano de 2011.

Reportando-nos à alteração do posicionamento remuneratório por opção gestionária e face à redução das transferências financeiras da Administração Central para as autarquias locais (Municípios e Freguesias), para o ano de 2011, não haverá lugar à alteração do posicionamento remuneratório por opção gestionária na categoria dos trabalhadores que se mantenham em exercício de funções, no Município de Bragança.

5.1.5 Prémios de desempenho

No que concerne à atribuição de prémios de desempenho dos trabalhadores do órgão ou serviço, considera-se que se trata de uma matéria complexa, cuja previsão legal, parece indiciar critérios que carecem de melhor fundamentação legal, pelo que não serão atribuídos prémios de desempenho no ano de 2011.

5.1.6. Reforço/reajustamento funcional de Recursos Humanos

A Lei n.º 12-A/2010, de 30 de Junho, que aprovou um conjunto de medidas adicionais de consolidação orçamental que visam reforçar e acelerar a redução do défice excessivo e o controlo do crescimento da dívida pública previstos no Programa de Estabilidade e Crescimento (PEC), veio estabelecer que não se pode proceder à abertura de procedimentos concursais com vista à constituição de relações jurídicas de emprego público por tempo indeterminado, determinado ou determinável, para carreira geral ou especial e carreiras que ainda não tenham sido objecto de extinção, de revisão ou de decisão de subsistência, destinados a candidatos que não possuam uma relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado previamente constituída. A referida limitação ao recrutamento de trabalhadores

é extensiva às autarquias locais (Municípios e Freguesias) por força do disposto no n.º 1 do artigo 10.º da Lei n.º 12-A/2010.

Contudo, através da previsão dos n.ºs 2 e 3 do artigo 10.º da Lei n.º 12-A/2010, e no caso das autarquias locais (Municípios e Freguesias), é possível o recrutamento excepcional de trabalhadores, que se fundamenta na existência de relevante interesse público no recrutamento, ponderada a eventual carência dos recursos humanos no sector da actividade a que se destina o recrutamento bem como a evolução global dos recursos humanos do município em que o serviço se integra e na impossibilidade de ocupação dos postos de trabalho em causa nos termos previstos nos n.ºs 1 a 5 do artigo 6.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, ou por recurso a pessoal colocado em situação de mobilidade especial ou a outros instrumentos de mobilidade, desde que devidamente autorizado pelo órgão executivo.

No ano de 2009 ocorreu a desvinculação ao serviço de 15 trabalhadores (por aposentação, terminus do contrato e falecimento) e no ano de 2010 ocorreu a desvinculação ao serviço de 7 trabalhadores (por cessação do contrato de trabalho por tempo indeterminado e aposentação), num total de 22 trabalhadores.

Tendo subjacente a desvinculação ao serviço num total de 22 trabalhadores deste Município, a Câmara Municipal de Bragança em reunião ordinária realizada no dia 12 de Julho de 2010, autorizou o recrutamento excepcional de trabalhadores para a constituição de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado já previstos no Mapa de Pessoal para o ano de 2010, aprovado pela Assembleia Municipal de Bragança, por considerar que são necessários para a execução das actividades permanentes dos serviços do Município de Bragança, mormente ao nível do funcionamento de equipamentos municipais, é pois de relevante interesse público o respectivo recrutamento e consequentemente sendo impossível a ocupação dos postos de trabalho em causa nos termos previstos nos n.ºs 1 a 5 do artigo 6.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, ou por recurso a pessoal colocado em situação de mobilidade especial ou a outros instrumentos de mobilidade.

O recrutamento excepcional de trabalhadores para a constituição de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado, contempla um conjunto de procedimentos concursais que se encontram em curso no ano de 2010 (previsão de se ultimarem até 31 de Dezembro de 2010), que a seguir se enumeram: 2 Postos de trabalho da carreira/categoria de assistente técnico – área da actividade física e desportiva para o Departamento Sociocultural – Parque Desportivo/Piscinas Municipais; 1 Posto de trabalho da carreira/categoria de assistente técnico – área profissional de informação de tráfego de aeródromo para o Departamento de Serviços Municipais – Divisão de Transportes e Energia – Aeródromo Municipal de Bragança; 1 Posto de trabalho da carreira/categoria de assistente técnico – área profissional de

manutenção de equipamentos para o Departamento de Serviços Municipais – Divisão de Transportes e Energia; 6 Postos de trabalho da carreira/categoria de assistente operacional – área da acção educativa para o Departamento Sociocultural – Escolas e Centros Escolares da Sé e Santa Maria do Município de Bragança, equipamentos Escolares que entraram em funcionamento no ano lectivo 2010/2011; 1 Posto de trabalho da carreira/categoria de assistente técnico – área de animação cultural para o Departamento Sociocultural – Divisão Cultural e Turismo; 1 Posto de trabalho da carreira/categoria de técnico superior – área jurídica para o Departamento de Administração Geral e Gestão Financeira; 1 Posto de trabalho da carreira/categoria de técnico superior – área de engenharia civil para o Departamento de Obras e Urbanismo – Divisão de Obras; 1 Posto de trabalho da carreira/categoria de técnico superior – área cultural para o Departamento Sociocultural – Divisão Cultural e Turismo; 2 Postos de trabalho da carreira/categoria de assistente operacional (maquinistas teatrais) – área cultural para o Departamento Sociocultural – Divisão Cultural e Turismo; 1 Posto de trabalho da carreira/categoria de assistente operacional – área funcional de operador de máquinas pesadas e veículos especiais para o Departamento de Obras e Urbanismo; 1 Posto de trabalho da carreira/categoria de assistente operacional – área funcional de motorista de pesados para o Departamento de Obras e Urbanismo.

Está ainda previsto o recrutamento em regime de Comissão de Serviço, dos cargos de direcção intermédia, de Director de Departamento Sociocultural (por vacatura do lugar) e de Chefe de Divisão de Educação e Desporto.

Para o ano de 2011, para além dos procedimentos concursais acima elencados, contemplou-se ainda no Mapa de Pessoal, o recrutamento que se opera com recurso à constituição de relações jurídicas de emprego público por tempo indeterminado - de 1 Posto de trabalho da carreira/categoria de técnico superior - Área de Gestão para o Departamento de Obras e Urbanismo/Divisão de Equipamento; o recrutamento que se opera com recurso à constituição de relações jurídicas de emprego público por tempo determinado (termo certo) - 3 Postos de trabalho da carreira/categoria de assistente operacional para o Departamento Sociocultural e o recrutamento que se opera com recurso à constituição de relações jurídicas de emprego público por tempo determinável (termo incerto) - 1 Posto de trabalho da carreira/categoria de técnico superior - Área de Economia e Gestão para o Departamento de Administração Geral e Gestão Financeira/Divisão Financeira e o recrutamento de um Fiscal Municipal ao abrigo do n.º 1, do artigo 19.º da Lei n.º 69-A/2009, de 24 de Março conjugado com o Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, aplicado à Administração Local por força do Decreto-Lei n.º 238/99, de 25 de Junho.

O Mapa de Pessoal do Município de Bragança elaborado no âmbito do artigo 5.º da Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro, prevê, para o ano de 2011, o total de 388 trabalhadores, que

incluirá 334 postos de trabalho previstos e ocupados com relação jurídica de emprego por Tempo Indeterminado; 14 postos de trabalho em regime de Comissão de Serviço; 3 postos de trabalho em regime de Requisição; 3 em regime de Mobilidade Interna; 2 em Mobilidade; 5 postos de trabalho previstos e ocupados com relação jurídica de emprego por Tempo Determinado (Termo Certo) e Tempo Determinável (Termo Incerto); 2 postos de trabalho a preencher com relação jurídica em regime de Comissão de Serviço; 20 postos de trabalho a preencher com relação jurídica por Tempo Indeterminado e 3 postos de trabalho a preencher com relação jurídica por Tempo Determinado (Termo Certo) e 1 posto de trabalho a preencher com relação jurídica por Tempo Determinável (Termo Incerto), 1 posto de trabalho a preencher com a contratação de um Fiscal Municipal.

5.2. Segurança, Higiene e Saúde no trabalho

No âmbito da Saúde, Higiene e Segurança no Trabalho, o Técnico Superior de Higiene e Segurança no Trabalho, procedeu à elaboração de um Regulamento Interno de Prevenção e Controlo de Alcoolemia. Aguarda-se o parecer da Comissão Nacional da Protecção de Dados.
Em 2011, dar-se-á continuidade à contratualização dos serviços Saúde, da Higiene e Segurança no Trabalho, tendo por objectivo conferir aos trabalhadores melhores condições de trabalho.

5.3. Formação profissional

O conhecimento, é, cada vez mais o motor da nossa sociedade.

Podemos encarar a formação profissional como um processo organizado graças ao qual os trabalhadores do Município de Bragança enriquecem os seus conhecimentos, desenvolvem as suas capacidades e melhoram as suas atitudes ou comportamentos, aumentando, deste modo, as suas qualificações técnicas ou profissionais tendo em vista uma melhor prestação do serviço a prestar ao cidadão.

Nestes termos, a nossa aposta para o ano de 2011 é a da continuidade do investimento permanente desta autarquia na formação inicial e/ou contínua dos seus recursos humanos, no sentido de dotar trabalhadores e dirigentes das competências técnicas e pessoais que permitam um desempenho profissional adaptável, eficiente e actualizado, mormente ao nível da desmaterialização e gestão documental.

5.4. Quadros - com indicadores quantitativos e qualitativos dos Recursos Humanos do Município de Bragança, no ano de 2010

QUADRO 14: Procedimentos concursais em curso
Modalidade de Contrato por Tempo Indeterminado

CARREIRA	CATEGORIA	AREA DE FORMAÇÃO ACADÉMICA/OU PROFISSIONAL	A DECORRER/N.º de Lugares
Técnico Superior	Técnico Superior	Área de Medicina Veterinária	1
Técnico Superior	Técnico Superior	Área Jurídica	1
Técnico Superior	Técnico Superior	Área de Engenharia Civil	1
Técnico Superior	Técnico Superior	Área Cultural	1
Assistente Técnico	Assistente Técnico	Área de Informação de Tráfego de Aeródromo	1
Assistente Técnico	Assistente Técnico	Área de Manutenção de Equipamentos	1
Assistente Técnico	Assistente Técnico	Área de Actividade Física e Desportiva	2
Assistente Técnico	Assistente Técnico	Área de Animação Cultural	1
Assistente Operacional	Assistente Operacional	Área da Acção Educativa	6
Assistente Operacional	Assistente Operacional	Área Cultural (maquinistas teatrais)	2
Assistente Operacional	Assistente Operacional	Área de Operador de Máquinas Pesadas e Veículos Especiais	1
Assistente Operacional	Assistente Operacional	Área de Motorista de Pesados	1
TOTAL			**19**

Ainda no decurso do ano de 2010, pretende-se promover os recrutamentos que constam no respectivo Mapa de Pessoal, com recurso à constituição de relações jurídicas de emprego público por tempo indeterminado, em estrito cumprimento do QUADRO jurídico (Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro – que estabelece os regimes de vinculação, de carreiras e de remunerações dos trabalhadores que exercem funções públicas e a Lei n.º 59/2008, de 11 de Setembro – que aprova o Regime do Contrato de Trabalho em Funções Públicas).

QUADRO 15: Dirigentes
Modalidade em Regime de Comissão de Serviço

CARREIRA	CATEGORIA	AREA DE FORMAÇÃO ACADÉMICA/OU PROFISSIONAL	A DECORRER/N.º de Lugares
Dirigente	Director de Departamento	Área Sócio – Cultural	1
Dirigente	Chefe de Divisão	Área Educação e Desporto	1
TOTAL			**2**

Está previsto o recrutamento em regime de Comissão de Serviço, dos cargos de direcção intermédia, de Director de Departamento Sociocultural (por vacatura do lugar) e de Chefe de Divisão de Educação de Desporto.

QUADRO 16: Contratos de trabalho em funções públicas
Modalidade de Contrato tempo determinado/determinável

CARREIRA	CATEGORIA	TOTAL
Técnico Superior	Técnico Superior – Arquivo (incerto)	1
Técnico Superior	Técnico Superior – Geografia e Planeamento Regional (incerto)	1
Técnico	Técnico – Gestão (certo)	1
Assistente Operacional	Assistente Operacional – Maquinista Teatral (certo)	2
TOTAL		**5**

Os indicadores do quadro 16 traduzem um contínuo decréscimo dos postos de trabalho ocupados por relação jurídica de emprego público por tempo determinado (termo certo) ou determinável (termo incerto).

QUADRO 17: Aposentações

CARREIRA	CATEGORIA	VERIFICADAS
Técnico Superior	Técnico Superior – Veterinário	1
Assistente Operacional	Assistente Operacional – Motorista de Pesados	1
Assistente Operacional	Assistente Operacional – Pedreiro Principal	1
Assistente	Assistente Operacional – Carpinteiro de Toscos	1
Assistente	Assistente Operacional – Cantoneiro Limpeza	1
Assistente	Assistente Operacional - Cabouqueiro	1
TOTAL		**6**

CARREIRA	CATEGORIA	AGUARDAR
Técnico Superior	Técnico Superior - Arquitecto	1
Assistente Técnico	Coordenador Técnico	1
Assistente Técnico	Assistente Técnico	1
Assistente Técnico	Assistente Operacional – Motorista de Pesados	1
Assistente Técnico	Assistente Operacional – Cabouqueiro	1
Assistente Técnico	Assistente Operacional – Jardineiro	1
Assistente Técnico	Assistente Operacional – Auxiliar de Serviços Gerais	1
Assistente Técnico	Assistente Operacional – Auxiliar de Aeródromo	1
Assistente Técnico	Assistente Operacional – Canteiro	1
TOTAL		**9**

Os dados do quadro 17 assinalam que no ano de 2010 ocorreu a desvinculação ao serviço de 6 trabalhadores, por aposentação, nas carreiras de Técnico Superior e Assistente Operacional e que se encontram a aguardar 9 processos, por aposentação, nas carreiras de Técnico Superior, Coordenador Técnico, Assistente Técnico e Assistente Operacional.

6. Grandes opções do Plano para o ano de 2011

As Grandes Opções do Plano conjuntamente com o Orçamento constituem os documentos previsionais obrigatórios a elaborar pelas Autarquias Locais.

Nas Grandes Opções do Plano da Câmara Municipal de Bragança estão definidas as linhas de desenvolvimento estratégico, incluindo designadamente o Plano Plurianual de Investimentos e o Plano de Actividades Municipal que contempla as actividades mais relevantes da administração autárquica.

Estes documentos reflectem as prioridades definidas com base nos recursos disponíveis, pretendendo-se ajustar as realizações, sob a forma de objectivos específicos, às necessidades socioeconómicas da população concelhia.

O quadro seguinte apresenta resumidamente a evolução das Grandes Opções do Plano no período 2010-2011.

QUADRO 18: Resumo das Grandes Opções do Plano no período 2010-2011

	Grandes Opções do Plano (GOP'S)								
	Plano Plurianual de Investimentos (PPI)			Plano Plurianual de Actividades Municipal (PAM)			Dotações Iniciais (GOP'S)		
Descrição	Dotações Iniciais		Var.%	Dotações Iniciais		Var.%			Var.%
	2010	2011		2010	2011		2010	2011	
Funções Gerais	1.515.000	1.070.000	*-29,37%*	125.000	120.000	*-4,00%*	1.640.000	1.190.000	*-27,44%*
Serviços gerais de administração pública	1.440.000	1.055.000	*-26,74%*	100.000	100.000	*0,00%*	1.540.000	1.155.000	*-25,00%*
Segurança e ordem públicas	75.000	15.000	*-80,00%*	25.000	20.000	*-20,00%*	100.000	35.000	*-65,00%*
Funções Sociais	10.078.500	7.849.500	*-22,12%*	1.997.000	1.787.400	*-10,50%*	12.075.500	9.636.900	*-20,19%*
Educação	2.225.000	680.000	*-69,44%*	115.000	31.000	*-73,04%*	2.340.000	711.000	*-69,62%*
Saúde	500	500	*0,00%*	0	0	*0,00%*	500	500	*0,00%*
Segurança e acção sociais	0	0	*0,00%*	825.000	620.000	*-24,85%*	825.000	620.000	*-24,85%*
Habitação e serviços colectivos	7.299.000	6.613.000	*-9,40%*	392.000	581.400	*48,32%*	7.691.000	7.194.400	*-6,46%*
Serviços culturais, recreativos e religiosos	554.000	556.000	*0,36%*	665.000	555.000	*-16,54%*	1.219.000	1.111.000	*-8,86%*
Funções Económicas	2.331.000	2.073.000	*-11,07%*	790.000	540.000	*-31,65%*	3.121.000	2.613.000	*-16,28%*
Agricultura, pecuária, silvicultura, caça e pesca	25.000	5.000	*-80,00%*	25.000	5.000	*-80,00%*	50.000	10.000	*-80,00%*
Indústria e energia	591.000	393.000	*-33,50%*	650.000	300.000	*-53,85%*	1.241.000	693.000	*-44,16%*
Transportes e comunicações	1.483.000	1.208.000	*-18,54%*	5.000	30.000	*500,00%*	1.488.000	1.238.000	*-16,80%*
Comércio e Turismo	232.000	467.000	*101,29%*	110.000	205.000	*86,36%*	342.000	672.000	*96,49%*
TOTAL	**13.924.500**	**10.992.500**	-21,06%	**2.912.000**	**2.447.400**	-15,95%	**16.836.500**	**13.439.900**	-20,17%

Valores: euros

O valor global das Grandes Opções do Plano para o ano de 2011 atinge o valor de 13.439.900 euros, dos quais 10.992.500,00 euros referem-se ao Plano Plurianual de Investimentos e 2.447.400,00 euros ao conjunto das acções consideradas como relevantes e que cuja despesa efectuada, como base em normativos estabelecidos no POCAL, não é considerada de investimento.

Relativamente à tipologia económica das despesas que integram as GOP'S, 12.585.400,00 euros são despesas de capital e 854.500,00 são despesas correntes.

6.1. Plano Plurianual de Investimentos

O Plano Plurianual de Investimentos para 2011, doravante designado por PPI, é um documento previsional consubstanciado nas Grandes Opções do Plano. Elaborado para um horizonte móvel de 4 anos, na sua estrutura e conteúdo, descreve todos os projectos ou acções que se pretendem realizar no âmbito dos objectivos estabelecidos para o Município, identificando a classificação económica devidamente desagregada, a forma de realização de cada projecto ou acção, a fonte de financiamento de cada projecto ou acção a executar com financiamento externo à própria autarquia, as datas de início e fim dos projectos e acções e, ainda, se se trata de financiamento definido ou não definido. Assim, transforma-se no instrumento de compromisso político que permite, quer aos destinatários finais da actividade autárquica, quer aos órgãos executivo e deliberativo, avaliar o cumprimento desses mesmos compromissos.

Na sua elaboração incluíram-se os compromissos assumidos (estimativa), com fornecedores e empreiteiros, em anos anteriores, e não finalizados até ao término do ano de 2010. Constam, também, projectos que, na sua maioria, beneficiam de apoios financeiros já aprovados.

O quadro 19 estabelece a composição do PPI para 2011, reflectindo a despesa associada à realização de cada um dos projectos ou acções. As diversas áreas de intervenção concentram-se em três grandes rubricas: as funções gerais, as funções sociais e as funções económicas. Nestas, estão previstas intervenções, já com financiamento definido, que ascendem a 13.439.900,00 euros.

Para as funções gerais estão previstos 1.070.000,00 euros, correspondentes a 9,73% do investimento, distribuídos pelos subprogramas *edifícios*, *material de transporte*, *maquinaria e equipamento* e *segurança pública*.

As funções sociais estão dotadas com 7.849.500,00 euros, correspondendo a 71,41% do investimento total. Nestas, estão incluídas áreas de intervenção na *educação pré-escolar*, *ensino básico*, *serviços individuais de saúde*, *habitação*, *planeamento urbanístico*, *urbanização*, *saneamento*, *abastecimento de água*, *resíduos sólidos*, *higiene pública*, *cemitérios*, *meio ambiente*, *cultura* e *desporto, recreio e lazer*.

O objectivo de funções económicas está dotado com 2.073.000,00 euros, o que corresponde a 18,86% do PPI para 2011. Estão contempladas importantes intervenções ao nível das áreas de *iluminação pública*, *energia*, *estabelecimentos industriais*, *rede viária e sinalização*, *estacionamento* e *turismo*.

QUADRO 19: Plano Plurianual de Investimentos para 2011 – Resumo

Código Obj./Prog	Designação das rubricas	Valor do Investimento	% dentro do Obj./prog	% em relação ao total PPI
1	Funções gerais	1.070.000	100,00%	9,73%
1.1.	**Serviços gerais de administração pública**	**1.055.000**	**98,60%**	**9,60%**
1.1.1	**Administração geral**	**1.055.000**	**98,60%**	**9,60%**
1.1.1.1	Edifícios	400.000	**37,38%**	3,64%
1.1.1.2	Material de transporte	275.000	**25,70%**	2,50%
1.1.1.3	Maquinaria e equipamento	380.000	35,51%	3,46%
1.2.	**Segurança e ordem pública**	**15.000**	**1,40%**	**0,14%**
1.2.1	**Protecção civil e luta contra incêndios**	**15.000**	**1,40%**	**0,14%**
1.2.1.1	Bombeiros	0	0,00%	0,00%
1.2.1.2	Segurança pública	15.000	1,40%	0,14%
2	Funções sociais	7.849.500	100,00%	71,41%
2.1.	**Educação**	**680.000**	**8,66%**	**6,19%**
2.1.1	**Ensino não superior**	**680.000**	**8,66%**	**6,19%**
2.1.1.1	Ensino Pré-escolar	15.000	**0,19%**	0,14%
2.1.1.2	Ensino Básico	665.000	**8,47%**	6,05%
2.1.1.3	Educação de adultos	0	0,00%	0,00%
2.2.	**Saúde**	**500**	**0,01%**	**0,00%**
2.2.1	Serviços Individuais de Saúde	500	0,01%	0,00%
2.3.	**Segurança e Acção Sociais**	**0**	**0,00%**	***0,00%***
2.3.2	Acção social	0	0,00%	***0,00%***
2.4.	**Habitação e serviços colectivos**	**6.613.000**	**84,25%**	**60,16%**
2.4.1	**Habitação**	**1.227.000**	**15,63%**	**11,16%**
2.4.2	**Ordenamento do Território**	**4.131.000**	**52,63%**	**37,58%**
2.4.2.1	Planeamento Urbanístico	945.000	12,04%	8,60%
2.4.2.2	Urbanização	3.186.000	40,59%	28,98%
2.4.3	**Saneamento**	**585.000**	**7,45%**	**5,32%**
2.4.4	**Abastecimento de água**	**450.000**	**5,73%**	**4,09%**
2.4.5	**Resíduos sólidos**	**0**	**0,00%**	***0,00%***
2.4.6	**Protecção do meio amb. e conserv. da natureza**	**220.000**	**2,80%**	**2,00%**
2.4.6.1	Higiene pública	0	0,00%	***0,00%***
2.4.6.2	Cemitérios	25.000	0,32%	0,23%
2.4.6.3	Meio Ambiente	195.000	2,48%	1,77%
2.5.	**Serviços culturais, recreativos e religiosos**	**556.000**	**7,08%**	**5,06%**
2.5.1	Cultura	275.000	3,50%	2,50%
2.5.2	Desporto, recreio e lazer	281.000	3,58%	2,56%
3	Funções económicas	2.073.000	100,00%	18,86%
3.1.	**Agricultura, pecuária, silvicultura, caça e pesca**	**5.000**	**0,24%**	**0,05%**
3.2.	**Indústria e energia**	**393.000**	**18,96%**	**3,58%**
3.2.1	Iluminação pública	111.000	5,35%	1,01%
3.2.2	Energia	161.000	7,77%	1,46%
3.2.3	Estabelecimentos Industriais	121.000	5,84%	1,10%
3.3.	**Transportes e Comunicações**	**1.208.000**	**58,27%**	**10,99%**
3.3.1	**Transportes rodoviários**	**1.201.000**	**57,94%**	**10,93%**
3.3.1.1	Rede viária e sinalização	1.161.000	56,01%	10,56%
3.3.1.2	Estacionamento	40.000	1,93%	0,36%
3.3.2	**Transportes aéreos**	**7.000**	**0,34%**	**0,06%**
3.4.	**Comércio e turismo**	**467.000**	**22,53%**	**4,25%**
3.4.1	Mercados e feiras	205.000	9,89%	1,86%
3.4.2	Turismo	262.000	12,64%	2,38%
	TOTAL	10.992.500	100,00%	100,00%

Valores: euros

Do conjunto dos programas de investimento, representativos das áreas de actuação do Município, destacam-se pela expressão que assumem os seguintes projectos:

- *Habitação e serviços colectivos*, que absorve cerca de 6.613.000,00 euros (60,16%), assumem maior relevância ao nível da habitação:
  - Aquisição de terrenos e imóveis diversos – 300.000,00 euros
  - Conservação de fogos dos bairros de habitação social – 200.000,00 euros
  - Construção da sede de junta de Outeiro – 240.000,00 euros
  - Recuperação de imóveis na zona histórica para residência de estudantes – 100.000,00 euros

  Ao nível do ordenamento do território:
  - Vários projectos de Planeamento – 945.000,00 euros
  - Arranjos nos arruamentos da cidade – 700.000,00 euros
  - Construção da ciclovia na zona envolvente do IPB – 500.000,00 euros
  - 2ª fase da ciclovia, ligação ao CCV – 895.000,00 euros
  - Construção da ciclovia da Mãe D'Água – 530.000,00 euros
  - Construção da Praça Nova da Mãe D'Água – 400.000,00 euros
  - Ao nível do saneamento: Execução de redes e infraestruturas de saneamento básico em Lagomar, Terroso, Gondesende, Frieira, Vila Boa, Parâmio, Freixeda, Quintas de Montesinho e outras – 400.000,00 euros
- *Ensino Básico*, onde foram inscritas dotações na ordem de 665.000,00 euros, sendo que 300.000,00 euros são destinados à construção de Centros Escolares e 200.000,00 à ampliação da Casa da Seda;
- *Transportes e comunicações*, onde se orçamentam 1.208.000,00 euros, com maior expressão na rede viária e sinalização – 1.161.000,00 euros, o que corresponde a 10,56% das despesas orçadas, destacando-se:
  - Beneficiação e pavimentação das vias municipais EM 542 de Coelhoso ao Rio Sabor, EM 537 de Sta. Comba de Rossas a Pinela e de Sta. Comba de Rossas a Rebordainhos – 300.000,00 euros;
  - Beneficiação, alargamento e pavimentação das vias municipais EM 521 de S.Pedro dos Serracenos a Alfaião, CM 1204 da EN 308 a Laviados – 365.000,00 euros;
  - Beneficiação e pavimentação de outras vias municipais de apoio agrícola, caminho de Donai e Vila Nova, Pinela e Vila Boa, Formil e Fontes Barrosas, Zoio e a En 316 Soutelo e Cova de Lua, Redordãos e CM 1064 acesso à Sra. da Serra e Ligação de Castro de Avelãs-Nó IP4 – 100.000,00 euros.
- *Serviços culturais, recreativos e religiosos*, dotada com cerca de 556.000,00 euros, que correspondem a 5,06% da despesa do PPI para 2011.

6.2. Plano de Actividades Municipal mais relevantes da gestão autárquica para o ano 2011

A par da preparação do PPI e constituindo, também este, a definição das linhas de desenvolvimento estratégico desta autarquia, encontra-se o Plano de Actividades Municipal (PAM) para 2011. Este evidencia, em termos de grandes opções do plano, as transferência financeiras que se farão para outras entidades.

O fluxo financeiro líquido para o conjunto das actividades que não sendo consideradas de investimento são padronizadas como sendo as mais relevantes, constituem uma previsão de financiamento definido no valor de 2.447.400,00 euros.

QUADRO 20: Plano de Actividades Municipal para 2011 – Resumo

Código Obj./Prog.	Designação das rubricas	Valor do Investimento	% dentro do Obj./prog	% em relação ao total PPI
1	Funções gerais	120.000	100,00%	4,90%
1.1.	Serviços gerais de administração pública	100.000	83,33%	4,09%
1.1.1	Administração geral	100.000	83,33%	4,09%
1.1.1.1	Edifícios	0	0,00%	0,00%
1.1.1.2	Material de transporte	0	0,00%	0,00%
1.1.1.3	Maquinaria e equipamento	100.000	83,33%	4,09%
1.2.	Segurança e ordem pública	20.000	16,67%	0,82%
1.2.1	Protecção civil e luta contra incêndios	20.000	16,67%	0,82%
1.2.1.1	Bombeiros	20.000	16,67%	0,82%
1.2.1.2	Segurança pública	0	0,00%	0,00%
2	Funções sociais	1.787.400	100,00%	73,03%
2.1.	Educação	31.000	1,73%	1,27%
2.1.1	Ensino não superior	6.000	0,34%	0,25%
2.1.1.1	Ensino Pré-escolar	0	0,00%	0,00%
2.1.1.2	Ensino Básico	5.000	0,28%	0,20%
2.1.1.3	Educação de adultos	1.000	0,06%	0,04%
2.1.2	Serviços auxiliares de Ensino	25.000	1,40%	1,02%
2.2.	Saúde	0	0,00%	0,00%
2.2.1	Serviços Individuais de Saúde	0	0,00%	0,00%
2.3.	Segurança e Acção Sociais	620.000	34,69%	25,33%
2.3.2	Acção social	620.000	34,69%	25,33%
2.4.	Habitação e serviços colectivos	581.400	32,53%	23,76%
2.4.1	Habitação	30.000	1,68%	1,23%
2.4.2	Ordenamento do Território	105.000	5,87%	4,29%
2.4.2.1	Planeamento Urbanístico	0	0,00%	0,00%
2.4.2.2	Urbanização	105.000	5,87%	4,29%
2.4.3	Saneamento	0	0,00%	0,00%
2.4.4	Abastecimento de água	0	0,00%	0,00%
2.4.5	Resíduos sólidos	397.800	22,26%	16,25%
2.4.6	Protecção do meio amb. e conserv. da natureza	48.600	2,72%	1,99%
2.4.6.1	Higiene pública	32.600	1,82%	1,33%
2.4.6.2	Cemitérios	5.000	0,28%	0,20%
2.4.6.3	Meio Ambiente	11.000	0,62%	0,45%
2.5.	Serviços culturais, recreativos e religiosos	555.000	31,05%	22,68%
2.5.1	Cultura	275.000	15,39%	11,24%
2.5.2	Desporto, recreio e lazer	280.000	15,67%	11,44%
3	Funções económicas	540.000	100,00%	22,06%
3.1.	Agricultura, pecuária, silvicultura, caça e pesca	5.000	0,93%	0,20%
3.2.	Indústria e energia	300.000	55,56%	12,26%
3.2.1	Iluminação pública	0	0,00%	0,00%
3.2.2	Energia	0	0,00%	0,00%
3.2.3	Estabelecimentos Industriais	300.000	55,56%	12,26%
3.3.	Transportes e Comunicações	30.000	5,56%	1,23%
3.3.1	Transportes rodoviários	30.000	5,56%	1,23%
3.3.1.1	Rede viária e sinalização	30.000	5,56%	1,23%
3.3.1.2	Estacionamento	0	0,00%	0,00%
3.3.2	Transportes aéreos	0	0,00%	0,00%
3.4.	Comércio e turismo	205.000	37,96%	8,38%
3.4.1	Mercados e feiras	100.000	18,52%	4,09%
3.4.2	Turismo	105.000	19,44%	4,29%
TOTAL		2.447.400	100,00%	100,00%

Visando sempre uma crescente disciplina orçamental, as dotações (de capital ou correntes) inerentes à formação de compromissos, anteriormente assumidos no âmbito das parcerias já contratadas, entre o Município e a administração (central e local), as instituições sem fins lucrativos e as famílias preconiza-se com o apoio dado:

- *Educação*: Apoio à construção do Centro Académico do IPB;

- *Acção social*: à reabilitação das habitações de famílias carenciadas, à construção de centros de convívio, à construção de centros de dia e lares da terceira idade, bem como no apoio destinado à construção de centros sociais e paroquiais;

- *Habitação e Serviços Colectivos*: assumem-se os principais encargos com a construção de sedes de junta de freguesia, apoio à requalificação dos largos das aldeias, apoio à construção de infra-estruturas de valorização de matéria orgânica da empresa intermunicipal de Resíduos do Nordeste;

- No subprograma *serviços culturais, recreativos e religiosos*: ao desenvolvimento das actividades promovidas pelas Associações culturais, recreativas e desportivas e à construção e ou beneficiação dos seus equipamentos colectivos;

- No sector dos *estabelecimentos industriais*: Apoio à Brigantia EcoPark.

Assinala-se, ainda, o apoio atribuído à realização de feiras e certames no Comércio e Turismo.

7. Explicitação do Plano Plurianual de Investimentos

Funções Gerais

"O limite ideal para o qual se encaminha a nova organização do trabalho é aquele em que este se limitaria a esta única força de acção: a iniciativa."

Jean Fourastié

1.1. Serviços Gerais de Administração Pública

1.1.1. Administração Geral

1.1.1.1. Edifícios

Para além dos trabalhos correntes de conservação e manutenção das instalações municipais, terminadas as obras de beneficiação dos armazéns com vista a uma gestão centralizada e integrada, e em fase de conclusão, realizar-se-ão, também, acções correntes de manutenção das instalações municipais a executar por administração directa, assim como intervenções por empreitada.

Para a modernização da gestão, redes e serviços municipais, pretende-se efectuar uma reorganização funcional e espacial dos serviços municipais, aumentando a acessibilidade, qualidade e eficiência dos mesmos. As condições de atendimento ao munícipe serão melhoradas com a instalação do Balcão Único e melhoradas, também, as condições de trabalho dos colaboradores do Município, sendo ajustadas às necessidades diárias do seu desempenho.

Assim e para tal, iniciou-se já em 2010 o projecto, que envolve a remodelação do edifício sede do Município. Este projecto visa a criação de um centro de referência nas áreas da construção e do urbanismo sustentável, denominando-se EcoPolis.

O EcoPolis, será o resultado da reconversão e ampliação dos edifícios existentes, irá acolher os órgãos da Autarquia e respectivos serviços de apoio, bem como um Balcão Único para atendimento do público.

Este projecto visa incorporar um conjunto de aspectos inovadores em termos de construção sustentável, como a escolha criteriosa dos materiais, de preferência reciclados, a redução das necessidades energéticas através da instalação de infra-estruturas de produção de energias renováveis, o aproveitamento das águas da chuva, a reciclagem das águas cinzentas e a utilização de sistemas passivos.
Por sistemas passivos entende-se a implementação de dispositivos construtivos nos edifícios, com o objectivo de contribuir para o seu aquecimento ou arrefecimento natural. No caso do aquecimento, estes sistemas pretendem maximizar a captação do sol no Inverno, através de vãos envidraçados bem orientados e dimensionados, aos quais se podem associar elementos massivos que permitirão o armazenamento da energia solar e a sua utilização em horas posteriores.

Estes dispositivos, geralmente denominados de Sistemas de Aquecimento Passivo, são classificados da seguinte forma:

- Ganho directo;
- Ganho indirecto ou desfasado – parede de trombe, parede massiva e colunas de água;
- Ganho Isolado – espaço estufa ou colector de ar.

No caso do arrefecimento, os sistemas passivos tiram partido de fontes frias de modo a arrefecer o edifício. Uma fonte fria no Verão é o próprio solo, cuja temperatura é sempre inferior à temperatura do ar exterior, sendo pois uma excelente fonte de arrefecimento dos edifícios. Outra fonte fria é o ar exterior, que em determinadas horas do dia (noite e manhã) apresenta uma temperatura inferior à temperatura interior dos próprios edifícios. Existem ainda outros sistemas de arrefecimento como o arrefecimento radiativo, que tira partido da diferença de temperatura radiativa entre a envolvente do edifício e a temperatura do "céu", e o arrefecimento provocado pela evaporação de água. Em súmula, os Sistemas de Arrefecimento Passivo são classificados da seguinte forma:

- Ventilação Natural;
- Arrefecimento pelo Solo;
- Arrefecimento Evaporativo;
- Arrefecimento Radiativo.

O EcoPolis deverá ainda incluir um conjunto de sistemas para gestão de recursos, sejam eles electricidade, gás natural ou água, bem como para controlo e monitorização das emissões de gases com efeito de estufa e efluentes. Estes sistemas deverão estar associados a uma plataforma Web de modo a permitir uma avaliação em tempo real e a promover o carácter demonstrador deste projecto.
Sinaliza-se ainda que o EcoPolis irá procurar obter a certificação como edifício sustentável.

O EcoPolis terá uma importante função demonstradora junto do público, em especial junto da população de Trás-os-Montes, pelo que deverão ser promovidas visitas e sessões de demonstração, direccionadas a públicos especializados, como técnicos dos municípios de Trás-os-Montes, gabinetes de engenharia e arquitectura, empresas do sector da construção civil e sectores relacionados, e a públicos mais genérico, desde estudantes (de todos os graus de ensino, desde o ensino básico ao ensino superior) à população em geral.

1.1.1.2. Material de Transporte

1 – Serviço de Transportes Urbanos de Bragança (STUB)

A frota do STUB é composta por 17 autocarros, com uma capacidade média de transporte de 46 lugares, sendo a idade média da frota é de 12,5 anos. Doze autocarros foram adquiridos na última década, razão porque a idade média não é elevada, no entanto o Município dispõe

alguns autocarros com idade muito elevada, por no período de 1990/1997, só ter sido adquirido um autocarro.

Com a entrada em funcionamento de novos equipamentos (Centro de Saúde de Santa Maria e Centros Escolares), tornou-se necessário adoptar um conjunto de medidas que visassem a reorganização de percursos e horários, no sentido de servir melhor os utentes e alunos.

No ano de 2009, o STUB efectuou 465.437 Quilómetros e transportou cerca de 311.000 passageiros nas 12 linhas diárias e 4 linhas semanais.

Prevê-se, para o ano de 2010, que o serviço efectuado pelo STUB seja muito equivalente ao que se verificou no ano de 2009.

Em 2010, o STUB comemorou os 25 anos de existência. Neste contexto, foram levadas a cabo várias iniciativas, das quais a publicação de uma brochura alusiva aos primeiros 25 anos do serviço do STUB. Também se realizou, em Bragança, o encontro nacional dos trabalhadores dos transportes urbanos, bem como, o workshop subordinado ao tema "Transporte Público de Passageiros em Territórios de Baixa Densidade – Que Futuro?". Neste último evento, foram apresentados vários modelos internacionais de transportes baseados na integração dos vários tipos de utentes (escolares e geral) e da modalidade do transporte a pedido. Tais modelos poderão eventualmente ser transpostos à nossa realidade, devendo existir para o efeito um estudo de pormenor e uma evolução da legislação nacional.

Foi ainda disponibilizada no site do STUB (www.stub.com.pt) a aplicação *StubMobile* que permitirá descarregar, para os telemóveis dos utentes, os horários do STUB em formato digital. A aplicação permite a qualquer momento saber quantos minutos faltam para determinado autocarro, calcula o horário mais próximo em determinada paragem. O seu uso não acarreta quaisquer custos ao utilizador, uma vez que a informação necessária se encontra armazenada no interior da aplicação.

Para maior comodidade dos utentes, serão colocados, no primeiro trimestre de 2011, mais 6 abrigos na zona urbana.

2 – Serviço de Transportes de Turismo

Está previsto para o ano de 2011, a aquisição de um novo autocarro de turismo para substituição do já existente tendo em conta o elevado estado de desgaste tanto ao nível mecânico, como de conforto e chaparia.

O investimento numa nova viatura permitirá assegurar todo o transporte escolar na cidade (almoços e Actividades Extra-curriculares) sem recurso à contratação externa. Também irá reduzir de forma significativa, a contratação de serviços de transporte de turismo em eventos de serviços ocasionais.

1.1.1.3. Maquinaria e Equipamento

Pretende-se para o ano de 2011 a centralização efectiva de toda a frota do município, visando obter uma melhor rentabilização das aquisições, das manutenções, das reparações e das utilizações.

A gestão da frota municipal terá como orientação critérios de índole económica como: o preço; os custos de manutenção; o consumo, e a critérios de protecção ambiental.

Assim prevê-se a aquisição de 5 viaturas ligeiras tipo utilitário de baixo custo e com manutenção pouco dispendiosa para substituição de 12 equipamentos que devido à idade e tipologia apresentam custos de conservação e consumos elevados.

Será incorporada na frota um sistema de localização e monitorização dos veículos municipais de modo a potenciar a gestão da frota, minimizando o desperdício.

Ao nível do parque de equipamento, com vista à conservação e manutenção da rede viária e do apoio as freguesias, prevê-se a aquisição de mais um destroçador e tractor, no sentido de reforçar o sistema de manutenção da rede viária, bem como uma mini-pá carregadora multifunções para apoio à equipa de manutenção de vias, garantindo, deste modo, uma maior qualidade no trabalho de manutenção da rede viária municipal.

No que concerne às telecomunicações, a mudança de operador de comunicações móveis ocorrida em Agosto de 2010, no decorrer de um procedimento de concurso público, irá permitir uma poupança com a factura com os telemóveis em cerca 5% para 2010 e de 10% nos anos subsequentes.

As evoluções tecnológicas na aérea das telecomunicações permitem arranjar formas de minimizar os gastos em telecomunicações. Para tal, depois de terminado o estudo para reestruturação da rede de telecomunicações do Município, com a integração dos serviços da rede fixa e móvel numa arquitectura única, baseada numa rede virtual de comutação disponibilizada por um operador, irá ser instalada, no inicio do ano de 2011, uma rede de fibra óptica que interliga todos os edifícios municipais. Com esta infra-estrutura, espera-se melhorar

a qualidade de serviço das comunicações de voz e dados reduzindo os custos de operação em cerca de 20%. Desta forma, toda a rede de telecomunicação do Município será uma só, independentemente da actual descentralização dos serviços por vários edifícios, com um único número de contacto e uma só telefonista.

Novas Tecnologias de Informação e de Comunicação

A implementação das novas tecnologias de informação e comunicação, nos Serviços Municipais, tem acrescentado eficácia aos mesmos, aproximando os munícipes de conteúdos relevantes, e do seu interesse, ao nível, cultural, social, da aprendizagem, do desporto e de âmbito administrativo, promovendo uma sociedade mais participativa e contribuindo para uma maior transparência e difusão do poder local.
Por outro lado, internamente, a aplicação das novas tecnologias tem produzido um acréscimo na eficiência dos processos administrativos, que simultaneamente se traduz também na melhoria da qualidade dos serviços prestados aos cidadãos.
Neste âmbito, o Município integrou uma candidatura promovida pela Associação de Municípios da Terra Fria do Nordeste Transmontano ao programa Sistema de Apoio à Modernização Administrativa (SAMA) encontrando-se em fase de implementação os projectos a seguir enumerados, à excepção do designado "Balcão Único". O investimento elegível é de 154.830,00 euros, dos quais 30% é da responsabilidade do Município.

1-Gestão Documental/Workflow

Foram identificadas duas áreas de intervenção urgentes que irão produzir resultados a curto e médio prazo. São elas as áreas da Gestão Documental, e do Workflow. A Gestão Documental complementa a computação tradicional permitindo a aquisição, acesso, encaminhamento e monitorização de um documento, melhorando assim a utilização do espaço de armazenamento bem como o acesso à informação, tornando-o mais rápido e simples. As vantagens principais surgem quando os sistemas são implementados para suportar os processos da organização através do recurso à gestão de processos (Workflow).

A desmaterialização de processos, já iniciada, visa:

- Garantir o registo, indexação e pesquisa de toda a documentação entrada/saída e produzida internamente na autarquia;
- Guardar, localizar e imediatamente disponibilizar um documento, quando necessário e de acordo com as regras de acesso;
- Integrar informação existente nas aplicações de gestão municipal;
- Implementar mecanismos de workflow;
- Reduzir custos.

2-Serviços Online

Um das estratégias de evolução dos sistemas de informação no Município passa pela disponibilização de serviços online dirigidos aos seus Munícipes e instituições que necessitem de interagir com o Município. A disponibilização de serviços online representa um grande desafio para a Autarquia, dadas as implicações não só ao nível do seu BackOffice, como da reengenharia dos seus processos, e da actualização das suas infra-estruturas.

Os serviços a implementar são:

- Submissão de Requerimentos On-Line
- Consulta Remota de Processos
- Pagamento de Taxas e Licenças

3- Intranet Municipal

A Intranet Municipal, encontra-se em decurso. Será a plataforma por excelência de divulgação da informação dentro da organização, permitindo aos serviços consultar informação e efectuar o respectivo atendimento ao público. A nível interno, pretende-se que a Intranet seja o principal veículo de comunicação e distribuição de informação. Com a possibilidade de acesso a informação disponível e actualizada os trabalhadores e dirigentes reduzem o tempo dispendido na pesquisa de dados, o que se traduz num aumento de produtividade.

Permite a criação de um ambiente de trabalho homogéneo para todos os agentes, proporcionando a agilização dos serviços. Este processo de Webização facilita a desconcentração de funções e serviços e promove a aproximação ao cidadão aumentando o grau de satisfação, e ainda potencia um acréscimo de produtividade.

4- Balcão Único

A criação de uma plataforma de atendimento do tipo balcão único vai simplificar as relações entre os munícipes e a Autarquia, através da criação de um ponto único de contacto com os serviços autárquicos. Serviços das diversas unidades orgânicas serão concentrados num único local, permitindo aos munícipes e empresas tratarem de assuntos diversificados numa única interacção e num único local.

Os diversos serviços com atendimento estarão presentes neste espaço, onde os munícipes possam tratar de todos os assuntos que os liga à Autarquia, nomeadamente:

- Obtenção de informação relativa a qualquer procedimento administrativo;
- Apresentação de sugestões / Reclamações;
- Entrega de requerimentos;
- Obtenção de informação sobre qualquer processo do seu interesse;
- Requisição de serviços;
- Pagamento de facturação de serviços prestados.

Este projecto, por razões de espaço físico do actual edifício Sede do Município, só é concretizável com novas instalações municipais.

5- Modernização do Parque Informático

No âmbito do SAMA, as verbas previstas para a Gestão Documental não foram todas aplicadas, tendo sido proposta uma reformulação financeira, com alocação de verbas à aquisição de postos de trabalho e periféricos.

Pretende-se dotar o município de equipamentos de suporte às aplicações, criando assim condições para basear o seu funcionamento num sistema eminentemente desmaterializado.

Potenciando ainda o desenvolvimento de soluções de comunicação integradas, que assegurem a conectividade entre os vários edifícios, numa óptica de racionalização das infra-estruturas e/ou serviços de comunicações.

Além destes projectos descritos e comparticipados, outros foram implementados, ou estão em fase de implementação, que irão conferir maior rigor, maior segurança e dinâmicas mais sólidas no âmbito da actividade municipal, ou no contexto educativo sob a tutela da Autarquia.

Estes projectos integraram uma candidatura, (à excepção da reestruturação do centro de dados), ainda não aprovada, que envolve o montante de 441.840,00 euros, suportada em 40%, pelo orçamento municipal.

São eles:

A Reestruturação do Centro de Dados, em fase de finalização, optimizou os recursos computacionais do Município, através de tecnologias inovadoras de virtualização, obtendo elevados benefícios tecnológicos e financeiros.
Através desta optimização e consolidação, o Município:

- Reduziu o espaço físico necessário no centro de dados.
- Reduziu a dissipação de calor, e consequentemente a necessidade de refrigeração.
- Reduziu o número de cabos rede, menor número de cabos, significa menor número de portas nos switchs.
- Reduziu o número de tomadas e cabos de energia.
- Reduziu os HBA's e Switches Fiber Channel para acesso ao Storage.
- Reduziu os custos energéticos totais.

A Interligação de serviço vai evoluir em 2011 estando nesta data em aberto duas possibilidades:

- Instalar uma rede própria em fibra óptica, que visa a interligação dos vários edifícios localizados na cidade de Bragança, e que estão sob a gestão da Autarquia, nomeadamente os novos centros escolares;
- Fazer o outsourcing do circuito e dos serviços necessários a um operador de comunicações, e de forma faseada e de acordo com as reais necessidades, fazer ligações aos serviços autárquicos dispersos, começando prioritariamente pelo edifício do Centro Cultural / Biblioteca Municipal.

Em 2011, também será implementado um sistema de Impressão Centralizada, renovando o parque de impressão, cópia, fax e digitalização no Município substituindo o actual parque de impressão por equipamentos multifuncionais instalados em rede e em locais estratégicos que possam ser acedidos pelos vários serviços.

O aumento do volume de impressão gera actualmente um acréscimo de custos.

Em consequência o município de Bragança pretende responder aos seguintes desafios:
- Gerir os equipamentos de impressão de rede.
- Controlar os custos de impressão.

A integração das Tecnologias de Informação e Comunicação nos processos de ensino e aprendizagem passou, por várias fases de aperfeiçoamento. O objectivo passa, agora, por disponibilizar a todas as escolas do primeiro ciclo, sob tutela da autarquia, as seguintes plataformas tecnológicas e serviços:

- ✓ Kit Tecnológico: QUADROs interactivos, computadores com ligação à Internet, impressoras multifunções e videoprojectores;
- ✓ Redes locais: Garantir o acesso à Internet em todas as salas de aula;
- ✓ Segurança: Dotar os computadores com mecanismos de protecção e de controlo de acessos à Internet;

- ✓ Software: Uniformizar sistemas operativos e Office, garantindo que são instaladas as versões mais recentes;
- ✓ Conteúdos: Generalizar o acesso a conteúdos didácticos, ensino à distância e comunicação;
- ✓ Formação: Reforçar a formação dos professores, qualificando-os para a utilização das TIC no ambiente educativo.

No ano lectivo de 2010/11 as 17 escolas do meio rural e cidade, os 2 centros escolares e os 9 Jardins de Infância estão equipados com 122 PC´s, 59 impressoras, 41 portáteis e 33 quadros interactivos. O equipamento instalado e respectivo uso é monitorizado a tempo inteiro por um técnico de informática municipal.

1.2. Segurança e Ordem Públicas

1.2.1. Protecção Civil e luta contra incêndios

1.2.1.1. Bombeiros

O Município de Bragança, ciente da importância que as Associações de Bombeiros Voluntários de Bragança e Izeda desempenham em prol da actividade voluntária e de ajuda humanitária, dará continuidade, à semelhança do que foi feito durante os anos anteriores, ao apoio com as verbas que permitirão fazer face às despesas de funcionamento, pagamento de parte do custo com pessoal permanente e seguros de pessoal.

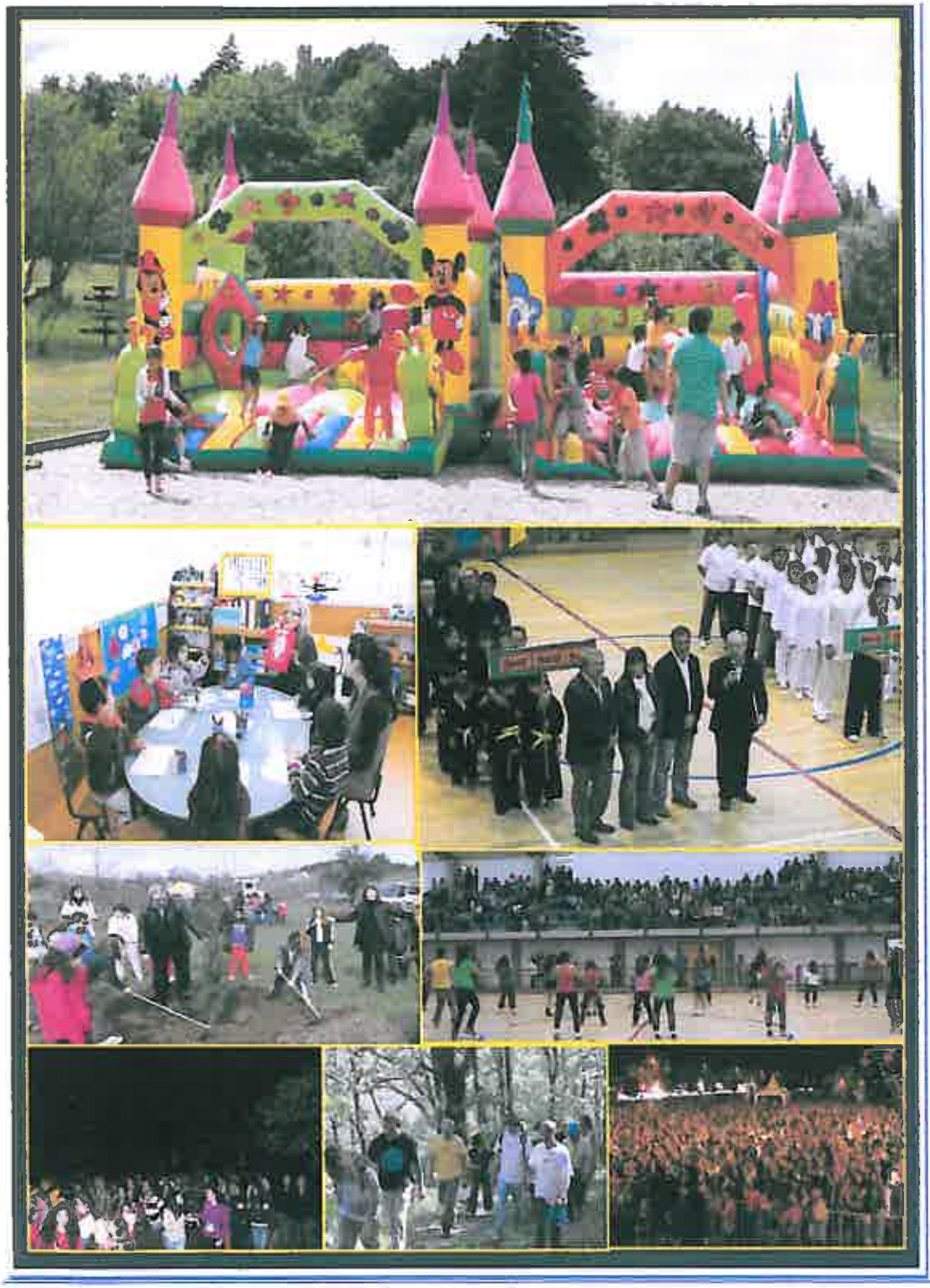
1.2.1.2. Segurança Pública

Para a Câmara Municipal, a segurança pública, face às responsabilidades que ao Município estão atribuídas, está na primeira das prioridades, associada às muitas decisões de investimento nas várias áreas de actuação da Câmara Municipal, bem como da permanente disponibilização de recursos financeiros, humanos e de equipamentos.

Durante o ano de 2010, introduziram-se melhorias substanciais no sistema de Protecção Civil, ao nível dos equipamentos. Incorporou-se num veículo pesado um espalhador de sal de 8 ton, uma pá limpa neves com 3 ml e uma grua. Foram, ainda, equipadas com lâminas limpa-neve e espalhadores de sal, 2 viaturas todo o terreno (PickUp) e um tractor.
Prevê-se para o ano de 2011 a aquisição de um veículo todo o terreno para apoio à Protecção Civil.

Funções Sociais

*"Somos aquilo que fazemos consistentemente. Assim, a **excelência** não é um acto mas sim um hábito."*
Aristóteles



2.1. Educação

2.1.1. Ensino Não Superior

2.1.1.1. Ensino Pré-Escolar

Nesta área, dar-se-á continuidade à política de melhoria das condições de funcionamento dos equipamentos de educação pré-escolar implementada nos últimos anos, reforçados com a entrada em funcionamento de duas novas salas de elevada qualidade em cada um dos centros escolares, o da Sé e o de Santa Maria, assegurando, a nível da componente social, a disponibilização dos recursos humanos para as componentes de apoio ao serviço de refeições e de prolongamento de horário, bem como o fornecimento de material de apoio às actividades, procurando satisfazer as necessidades da comunidade escolar.

Concluir-se-á o processo de dotação, nas novas salas dos centros escolares de Santa Maria e da Sé, do material didáctico adequado às exigências actuais de um ensino de qualidade e proceder-se-á à actualização/substituição do existente nas restantes salas de jardim-de-infância existentes no concelho que se encontra ultrapassado face às novas exigências ou deteriorado pelo uso.

Com a conclusão, no ano de 2010, do processo de admissão de seis auxiliares de acção educativa para assegurar as componentes lectiva e social dos novos centros escolares, fica assegurado o normal funcionamento de duas salas em cada um dos centros.
Perspectivando-se nos próximos anos a entrada em funcionamento das restantes duas salas em cada centro será necessário proceder ao recrutamento de mais auxiliares para satisfazer as necessidades no acompanhamento dos alunos deste nível de ensino.
No entanto, dado que o procedimento da abertura de novas salas será feito de forma gradual e respondendo às necessidades verificadas em cada momento, o mesmo ocorrerá com o processo de admissão de novas auxiliares.

Em colaboração com o Conservatório de Música de Bragança, criou-se o Projecto Música na Infância onde, de uma forma lúdica adaptada a este nível de ensino, se trabalha o ensino da música, uma hora por semana, nos jardins-de-infância da área urbana. É um projecto experimental, podendo posteriormente ser alargado para a área rural, dependendo dos recursos existentes.
De igual modo, dependendo dos recursos humanos a integrar o QUADRO de pessoal do município e da disponibilidade de horário a praticar no sector de desporto, poder-se-á, também, oferecer uma hora por semana de Educação Física a este nível de ensino.

2.1.1.2. Ensino Básico

Com as alterações introduzidas pelo processo de reordenamento da rede escolar do concelho, nomeadamente com a abertura dos centros escolares de Santa Maria e da Sé, o encerramento de algumas escolas EB1, quer na área urbana quer na área rural, e a concentração dos alunos nos pólos escolares definidos na Carta Educativa, torna-se necessário continuar o processo de equipamento dos novos Centros Escolares procedendo à aquisição de equipamentos não previstos nos projectos iniciais e que só a sua entrada em funcionamento permitiu detectar a falta, à reafectação do equipamento das escolas que encerraram e à renovação de equipamento das escolas em funcionamento que, face às características desta área, ao desgaste constante dos materiais e à evolução da tecnologia na Educação, exige um esforço permanente de actualização para que os alunos tenham, no imediato, as melhores condições de aprendizagem.

Durante o ano de 2011, e como consequência das grandes alterações introduzidas, será feito um acompanhamento permanente do funcionamento da rede educativa do concelho por forma a obter o máximo de informação que permita realizar uma avaliação do seu funcionamento tendo em vista a introdução dos ajustes que se vierem a manifestar necessários e a revisão da Carta Educativa.

No âmbito da implementação de soluções tecnológicas de apoio ao desenvolvimento educativo pretende-se concluir o processo de aquisição e instalação de quadros interactivos, iniciado em 2009, nas escolas EB1 da área rural, com a sua implementação nas escolas da área urbana em falta.

A "Escola a tempo inteiro" trouxe para a autarquia mais responsabilidades e mais custos nomeadamente a nível do serviço de refeições.
Será necessário continuar a assegurar a disponibilização de espaços para serem servidas as refeições e para desenvolvimento das Actividades de Enriquecimento Curricular através da contratualização com entidades externas, ou da colocação de contentores, nas escolas que não possuam esses espaços. Será feito o acompanhamento dos alunos durante as horas das refeições, num processo de gestão em parceria com os agrupamentos de escolas e as juntas de freguesia.
No ano lectivo de 2010/2011, o programa de generalização de refeições abrange a totalidade das escolas e dos jardins-de-infância do concelho, estando 1098 alunos inscritos para usufruir deste serviço, representando 86% do total de alunos matriculados. Destes, 819 são alunos do 1.º ciclo de ensino básico e 279 são alunos do ensino pré-escolar.

Como complemento do serviço de refeições, e sabendo das dificuldades com que algumas famílias se deparam, às crianças carenciadas do concelho será fornecido um suplemento alimentar, composto por fruta e sandes, que abrangerá um total de 322 alunos.
Ao longo dos últimos anos, tem-se vindo a renovar algum mobiliário nas escolas de 1º ciclo. Com a reafectação do mobiliário das escolas que encerraram, substituiu-se o mobiliário em estado mais degradado de outras escolas. No entanto, este processo não resolveu a totalidade das necessidades sentidas pelo que, durante 2011, será dada continuação ao processo de renovação de mobiliário que se encontra envelhecido.

Pretende-se continuar a contribuir para um ensino de qualidade e mais participativo por parte de todos os agentes ligados à Escola, agrupamentos, pais/encarregados de educação e Ministério da Educação, pelo que a C.M.B. marcará presença nos conselhos gerais dos três agrupamentos de escolas e das duas escolas secundárias do concelho através dos seus três representantes.

Ainda neste âmbito, o Conselho Municipal de Educação continuará a ser privilegiado como um espaço de trabalho, de reflexão, debate e partilha de opiniões e saberes que nos permitam com mais certeza, encontrar as soluções mais adequadas para os problemas educativos no concelho de Bragança.

Pensando na formação e educação dos jovens, continuar-se-á o plano de divulgação das actividades dirigidas ao público escolar, realizadas no Centro Cultural Adriano Moreira/ Biblioteca Municipal, no Teatro Municipal, no Museu Ibérico da Máscara e do Traje e no Centro de Arte Contemporânea Graça Morais promovendo, no âmbito do serviço educativo, "pacotes" de actividades a propor às escolas do concelho, principalmente às do meio rural, abrangendo actividades a desenvolver de forma integrada nos diversos equipamentos culturais do município que vão desde as visitas jogo e guiadas às exposições, aos espectáculos musicais e teatrais direccionados para este público, passando por ateliers de máscaras, escrita, dança e leitura, e pelas oficinas pedagógicas, oferecendo, deste modo, um serviço educativo transversal aos vários equipamentos culturais.

No âmbito do protocolo assinado com o Plano Nacional de Leitura, com o objectivo de elevar os níveis de literacia dos portugueses através da promoção da leitura, dar-se-á continuidade ao trabalho em rede com as escolas do concelho na elaboração de um catálogo conjunto de modo a não haver repetição de obras nas várias bibliotecas escolares do concelho, na definição de um plano de actividades conjunto entre as bibliotecas escolares e a biblioteca municipal, promovendo o intercâmbio e a interacção dos objectivos comuns, e na implementação, integrada no SABE (Serviço de Apoio às Bibliotecas Escolares), do processo de aquisição de livros e material didáctico para as bibliotecas escolares.

Continuaremos a apoiar actividades e projectos das várias escolas do concelho que sejam considerados pedagógicos e relevantes para a comunidade educativa, como a publicação de livros elaborados pelos alunos, produção de exposições, deslocação de escritores nacionais às escolas e acções de formação para o público escolar.
Na área socioeducativa, continuaremos a desenvolver acções através da concessão de apoios (transportes, alimentação e manuais escolares) aos alunos carenciados do concelho. Os alunos deslocados das suas residências na área rural, devido à concentração de escolas, terão assegurado o transporte e a alimentação. Todos os alunos do 1º ciclo terão oportunidade de frequentar três actividades de enriquecimento curricular – Inglês, Educação Musical e Actividade Física e Desportiva.

Complementando o apoio prestado no âmbito do ensino básico, aos alunos e às famílias do concelho, não podemos deixar de destacar as Férias Culturais e Desportivas, realizadas durante o mês de Julho, que têm vindo a proporcionar, aos jovens dos 6 aos 16 anos, novas experiências e hábitos de vida saudáveis associados a momentos de diversão e de vivências culturais e desportivas. É um projecto importante de ocupação dos tempos livres dos jovens, nas semanas que se seguem ao encerramento das actividades lectivas, e, consequentemente, de apoio às famílias.
A preocupação da ocupação dos jovens em momentos de pausa lectiva e a necessidade de diversificar a oferta das actividades concretizar-se-á, em 2011, para além das Férias Culturais e Desportivas no mês de Julho, com visitas guiadas e oficinas pedagógicas realizadas de forma integrada no Teatro Municipal, no Museu Ibérico da Máscara e do Traje, Centro Cultural Municipal Adriano Moreira/ Biblioteca municipal e no Centro de Arte Contemporânea Graça Morais, nas pausas lectivas do Natal e da Páscoa.

Conhecendo a dificuldade que os alunos do interior sentem na aquisição de novas oportunidades, na participação em programas de actividades de investigação científica e formação especializada na área das Ciências, o Município celebrou, em 2009, um protocolo com o Instituto Gulbenkian de Ciência (IGC) e posteriormente com as escolas secundárias da cidade, com a finalidade de atribuir seis estágios aos melhores alunos da área de Biologia (dois alunos em cada escola secundária), a realizar nas instalações do IGC, contribuindo com os custos da deslocação e alojamento durante o período dos estágios. Foi um projecto pioneiro, e com avaliação extremamente positiva, levando o IGC a alargá-lo a mais concelhos, no entanto serão guardadas anualmente três vagas para alunos do concelho de Bragança e registado, no nome do programa, referências a Bragança – Brigaciência.

Em 2011, três alunos terão a oportunidade de estar, durante a pausa lectiva da Páscoa, em Oeiras, partilhando novas experiências na área de Biologia, confrontando-se com cientistas,

professores, investigadores e criando laços que poderão enriquecer as suas vivências e, por conseguinte, enriquecer os seus curricula e o seu futuro.

O **Conservatório de Música de Bragança**, criado pela Câmara Municipal de Bragança, é um estabelecimento de ensino especializado da música que tem vindo, desde o ano lectivo 2004/05 a marcar a sua presença de forma positiva e complementando a educação de jovens e adultos na área artística. O Conservatório iniciou com 85 alunos inscritos, distribuídos por 5 instrumentos: Violino, Violoncelo, Piano, Guitarra e Gaita-de-foles.

No corrente ano lectivo, o Conservatório conta com 143 inscrições e oferece três opções de curso. Curso de Iniciação Musical – Pré-escolar: destinado a crianças dos 4 e 5 anos; Curso de Iniciação Musical – Preparatório: destinado a crianças dos 6 aos 9 anos; Curso Básico em regime supletivo – destinado a crianças a partir dos 10 anos.

Os cursos básicos de Instrumento estão repartidos pelas classes de: piano, violino, violoncelo, guitarra, flauta transversal e, a partir deste ano lectivo, clarinete. A Classe de Gaita-de-foles é uma aposta clara do Conservatório, na tentativa de preservar as tradições da região onde o Conservatório está implantado, e, também, marcar a identidade única no país neste tipo de estabelecimentos de ensino. Devido à especificidade deste tipo de ensino, os Professores contratados são, na sua maioria, especializados na área artística.

A partir do ano lectivo de 2009/2010, os alunos que apresentaram os requisitos exigidos pelo Ministério da Educação, puderam frequentar o Curso Básico em regime articulado. O acesso é gratuito e o curso é financiado integralmente pelo Ministério da Educação sendo o Plano de Estudos do Conservatório articulado com o Plano Curricular da escola de ensino regular que os alunos frequentam. Apesar de terem sido efectuados vários esforços para alargar este programa a outras turmas e agrupamentos, devido às regras de financiamento por parte do Ministério da Educação, neste ano lectivo 2010/2011, continuar-se-á com a turma existente de 6º ano de 27 alunos, no Agrupamento Paulo Quintela.

Pelo terceiro ano, o Conservatório tem a seu cargo a coordenação das Actividades de Enriquecimento Curricular no 1º Ciclo na área do Ensino da Música. Desta forma o Conservatório leva, a todas as crianças que frequentam as Escolas do 1º Ciclo do Concelho de Bragança, o ensino da música.
O Conservatório de Música de Bragança é suportado financeiramente pelas propinas pagas pelos alunos, pelos subsídios do Ministério da Educação e da Câmara Municipal de Bragança.

O **Centro Ciência Viva de Bragança** abriu ao público em Junho de 2007 e tem dois núcleos expositivos: um edifício sede, construído nas margens do rio Fervença e que agrega conteúdos

relacionados com o ambiente e energia e a Casa da Seda, cujos conteúdos são inteiramente dedicados ao processo de produção da Seda.

O Centro Ciência Viva de Bragança cumpriu o seu 3º aniversário a 30 de Junho de 2010. Actualmente, já visitado por cerca de 32 000 pessoas, (visitas de grupos ou individuais 28 000; Cafés de Ciência 740; Casulo das Histórias 396; E Agora Sou Galileu 130; outras actividades 3283) entre visitantes e participantes nas actividades, considera-se um caso de sucesso dentro dos equipamentos culturais e científicos da cidade de Bragança.
Ao longo deste ano realizaram-se várias actividades que constituíram um valioso suporte científico às escolas, uma porta de acesso de toda a comunidade a cientistas de grande renome no panorama científico português e internacional e uma oferta alternativa para os pais ocuparem os seus filhos nos períodos de férias.

De entre variadíssimas actividades realizadas, destacamos:
Os «Cafés de Ciência», tertúlias informais temáticas que contam com a presença de cientistas e investigadores com reconhecido papel no panorama da divulgação da ciência em Portugal. As sessões têm uma periodicidade mensal, têm lugar no Auditório da Casa da Seda; A Semana da Biodiversidade, em parceria com o CIMO/IPB, no âmbito das comemorações do Ano Internacional da Biodiversidade, com percursos pedestres ao longo do rio, com um workshop e saída de campo sobre a diversidade nas montanhas e com várias actividades educativas e lúdicas para as Escolas que nos visitaram nestes períodos; A "Noite no Ciência Viva", uma noite passada no Centro que consiste em convidar as crianças dos 06 aos 12 anos, a passar uma noite singular no museu. Durante essa noite, os participantes puderam descobrir os mais variados segredos do museu, envolveram-se nas actividades e jogos interactivos definidas especificamente para essa noite pela equipa de monitores e viveram uma aventura científica pelas exposições interactivas; A 3ª edição do Quiz "Ciência Viva", ao longo do semestre e pelas escolas dos distritos de Bragança e Vila Real; A 3ª Edição da Mostra de Ciência e terminando o ano lectivo com o 3º Concurso Solar, que teve como novidade, nesta edição, a introdução da categoria dos carrinhos fotovoltaicos, além dos fornos solares;

Realizaram-se cerca de 10 edições do "Casulo das Histórias", que são histórias contadas na Casa da Seda, aos sábados à tarde e que contém uma abordagem à ciência adequada às crianças dos 03 aos 08 anos; As Oficinas "Ciência sem Limites" e os ATL's de Carnaval, Páscoa e Verão foram um sucesso, com todas as vagas preenchidas.

Em 2011 pretendemos continuar com um leque de actividades que satisfaça o público deste equipamento, introduzindo algumas novidades, no sentido de promover a cultura científica, estimular o espírito crítico e a curiosidade científica.

O **Cybercentro de Bragança** é uma associação privada, sem fins lucrativos, cujo principal objectivo é a divulgação e promoção das tecnologias de informação e comunicação. Deste a sua inauguração em 2003 esta associação tem vindo a prestar serviços, à população e ao tecido empresarial, de acordo com as suas necessidades e de acordo com a própria evolução tecnológica.

Até 2007 o serviço mais procurado era o posto de acesso público à Internet que chegou nesse mesmo ano aos 40.000 utilizadores com 24 postos de acesso activos. Desde 2008 que esta procura tem vindo a diminuir significativamente e para 2010 deve estabilizar nos 20.000 utilizadores.
Em 2010 outros serviços têm vindo a crescer e, actualmente, representam um peso bastante grande na actividade do Cybercentro. É o caso dos serviços relacionados com desenvolvimento Web, registo de domínios e alojamentos, a reprografia e as salas de formação. A coordenação do Projecto Localvisão TV, para os Distritos de Bragança e Vila Real, é outra das responsabilidades que o Cybercentro de Bragança tem conseguido desempenhar com reconhecido sucesso.

Para 2011 o objectivo principal desta Associação é manter o serviço de posto de acesso à Internet que, apesar do decréscimo acentuado, continua a ser importante para quem não tem ainda outra forma de acesso às novas tecnologias e apostar, ainda mais, na qualidade dos serviços prestados que tem vindo a crescer como é o caso da reprografia e do aluguer de salas para formação. Para 2011 a Localvisão TV enfrenta novos desafios, com a integração de conteúdos nos principais operadores de televisão por cabo, e a Delegação de Bragança é a que se encontra em melhor posição para ter um papel importante nesta nova fase de um projecto que se tem afirmado desde Outubro de 2008 e que teve a sua origem e arranque oficial na cidade de Bragança.

- Educação de Adultos

A educação de adultos, ensino especial e outros, continuará a ter do Município o necessário envolvimento em parcerias existentes, nomeadamente na integração de alunos/ estagiários dos Cursos de Educação e Formação e em estrita articulação com o Ministério da Educação, através dos serviços desconcentrados da DREN e da Equipa de Apoio às Escolas de Bragança.

Será mantido o apoio a outros projectos desenvolvidos pelas escolas do nosso concelho ao nível do 2º e 3º ciclos, ensino secundário e ensino superior, desenvolvendo esforços para que as necessidades que se façam sentir sejam colmatadas, apoiando as iniciativas que surjam nesse sentido, nomeadamente nos cursos EFA que têm surgido na área rural.

Continuaremos, também, a apoiar a Universidade Sénior, de modo a que o público visado tenha garantido uma ocupação diversificada e de qualidade. De igual forma se apoiará as actividades do Clube Sénior que tem como objectivo principal a ocupação do tempo livre da população sénior do concelho com actividades lúdicas. Para a implementação destes projectos foi atribuído um espaço onde estas entidades poderão dinamizar os seus planos de actividades.

2.3. Segurança e Acção Social

2.3.1. Acção Social

Os problemas sociais constituem uma das nossas grandes preocupações, estando conscientes da urgência de um trabalho intenso no sentido de criar um concelho mais solidário, construindo e apoiando a construção de infra-estruturas necessárias ao reforço da coesão social.

As situações de exclusão social, o envelhecimento da população rural, a desertificação do espaço rural, os problemas sociais com que as famílias se deparam no quotidiano, acarretam uma pressão social permanente sobre os serviços sociais, que, aliada ao facto de se ter assumido a propriedade e gestão dos bairros de habitação social, traduzem uma maior responsabilidade e aumento de serviço, dificultando respostas rápidas e eficazes aos problemas com que os munícipes se deparam.

É nosso objectivo prioritário optimizar a estratégia de intervenção social e gestão da habitação social como serviço de proximidade à população em articulação com o conjunto de instituições existentes a nível local, como forma de combate às diferentes formas de pobreza, co-responsabilizando todas as entidades, através da rede social.

Pretendemos consolidar o amplo processo de partilha de responsabilidades e apostar na promoção de respostas mais adequadas e próximas das necessidades dos munícipes, nas áreas prioritárias da acção social, acção social escolar, habitação social, melhorias das condições de habitabilidade, voluntariado e rede social e medidas de apoio social já promovidas como o Cartão do Munícipe e regularização de dívidas.

Continuaremos a desenvolver acções que permitam o convívio e a inclusão de sectores mais fragilizados da nossa sociedade, como o Encontro de Imigrantes do concelho de Bragança, de forma a aproximar e a integrar os imigrantes aqui residentes e fazê-los sentirem-se parte da nossa comunidade. Em 2010, este encontro teve um grande número de participantes que apresentaram algumas manifestações culturais de cada país. Pretende-se, em 2011, continuar

esta linha de troca de experiência e a colaboração com outras instituições ligadas a estas comunidades.

De igual forma, com a realização de mais uma edição do Encontro de Idosos, que se pretende seja cada vez mais um "Encontro de Gerações", procura-se estabelecer uma relação de maior proximidade entre a população sénior do nosso concelho e, através deles, uma relação entre familiares de várias gerações. Para a organização destes momentos de animado convívio e de alegre confraternização a C.M.B. continua a contar com a colaboração das entidades que desde a primeira hora são parceiras imprescindíveis, como as Juntas de Freguesia, as IPSS do Concelho de Bragança, os Bombeiros Voluntários, a Delegação da Cruz Vermelha Portuguesa e o Centro de Saúde.

Nesta linha, pretende-se, em colaboração com as IPSS do concelho, organizar um encontro destas Instituições de modo a dar a conhecer o trabalho desenvolvido e apoiar uma Feira de Empregabilidade integrada no Contrato Social de Desenvolvimento Local.

Reconhecendo a importância do trabalho em parceria para conseguir responder aos problemas sociais da população que são da responsabilidade de todas as forças interventoras da sociedade, manteremos a representação e colaboração na Comissão de Protecção de Crianças e Jovens, com a gestão do gabinete destinado exclusivamente à comissão, todo o apoio logístico e a disponibilização de um técnico administrativo a tempo inteiro de modo a acompanhar e apoiar o serviço administrativo e os técnicos que acompanham os casos sinalizados.

Desde 2009, a nossa actuação na CPCJ foi reforçada com a atribuição da presidência desta comissão à Câmara Municipal. Foram integrados novos membros e reforçadas as relações com o Ministério Público, tendo conseguido a presença em reuniões da Comissão Restrita de uma Procuradora que tem apoiado e guiado os processos apresentados.

No decorrer de 2010 foram desenvolvidas acções de formação parental direccionadas a famílias desestruturadas, tendo sido trabalhadas competências pessoais que se reflectem no seu quotidiano e que pretendem suprimir problemáticas como a negligência, a má gestão doméstica e a ausência de competências parentais, entre outros. Seguindo esta linha, a CPCJ de Bragança integra dois projectos de intervenção social no âmbito do acompanhamento de jovens e de famílias: o Programa Escolhas com o Projecto Pontes de Inclusão dinamizado pela Casa de Trabalho e o Contrato Social de Desenvolvimento Local dinamizado pelos Centro Social dos Santos Mártires.

Considerando o número de famílias sinalizadas neste âmbito e assumindo esta autarquia a dinamização de parcerias institucionais, pretendemos reforçar o apoio ao Gabinete de Apoio à Família, com instalações disponibilizadas pela C.M.B., no Centro Cultural Municipal Adriano Moreira, estrutura que tem um papel interventivo ao nível dos problemas familiares, dando uma

resposta integrada às dificuldades encontradas na educação, na saúde, na gestão doméstica, na inserção no mercado de trabalho e no acesso às ajudas sociais.

Dar-se-á continuidade à participação no Núcleo Local de Inserção para intervenção em processos do Rendimento Social de Inserção e acompanhamento de beneficiários que tenham subscrito Programa de Inserção (PI) que incluam acções na área da melhoria habitacional/realojamentos.
Por outro lado, esta autarquia assegurará igualmente a sua participação e representação na Plataforma Supra Concelhia de Alto Trás-os-Montes (Plataforma da Rede Social – NUT's III).
A Rede Social, centro de planeamento e execução de políticas sociais, após a execução do Plano de Desenvolvimento Social (PDS) 2007/2009, encontra-se em fase de avaliação do PDS 2007/2009 e de actualização do PDS 2010/2012, com a realização de sessões temáticas onde várias forças vivas do concelho participam, de forma a promover a troca de experiências e a concretização de medidas eficazes nesta área. Pretendemos actualizar o sistema de informação da rede, reforçar a divulgação das acções da rede social através da página da CMB, onde já estão inseridos todos os documentos âncora deste organismo.

Continuaremos a apoiar as Instituições Particulares de Solidariedade Social, no esforço que estas vêm desenvolvendo por forma a garantir que a Bragança uma forte componente de solidariedade.

No âmbito da acção social escolar, o município tem vindo a fazer um trabalho intenso no sentido de proporcionar um conjunto de medidas de apoio, aos alunos e famílias, destinado a garantir a igualdade de oportunidades de acesso e sucessos escolares a todas as crianças do concelho. Com esta ferramenta de natureza económica que, no seu todo ou em parte, suporta as despesas em educação dos alunos nela inscritos (transportes, alimentação e material escolar) continuaremos a desenvolver acções de apoio aos alunos mais carenciados do concelho.
Aos alunos deslocados das suas residências na área rural, devido à concentração de escolas, continua a ser assegurado o fornecimento de transporte e de alimentação.

Após a redacção do Regulamento Municipal da Acção Social para os níveis de ensino da responsabilidade do Município, pré-escolar e 1º ciclo, e face à conjuntura social e às dificuldades transmitidas por alunos de outros níveis de ensino, pretendemos iniciar uma análise social em parceria com instituições de ensino para tentar obter informações sobre os casos que necessitam apoio de forma a minimizar os problemas sociais existentes.

Após a abertura do primeiro Banco Local de Voluntariado com protocolo celebrado com a Conselho Nacional para a Promoção do Voluntariado, no distrito de Bragança, alguns cidadãos

a título individual e instituições podem inscrever-se para participar em actividades culturais/sociais/ambientais e em projectos das diferentes instituições/entidades, promovendo, assim, a cidadania e a consciência colectiva.

O Banco Local de Voluntariado de Bragança realiza entrevistas com os candidatos encaminhando-os para os programas existentes, de acordo com as áreas escolhidas.

Em 2011, será dado um novo impulso a este projecto com a reorganização/ reafectação de recursos humanos e com a dinamização de acções de formação e de sensibilização, a elaboração de documentos de divulgação, a realização de actividades de promoção do Banco Local de Voluntariado de forma a envolver mais as pessoas e as instituições locais.

2.4 Habitação e Serviços Colectivos

2.4.1 Habitação

Na área da habitação social, estando atentos ao problema da erradicação de barracas na cidade, e após a candidatura ao programa Prohabita, efectuada em 2007, continuaremos a acompanhar este processo de modo a que esta situação seja solucionada e se possa construir habitações condignas para as pessoas que, ainda, moram em barracas.

Elaborado o Projecto para a construção de Habitação Social (26 fogos) em complementaridade com os projectos de conservação e requalificação de fogos de Habitação Social existentes (em continuação dos anos anteriores) poderemos assumir que grande parte da problemática associada à componente habitacional para os mais carenciados, poderá ficar atenuada.

A aquisição de terrenos e a elaboração dos projectos de Arquitectura (da responsabilidade do Gabinete de Planeamento da Câmara Municipal) e das Especialidades em que se incluem as infraestruturas urbanísticas – rede viária, rede de saneamento básico, rede de águas e rede eléctrica, (em fase de execução, objecto de consulta pública para a sua elaboração) representam já um grande esforço a que daremos forma com a construção das 26 habitações que permitirão alojar os agregados familiares referenciados no concelho e que habitam em condições precárias.

Na sequência do que vem feito nos anos transactos, daremos continuidade ao apoio a estratos sociais mais desfavorecidos através da atribuição de apoios ou da cedência de materiais para obras de melhoria das condições de habitabilidade dos imóveis.

No âmbito da gestão dos Bairros Sociais, propriedade do município, dar-se-á continuidade ao processo de regularização de dívidas, de actualização de rendas e de legalização de ocupação, de modo a criar disponibilidade para satisfazer as solicitações de habitação.

Após o processo de levantamento do interesse, por parte dos inquilinos, de aquisição de habitações nos Bairros Sociais, procederemos à venda dos fogos aos inquilinos interessados e alargaremos este processo à totalidade dos inquilinos destes bairros. Este processo permitirá consolidar os recursos financeiros para os canalizar na requalificação e na melhoria das condições de habitabilidade de famílias carenciadas.
Paralelamente, pretende-se concluir os processos da actualização dos valores anuais das rendas (descongelamento e aplicação da Lei da Renda Apoiada), permitindo que se canalizem as receitas obtidas para a realização de melhorias habitacionais e construção/reabilitação de imóveis destinados a habitação social.

Dando continuidade às intervenções de beneficiação das caixilharias e pintura no Bairro da Mãe d´Água, pretende-se, de forma faseada, efectuar a recuperação dos Bairros Sociais. Está prevista a remodelação progressiva das caixilharias, de modo a melhorar o conforto térmico dos fogos e reduzir a factura energética das famílias, assim como proceder à pintura externa e à melhoria das condições de segurança dos espaços comuns dos edifícios dos Bairros da Mãe d´Água, Coxa e Previdência.
Trata-se de uma operação plurianual para o período do mandato autárquico.

Paralelamente, realizar-se-á o levantamento de necessidades de intervenção, execução de obras de beneficiação interiores dos imóveis mais prioritários. Conjuntamente com esta acção e após o levantamento realizado dos imóveis devolutos pertença da CMB, serão intervencionados vários imóveis para que seja possível continuar o realojamento de famílias carenciadas do concelho.
A estratégia, no sector de habitação, continuará na aposta no realojamento de famílias carenciadas mediante a recuperação de casas devolutas e vagas no conjunto do património habitacional municipal destinado à habitação social. Estes realojamentos serão, sempre, feitos de acordo com o estudo técnico realizado que incluiu a priorização dos casos assinalados tendo em conta os problemas habitacionais de cada família, os de saúde e a constituição do agregado familiar, adequando, assim, a tipologia da fracção a cada família.

Neste sentido, e durante o ano de 2010, foram assinados os contratos de cedência de habitações sociais a cinco famílias, às quais se pretende proporcionar melhores condições e qualidade de vida. São agregados familiares que apresentam diversas necessidades e dificuldades às quais a Autarquia não ficou indiferente, tentando resolvê-las, ou minimizando-as, através do realojamento em habitações condignas.
Esta intervenção vem de encontro aos objectivos da Câmara Municipal de Bragança que, só nos últimos cinco anos, já realojou 30 famílias carenciadas em imóveis do Município que são reabilitados e adequados às suas necessidades.

Durante 2011, a C.M.B. pretende continuar a reforçar a sua actuação neste âmbito, reconhecendo a importância que uma habitação condigna tem no que toca à igualdade de oportunidades e, mesmo, inclusão social, particularmente na actual conjuntura económica.

2.4.2. Ordenamento do Território

2.4.2.1. Planeamento Urbanístico

No âmbito do Planeamento Urbanístico pretende-se melhorar a informação geográfica municipal, base fundamental para um ordenamento territorial mais eficiente e sustentável.

O Sector de Informação Geográfica deve responder de forma eficaz às variadas solicitações, quer por parte dos diversos serviços municipais, quer por parte do público em geral.

Com o intuito de actualizar a ortofotocartografia do Concelho, surge a necessidade deste investimento, o qual permitirá dispor de um instrumento indispensável, cuja eficácia é tanto melhor quanto maior for o seu grau de actualização. A aquisição de ortofotocartografia actualizada e homologada, permite o planeamento e implementação de Instrumentos de Gestão do Território (situação que é obrigatória, de acordo com o Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão do Território, Decreto Regulamentar nº10/2009 de 29 de Maio) e também fornece uma capacidade expandida no acto de planificar e coordenar por parte dos diversos serviços Municipais, tanto de forma integrada, como sectorialmente, visto a utilização de cartografia como base ser uma actividade transversal a todas as divisões cuja área de actuação seja o território físico Concelhio.

Com a entrada em vigor, em 21 de Junho de 2010, do PDM (Plano Director Municipal) e que numa perspectiva macro melhorará de uma forma mais eficaz a regulação e definição das políticas de ordenamento do território para toda a área do concelho, tendo como orientação um desenvolvimento sustentável quer ao nível do espaço urbano edificável quer ao nível do espaço rural e do qual se destacam objectivamente as seguintes linhas orientadoras da sua proposta:

- O aumento de solo urbano em mais 1208 ha (mais 46,6%) relativamente ao PDM actual, destacando:

  . mais 788 ha em espaços urbanizados;
  . mais 86 ha na criação de novos perímetros urbanos;
  . mais 158 ha na criação de novas áreas de equipamentos;
  . mais 214 ha na criação de novas zonas industriais;
  . mais 485 ha na delimitação de estrutura ecológica urbana.

Assim, desenha-se para 2011, ao nível do ordenamento do território, perspectivas de mais e melhor planeamento. Com os novos instrumentos de planeamento, georeferenciados, será possível aos projectistas e promotores imobiliários aceder, em tempo útil e com toda a informação necessária, à informação urbanística; mais e melhor qualidade na prestação de serviço a disponibilizar pela autarquia porquanto terá à sua disposição ferramentas fiáveis, rápidas e seguras, necessárias para uma melhor qualidade técnica de resposta às pretensões urbanísticas e consequentemente a possibilidade de fazer planeamento à escala macro, numa visão de futuro.

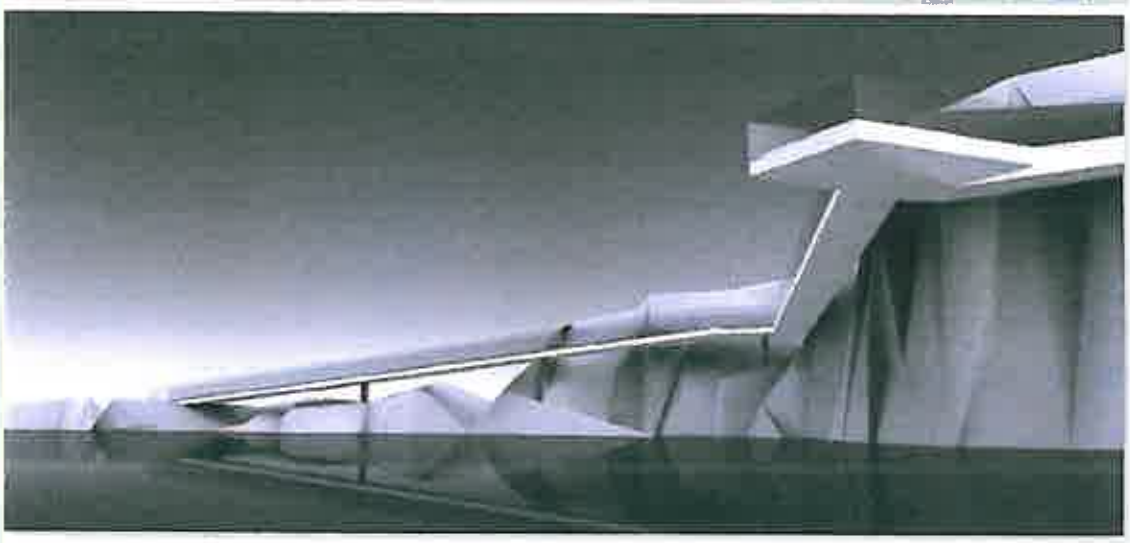
Com a conjugação destas acções e com os instrumentos de planeamento da "nova geração", poderemos com confiança pensar em desenvolvimento de qualidade, de mais e melhor planeamento, mais empreendedorismo assente na inovação e mais e melhor cidadania.

Na rubrica Outros Estudos e Projectos estão incluídos encargos com os projectos: Reconversão Urbanística do Forte São João de Deus (EcoPolis - Centro de Referência em Construção Sustentável); Domus Universitária; Adaptação a loja de Turismo e Espaço Memória da presença Sefardita do Edifício contíguo ao C.A.C; sondagens e estudos Arqueológicos da Torre Velha em Castro de Avelas; Execução da circular interior do troço da Mãe d´Água à Av. Abade de Baçal; Gestão Fundiária e Qualificação Urbana e Paisagística aplicada ao Concelho de Bragança - Gestão do Parque Urbano, num troço do vale do Rio Fervença, entre a ponte da Avenida Sá Carneiro e o pontão do Fundo da Veiga, a valorização do Monte de São Bartolomeu e a valorização paisagística do Seixo; Ampliação da Zona Industrial das Cantarias, entre outros projectos de regeneração urbana.

2.4.2.2. Urbanização

No âmbito desta rubrica e como mais relevância, prevê-se a repavimentação do Bairro da Misericórdia, o Bairro do Campo Redondo e a Avenida Sá Carneiro desde o Viaduto à subestação da EDP.

Para além da conclusão da 1.ª Fase – do Circuito de Manutenção de Santa Apolónia - Construção da Ciclovia na zona envolvente ao IPB, prevê-se o início da construção da 2.ª fase da Ciclovia na zona Polis até ao Centro Ciência Viva bem como a construção da Ciclovia e Praça da Mãe d´Água.



2.ª Fase de ligação do Centro Ciência Viva

Está também prevista a recuperação de imóveis na zona histórica para residência de estudantes (Domus Universitária). Com estes projecto a Câmara Municipal de Bragança pretende valorizar a qualidade e imagem urbana da Zona Histórica, reabilitando edifícios para a instalação de residências para os estudantes do Programa Erasmus e estudantes Bolseiros, no sentido de garantir a presença de jovens na Zona Histórica, intervindo no perfil socioeconómico da população residente e, por arrastamento, atrair actividade económica e dar confiança aos proprietários de edifícios da Zona Histórica, motivando-os à beneficiação e ocupação do edificado da Zona Histórica.

Com esta intervenção pretende dar-se início a um processo sustentado de revitalização do edificado da Zona Histórica, apostando na construção sustentável, na eficiência energética e utilização das energias renováveis.

2.4.3. Saneamento

Neste subprograma é avaliada e tratada a resolução dos problemas da drenagem e tratamento das águas residuais domésticas, quer no que diz respeito aos sistemas em baixa quer ainda no que se refere às redes em alta, no Concelho, bem assim como o que diz respeito à fase de gestão, conservação e manutenção das redes em funcionamento.

Nas actividades realizadas tem existido uma crescente preocupação na melhoria da qualidade, quer ao nível dos meios quer dos materiais mas também no modo de operar. Tal, aplicou-se aos trabalhos que envolveram recursos internos mas também aos que foi necessário contratualizar. Desta forma, a aposta centrou-se na selecção de produtos e serviços, fornecidos e prestados, com rigor e qualidade.

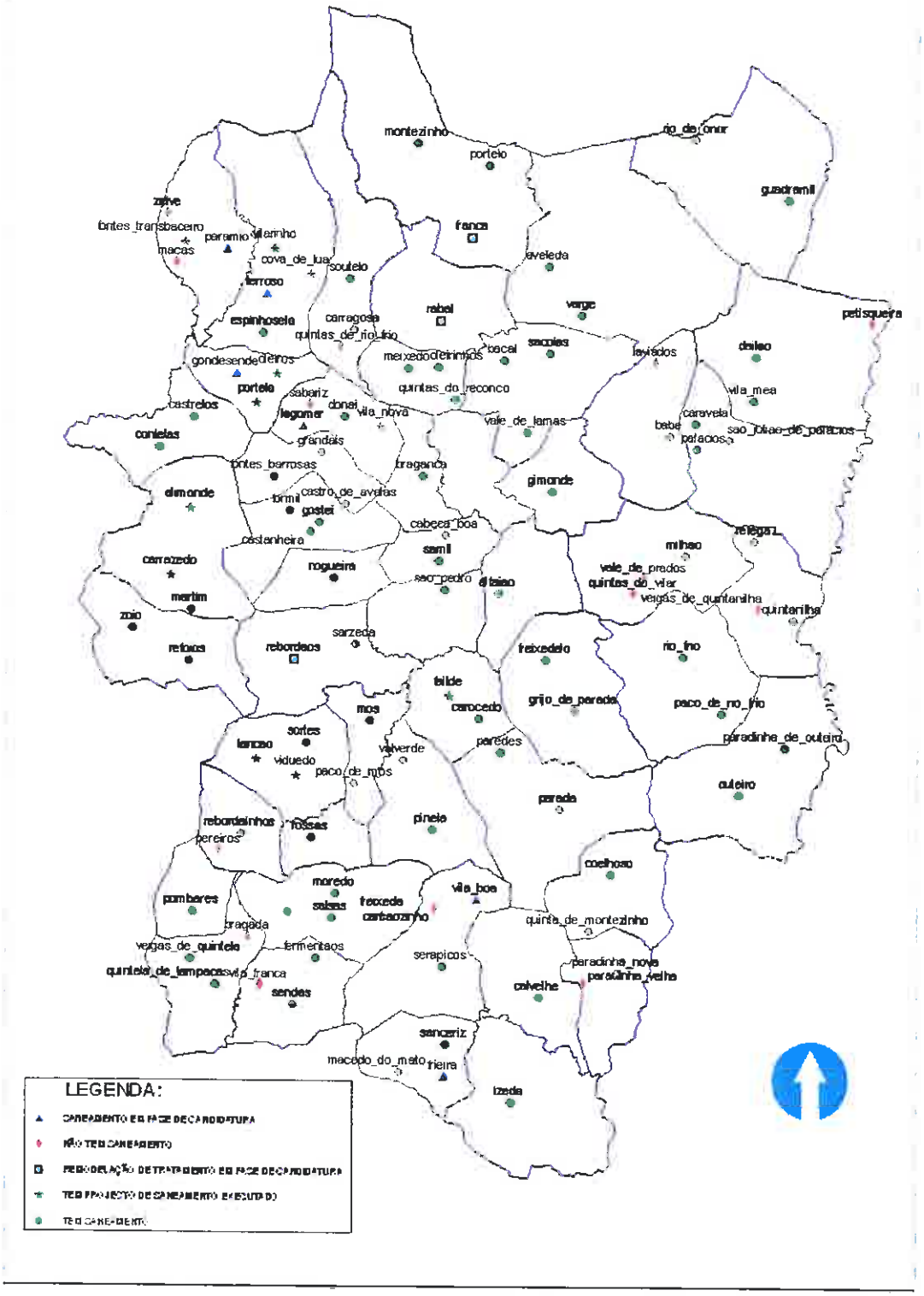
Com os trabalhos realizados no período de 2002 a 2009, a situação no Concelho, em termos de populações e localidades servidas com rede de saneamento e tratamento de águas residuais, teve uma evolução notável, o que permitiu a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos.

	Actual	1997
Número de localidades servidas	82	41
População servida(hab.)	33 991	26 924
% localidades servidas	71,9%	36,0%
% população servida	91,8%	79,2%
Número de localidades não servidas	32	73
% população não servida	8,2%	20,8%
% localidades não servidas	28,1%	64,0%;
% população com tratamento de saneamento	90,8%	10,4%

Considerando que o plano estratégico previsto, com prazo até final 2011, define como meta que cada Concelho do País, atingisse um nível de atendimento para o saneamento das águas residuais de 90%, meta já ultrapassada no nosso Concelho, onde o índice de atendimento é de 90,8%.

Ainda em carteira para oportuna concretização, encontram-se, já executado, os projectos de saneamento para as localidades de: Vilarinho, Terroso, Failde, Fontes de Transbaceiro, Cova de Lua, Freixeda, Carrazedo, Alimonde, Lagomar, Vila Nova, Gondesende, Oleiros, Portela, Frieira; Mosca, Parâmio; Fontes de Transbaceiro, Vila Boa, Lanção e Viduedo.

Índices de atendimento das redes de saneamento executadas e previstas



Um forte investimento foi assim dirigido, desde 1997, numa perspectiva estruturante, tendo em vista garantir o cumprimento de dois objectivos prioritários: dar cumprimento ao previsto no plano estratégico nacional e concretizar a despoluição dos rios Sabor e Fervença, melhorando por estas vias a qualidade de vida das populações do Concelho.

Foi também preparada, no âmbito do Sistema Multimunicipal de Águas de Trás-os-Montes a Alto Douro, uma nova perspectiva para o tratamento de esgotos em alta para alguns aglomerados do concelho, e a ampliação da ETAR da cidade, processo já concluído e que está já a beneficiar algumas localidades da área rural como é o caso do Castro de Avelãs; Castanheira; Formil; Gostei; Nogueira e Donai. Também por esta via foi possível contribuir para a despoluição do rio Fervença e com ela a reabilitação de ambas as margens do rio, na zona Polis, criando na cidade de Bragança um importante e atractivo espaço urbano de lazer e convívio.

No que diz respeito à previsão de trabalhos a realizar durante o ano de 2011, destacam-se:

- Execução dos projectos de saneamento para as localidades de Zeive, Vila Franca, Pereiros, Bragada e Maças;

- Execução das redes de saneamento nas localidades do Parâmio, Lagomar, Terroso, Gondesende, Frieira, Vila Boa, França, Rabal, e Rebordãos (caso venha a ser aprovada candidatura ao Feder – Ciclo Urbano da Água);

2.4.4. Abastecimento de água

Neste subprograma foram inscritas verbas para a manutenção e ampliação de redes de abastecimento e distribuição de água, a executar quer por obras de administração directa quer por empreitadas.

Assim, e no que diz respeito a perspectivas de realização para o ano de 2011, destacam-se: a elaboração dos projectos de renovação das redes de abastecimento de água nas localidades do Zeive, Vila Franca, Pereiros, Bragada e Maças e ainda, caso seja aprovada a candidatura ao Programa Operacional Regional, a ampliação e reabilitação das redes de abastecimento de água às seguintes localidades: Parâmio, Lagomar, Terroso, Gondesende, França, Frieira, Rabal, Rebordãos e Vila Boa.

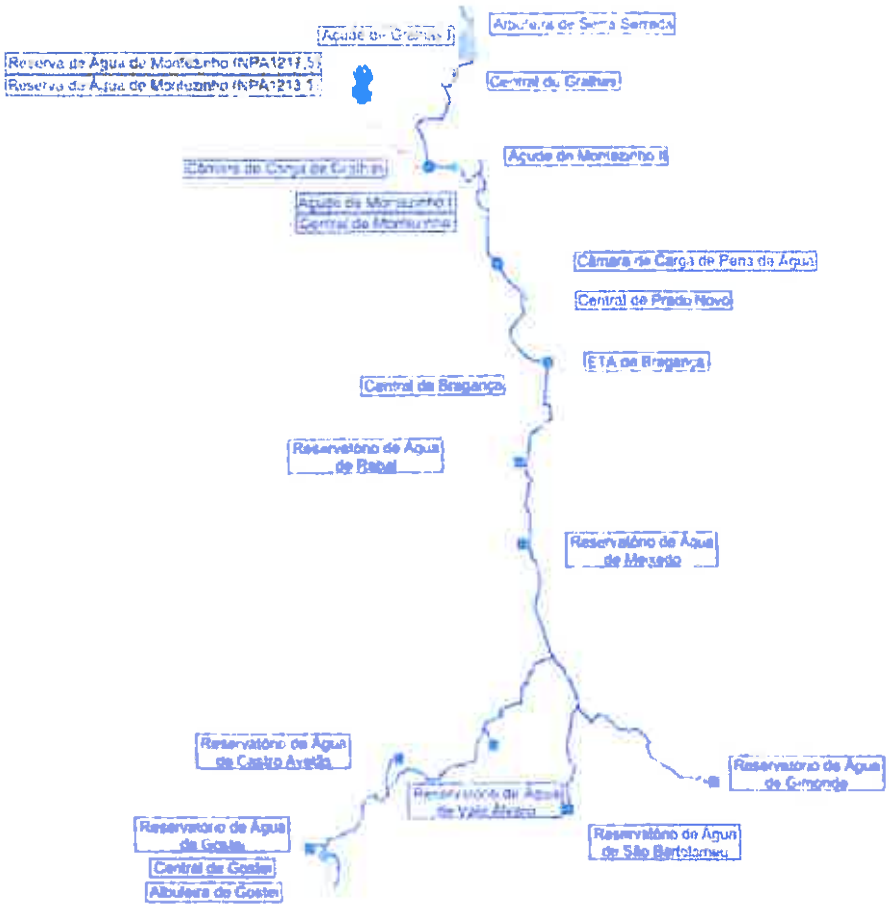
Estão ainda previstos os seguintes trabalhos: a execução de um furo de captação e água para reforço de abastecimento na Paradinha Nova; a colocação de reservatórios nas localidades de Espinhosela e Martim; a reabilitação e vedação de vários reservatórios e captações de água; a concretização do estudo referente ao plano estratégico da rede de abastecimento de água na cidade de Bragança (conforme PU da cidade); a aquisição e instalação de um novo programa informático de comunicação de leituras de água (SigmaCall) e a execução da remodelação da rede de água na rua principal de Izeda e finalmente; concluir o processo de facturação de água na área rural do Concelho.

Seguindo o estipulado na recomendação ERSAR nº 2/2010, pela qual a entidade reguladora dos serviços de águas e dos resíduos estabeleceu critérios de cálculo para os tarifários dos serviços públicos de abastecimento de água para consumo humano e de saneamento de águas residuais urbanas, encontram-se em fase de análise e estudo os actuais tarifários aplicados para a realização destes serviços. Pretende-se com o mesmo estabelecer preços justos a cobrar pelos serviços prestados, assegurando simultaneamente uma correcta protecção do utilizador final e uma progressiva recuperação dos custos associados, tendo em vista assegurar que as futuras gerações possam também elas usufruir destes serviços em qualidade.

Abastecimento de Água a Bragança (Alto Sabor)

No ano de 2010, foi concluído um novo estudo de Abastecimento de Água a Bragança, que contemplou a análise de todos os estudos anteriormente efectuados, tendo ainda sido avaliadas novas possiblidades, tendo o estudo final se concentrado em três soluções cujos custos estimados são os seguintes: solução I (Veiguinhas) – 7.656.850 Euros; solução II (Veiguinhas/Gostei) – 22.689.180 Euros; solução III (Azibo) – 29.665.590 Euros.
Durante o ano de 2011, será finalizada a avaliação de Estudo de Impacto Ambiental do reforço de Abastecimento de Água a Bragança. Espera-se que seja viabilizada, em definitivo, a solução que compreende a construção da Barragem de Veiguinhas (solução I), dado tratar-se da solução de mais baixo custo e, na nossa opinião, de menor impacto ambiental.

SOLUÇÃO I



Solução I

Características Principais

Variante A - Barragem de betão gravidade
NPA 1213,1 área inundada 263 000m2

Variante B - Barragem de enrocamento
NPA 1217,50 área inundada 356 000 m2
com um circuito de "by-pass" associado
que permite a atenuação do efeito de barreira

Construção de Conduta hidráulica de ligação
ao AHAS (Central de Montezinho) - 2 926 m

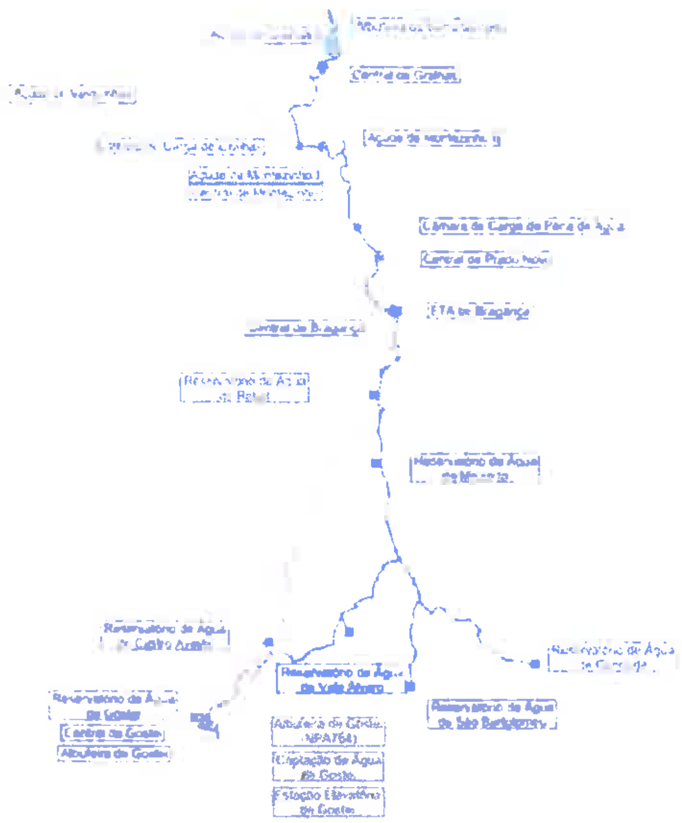
Custos (Euros)	Variante A	Variante B
Investimento inicial	5 098 099	9 393 040
Consumo de energia	-1 741 470	
Manutenção	277 921	305 280
TOTAL	6 635 547	7 856 850

Implementação Energ... das Soluções em Estudo
Custos Totais

AGRI.PRO

Município de Bragança

SOLUÇÃO II

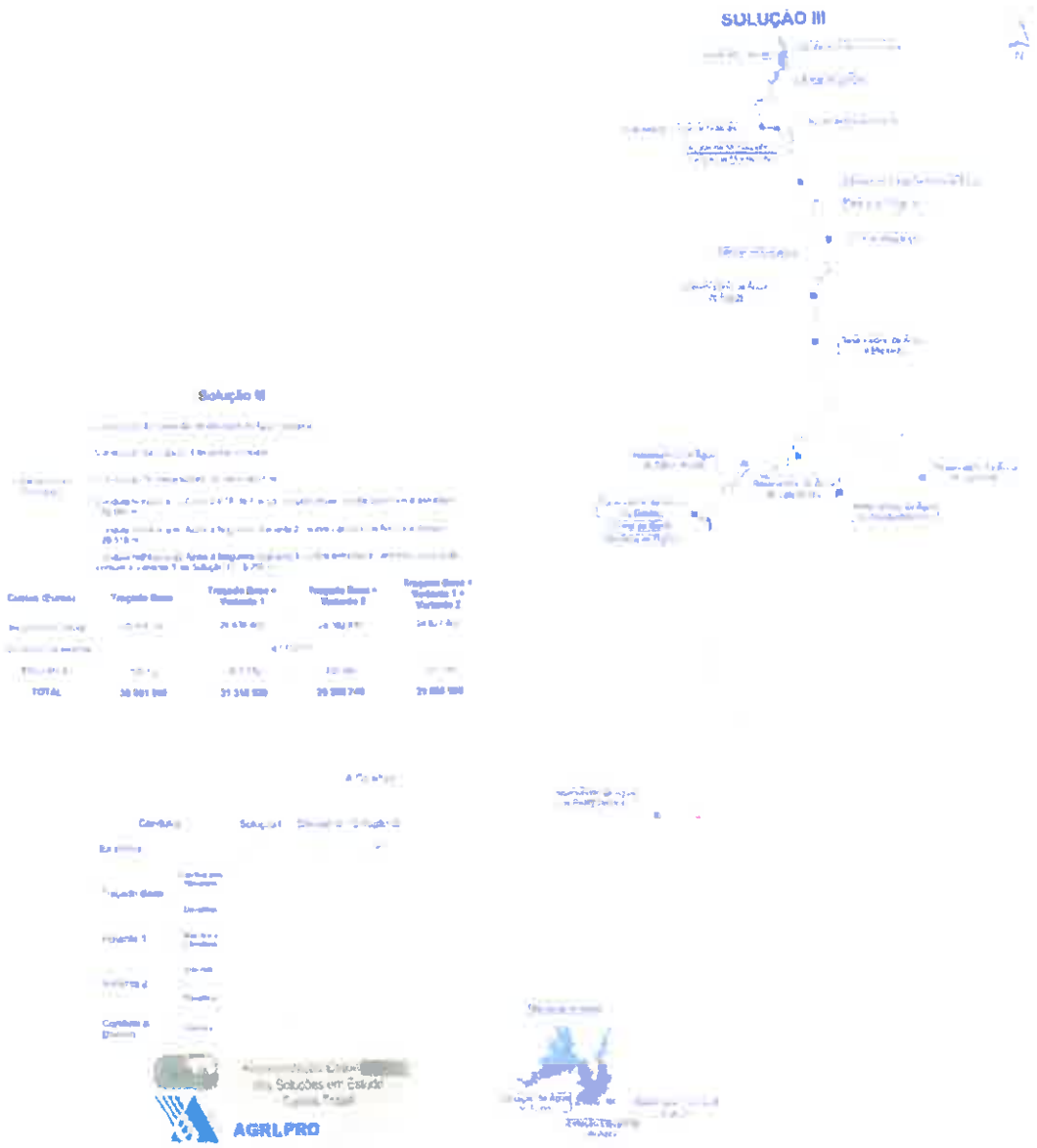


Solução II

	Açude de Veiguinhas (NPA [illegible], área inundada 30 100 m2)
	Conduta hidráulica de ligação ao AH-AS (Central de Montesinho) - 2 [illegible] m
Características Principais	Ampliação da Central de Montesinho
	Duplicação da conduta hidráulica da Central de Prado Novo à ETA de França - 2 316 m
	Construção de nova Central Hidroeléctrica a montante da ETA de França (Central de Bragança)
	Construção da conduta da ETA de França à albufeira de Gostei (Traçado base - entre caminhos e estradas) - 17 200 m
	Construção da conduta da ETA de França à albufeira de Gostei (Variante 1 - entre estradas e caminhos municipais) - 5 [illegible] m
	Construção de nova Central Hidroeléctrica (Central de Gostei) e Estação de Bombagem (Estação de Gostei), junto à albufeira de Gostei
	Alteamento da Barragem de Gostei (NPA 764, área inundada 213 000 m2)

Custos (Euros)	Açude Veiguinhas + Traçado Base + Albufeira de Gostei	Açude Veiguinhas + Traçado Base + Variante 1 + Albufeira de Gostei
Investimento inicial	22 [illegible]	[illegible] 007 500
Consumo de energia	[illegible] 957 960	
Manutenção	1 220 [illegible]	1 249 [illegible]
TOTAL	21 978 340	22 [illegible] 180

AGRI.PRO



No âmbito da Água e Saneamento, no início do ano de 2011 e com duração prevista de cinco anos, iniciar-se-á o novo contrato de prestação de serviços de exploração, manutenção e conservação dos diversos sistemas de abastecimento de água potável, estação de tratamento de Água, reservatórios da cidade e tratamento de águas residuais do concelho de Bragança.

Esta prestação de serviços, adjudicada á AGS, sistemas de gestão e salubridade, compreende, entre outros, os seguintes trabalhos:

a) Obrigação de explorar todos os sistemas dispersos de abastecimento de água e de águas residuais, bem como a ETA de Bragança e reservatórios associados e limpeza de fossas do Município de Bragança;

b) Efectuar todas as acções de manutenção preventiva de acordo com um plano anual que inclua todas as instalações do contrato;

c) Manter um espaço administrativo com o mínimo de 30 m^2, dentro da cidade, para sede deste contrato, desde que a empresa adjudicatária não possa dispor das instalações existentes actualmente na etar de Bragança, por força da separação dos contratos;

d) Preparar anualmente o PCQA (Plano de Controlo de Qualidade da Água) e proceder à respectiva aprovação, junto da entidade reguladora, sendo ainda requisito que os resultados e o cumprimento da execução do plano estejam permanentemente disponíveis, on-line;

e) Proceder ao licenciamento e renovação das descargas afectas aos sistemas de tratamento de águas residuais (etar), ficando para tal obrigada à realização dos trabalhos que se revelarem necessários;

f) Fornecimento e instalação de sistema de desinfecção eléctrico. (Referência: 8 Sistemas Independentes a incorporar no decurso da prestação de serviços);

g) Fornecimento e instalação de sistema de desinfecção gravíticos. (Referência: 3 Sistemas Independentes a incorporar no decurso da prestação de serviços);

h) Fornecimento e instalação de sistemas de medição de cloro contínuo nos diversos sistemas independentes, incluindo alimentação eléctrica necessária. (Referência: 10 Sistemas Independentes);

i) Fornecimento e instalação de sistema de correcção de pH eléctricos e desferrizadores, nos sistemas dispersos que ainda não possuem este equipamento, incluindo alimentação eléctrica necessária. (Referência: 5 Sistemas para correcção de pH e 3 desferrizadores);

j) Proceder à instalação de mecanismos de medição de caudais nos sistemas dispersos, incluindo alimentação eléctrica necessária, sendo obrigatórios contadores volumétricos com telecontagem ligados a um servidor central, colocado na Câmara Municipal de Bragança (incluindo software e hardware), também a fornecer pelo adjudicatário, incluindo os reservatórios da cidade. (Referência: 117 Sistemas Independentes);

l) Fornecimento, instalação e manutenção de sistemas de televigilâncias, incluindo alimentação eléctrica, em reservatórios, ETAR´s, Estações Elevatória. (Referência:150 televigilâncias);

m) Criar, distribuir e afixar painéis publicitários (referência: 25 unidades/ano), brochuras e outros documentos de cariz pedagógico e informativo (referência: 5 modelos/ano), elaborar um boletim trimestral (entre outros assuntos com dados da qualidade da água), realizar documentários periódicos em DVD, descritivos das instalações, tarefas, e rotinas de operação e outros (referência: duas unidades/ano), criar jogos temáticos pedagógicos e participar em acções de esclarecimento e pedagógicas (referência: um jogo/ano);

n) Fornecimento e instalação de tamisadores ou mecanismos mecânicos de remoção de gradados nas ETAR´s do concelho, bem como mecanismos de contagem de caudal incluído todos os trabalhos necessários a sua instalação e bom funcionamento, investimento a realizar durante os dois primeiros anos do contrato. (Referência: 10 tamisadores para ETAR´s Compactas e 30 caudalímetros para ETAR´s compactas).

Tal prestação de serviços, representará um encargo médio anual no valor 420.325,00€ (acrescido de IVA), o que na prática se traduz numa redução de custos em cerca de 18;5%, relativamente aos actuais encargos com a realização deste mesmos serviços.

2.4.6. Protecção do Meio Ambiente e Conservação da Natureza

O ambiente é um factor central do desenvolvimento sustentado, interessa por razões estratégicas às pessoas de todas as condições e idades, tem pois de estar presente nas decisões de gestão do Município, que tem a particularidade de 60% da sua área total estar classificada como área protegida. Trata-se de uma mais valia, factor de desenvolvimento e garantia de novas funções económicas em áreas que incorporem recursos humanos mais qualificados. Temos pois que continuar a adoptar e a exigir uma postura exemplar na protecção e defesa do ambiente, sensibilizando os cidadãos para uma postura cívica progressivamente mais exigente.

O embelezamento de espaços públicos, criando condições de usufruto e enquadramento paisagístico, será uma continuidade, apostando pela consolidação dos espaços já existentes e pela requalificação de espaços livres (Bairro da Previdência, Zona da Mãe d'Água e Bairro da Coxa) e de enquadramento. As espécies autóctones terão preponderância nas intervenções a efectuar, contribuindo para o desenvolvimento sustentável, na medida em que são espécies adaptadas ao clima rigoroso, escassez de água e reduzida manutenção. Serão ainda plantadas espécies que contribuam para uma diversidade e riqueza cromática dos espaços verdes.

Capa do Livro de Espaços Verdes da cidade de Bragança

Capa do Manual de Boas Práticas em Espaços Verdes

Os espaços verdes da cidade de Bragança correspondem actualmente a 11,8 m2/habitante, valor acima dos 9 m2/habitante estabelecidos pela Organização Mundial de Saúde, e que face ao valor de 1,49m2/habitante registado em 1998, demonstra uma orientação inequívoca para uma melhoria do ambiente e espaço público, criando uma cidade verde e amiga do ambiente, orientação que continuará a ser uma aposta de futuro e que já se encontra regulamentada pelo Plano de Urbanização.

O estudo de avaliação da satisfação dos utilizadores dos espaços públicos identificou como área prioritária de intervenção para potenciar a utilização e desfrute dos espaços verdes, a instalação de módulos de informação sobre os espaços verdes, identificando equipamentos, percursos pedonais, espécies existentes, etc. A disponibilização desta informação aos munícipes contribuirá para um aumento do sentimento de segurança, do conhecimento dos espaços e sensibilização para a sua preservação. Durante o ano 2010 foram instalados alguns módulos informativos, pretendendo o Município continuar a apostar na divulgação de informação sobre os espaços verdes. No site do Município será possível descarregar toda a informação relacionada com o Manual de Boas Práticas em Espaços Verdes, disseminando o conhecimento e a informação, melhorando a sustentabilidade concelhia.

A cidadania desempenha um papel essencial na preservação dos espaços verdes, espaço público e equipamentos. Assim, face a inúmeras situações de vandalismo, a iluminação será reforçada, as acções de sensibilização serão acentuadas e a responsabilização dos infractores será imediata.

A gestão e manutenção dos espaços verdes do Município, inclui duas áreas de actuação: a manutenção com pessoal próprio e o recurso à contratação em regime de prestação de serviços.

Neste âmbito, 67% dos espaços verdes estão contratualizados, correspondendo a uma área total de 312.461 m2. No ano 2011, terá início uma nova contratualização na manutenção de espaços verdes, resultando do Concurso Público Internacional iniciado no ano 2010. A contratualização será acompanhada de novas metodologias de acompanhamento, verificação e validação dos serviços prestados, melhorando a imagem dos espaços verdes.

Bragança, capital de distrito é um exemplo de boa imagem urbana, em todos os sectores, sendo particularmente valorizados os espaços verdes, limpeza urbana, planeamento e mobilidade. Será implementada uma Matriz de Sustentabilidade Concelhia, a qual, através da análise de vários indicadores relacionados com os espaços verdes, água, resíduos, energia, qualidade do ar, etc, permitirá aferir a sustentabilidade do concelho e implementação da Eco Cidade.

O Plano Estratégico para a Eco Cidade de Bragança, documento central da política municipal em termos ambientais, continuará a ser o referencial da actuação dos serviços.

No seguimento do Plano de Acção da Agenda 21, terá continuidade a monitorização da matriz de indicadores de sustentabilidade concelhia, adoptando as necessárias correcções que contribuam para atingir os valores definidos de sustentabilidade. A monitorização será um dos objectivos do futuro Observatório da Sustentabilidade, enquadrado ainda na estratégia da Eco Cidade de Bragança.

O esforço humano e financeiro da Autarquia na continuidade e consolidação destes padrões elevados, minimizando as acções de vandalismo em equipamento, deposição indevida de resíduos, acidentes na via pública e destruição do espaço público, será acompanhado por uma justiça contributiva por parte dos cidadãos, ajustando as despesas municipais às receitas, procurando o necessário equilíbrio financeiro e sustentabilidade.

O Município de Bragança foi galardoado em 2010, pelo quarto ano consecutivo, com a Bandeira Verde ECOXXI. Este galardão reconhece as boas práticas relativamente a políticas de sustentabilidade, indo ao encontro dos princípios da Agenda 21, na vertente da promoção da educação para a sustentabilidade, em conjunto com a aferição de outros parâmetros de qualidade ambiental. O Município de Bragança tem vindo a registar uma melhoria significativa nos 23 parâmetros de análise, fruto da aposta clara e inequívoca na adopção de estratégias de sustentabilidade, a qual terá continuidade no ano 2011.

O programa Eco Escolas tem sido fomentado e apoiado pelo Município de Bragança, verificando-se um incremento na participação das escolas no referido programa, contribuindo para o fomento de actividades de índole ambiental, tendo sido galardoadas diversas escolas do concelho no ano 2010.

No que concerne à defesa da floresta da área concelhia, o Gabinete Técnico Florestal, em funcionamento no âmbito de Protocolo entre a Autarquia e a Direcção Geral de Recursos Florestais, continuará a ser um importante elo de ligação às entidades competentes e proprietários florestais, assumindo a elaboração, execução e actualização anual do Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios, já aprovado em Comissão Municipal de Defesa da Floresta, e dos programas e projectos dele derivados.
O Sistema de Informação Geográfica do Gabinete Técnico Florestal será continuamente actualizado, favorecendo as análises espaciais e consulta imediata de informação que, em casos de emergência, se reveste de extrema importância.

a) Resíduos sólidos

No final da década de 80 e durante quase toda a década de 90, os RSU's recolhidos nos Municípios do Nordeste Transmontano tinham como destino final as 12 lixeiras municipais existentes na região, produzindo fenómenos de poluição atmosférica, contaminando águas superficiais e subterrâneas e a possibilidade de proliferação de pragas e doenças. Com a implementação do Plano Estratégico de Resíduos Sólidos Urbanos (PERSU), estes locais foram selados e recuperados paisagísticamente, entre 1997 e 2002.

Assim, para fazer face à gestão de RSU e com o objectivo de gerir o Sistema Unificado de Gestão de Resíduos do Nordeste Transmontano, as Associações de Municípios da Terra Quente Transmontana, da Terra Fria do Nordeste Transmontano e do Douro Superior constituíram a empresa intermunicipal Resíduos do Nordeste em 1 de Janeiro de 2004.

O Município de Bragança participa na Resíduos do Nordeste através da Associação de Municípios da Terra Fria do Nordeste Transmontano.
A actividade do sector de serviços de resíduos caracteriza-se por um conjunto de etapas bem definidas, mas que variam muito conforme a tipologia do Sistema. O sector de serviços de

resíduos compreende as actividades de recolha, tratamento e destino final dos RSU. A prestação do serviço inicia-se com a recolha dos resíduos, que pode ser indiferenciada (recolha e transporte de resíduos para a estação de transferência e posteriormente para o aterro sanitário) ou selectiva (recolha e transporte de resíduos para a estação de triagem) sendo depois necessário garantir a sua valorização ou outro destino adequado.

O nível de cobertura da população com serviços de recolha de RSU é actualmente de cerca de 100%, o que corresponde a uma melhoria muito significativa e permitiu atingir no Município de Bragança a meta de 100% prevista no PERSU, havendo, no entanto, necessidade de renovação contínua e de redefinição estratégica do Sistema.

Durante os últimos anos a Resíduos do Nordeste – EIM, tem prosseguido a consolidação do Sistema de Gestão de Resíduos Sólidos Urbanos do Nordeste Transmontano, nomeadamente através do tratamento e valorização dos resíduos provenientes do Município de Bragança.

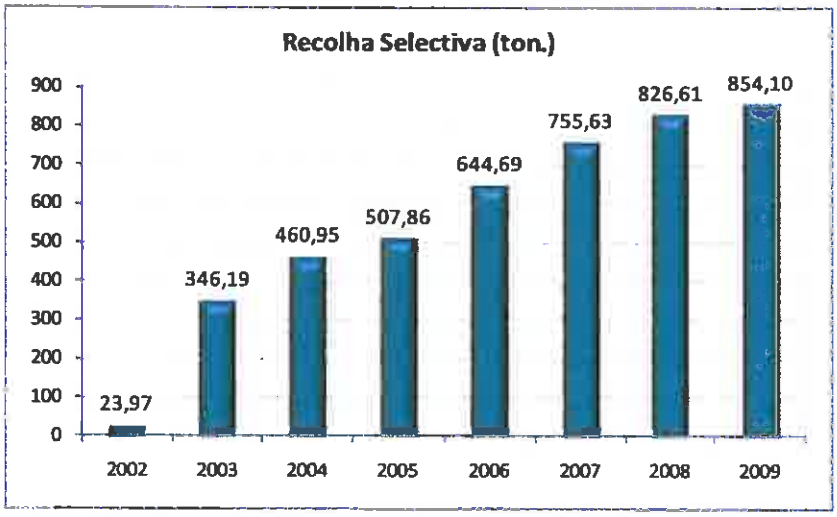
O serviço de recolha indiferenciada de resíduos e a exploração da Estação de Transferência de Bragança, incluindo a respectiva manutenção, limpeza e conservação das instalações, tem decorrido com normalidade, registando-se uma ligeira diminuição nos quantitativos de RSU recolhidos em Bragança, verificando-se uma capitação de 1,13 kg/hab.dia no ano 2009, valor inferior ao 1,24kg/hab.dia registados no ano 2008, demonstrando uma maior sensibilização da população residente.

GRÁFICO 10: Evolução da Recolha Indiferenciada (2002-2009)

A recolha selectiva tem registado uma evolução muito positiva no Município de Bragança, correspondendo a um acréscimo de 68% relativamente a 2005, sendo que presentemente o rácio de ecopontos é de 1/289 por habitante (sendo a média nacional de 1/500), estando

instalados no concelho 120 ecopontos. A capitação de recolha selectiva aumentou para 22,9 kg/hab.ano, sendo de realçar que no ano 2005, a capitação era de 13,36 kg/hab.ano.

GRÁFICO 11: Evolução da Recolha Selectiva (2002-2009)



A sustentabilidade económica das tarifas associadas aos RSU's e, simultaneamente, a implementação do princípio do poluidor-pagador, são duas das linhas de actuação definidas pelo Governo no PERSU II. A Autarquia procedeu durante no ano de 2007 à elaboração, discussão pública, aprovação e publicação do Tarifário de RSU, indexado ao consumo de água, melhorando a sustentabilidade do tarifário, o qual tem vindo a reduzir o saldo negativo nos últimos anos.

Este cenário tem tendência a alterar-se quer pela adesão de novos consumidores quer pela adopção de comportamentos mais correctos no que concerne à produção de resíduos e gestão do consumo de água.

A NORDESTE ENERGIA – Energias Renováveis, Lda, sociedade por quotas estabelecida entre a Resíduos do Nordeste e Painhas, S. A., está a aproveitar o biogás do Aterro Sanitário, estimado em 300,00 m3/h, correspondendo a uma potência eléctrica de cerca de 500kW/h. O investimento para a Central de Valorização Energética foi de 1.150.000,00€, tendo já sido produzidos 150.000,00€ de energia, através do aproveitamento do biogás do aterro.

De acordo com o disposto no artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 178/2006, de 5 de Setembro, o PERSU II – Plano Estratégico para os Resíduos Sólidos Urbanos 2007 – 2016, estabelece as prioridades a observar no domínio dos RSU, as metas a atingir e acções a implementar e as regras orientadoras da disciplina a definir pelos planos multimunicipais, intermunicipais e municipais de acção.

O PERSU II estabelece que o cumprimento das metas comunitárias em matéria de reciclagem e valorização para fluxos específicos de resíduos, como as embalagens, os REEE e outros, ou ainda o cumprimento dos objectivos comunitários de desvio de resíduos biodegradáveis de aterro, requerem um esforço adicional ao nível da recolha selectiva e da triagem, bem como na construção e/ou qualificação de determinadas infra-estruturas de valorização de resíduos.

Neste âmbito a Resíduos do Nordeste e os municípios parceiros candidataram a fundos comunitários e viram aprovado o projecto para a construção da Unidade de Tratamento Mecânico e Biológico por Digestão Anaeróbia, com um preço global de 25.334.194,85€, sendo o financiamento assegurado em 70% pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER). Ao Município de Bragança corresponderá uma participação de 397.708,71€, estando prevista a inauguração e entrada em funcionamento no inicio do 2.º Semestre de 2011.

Unidade de Tratamento Mecânico e Biológico por Digestão Anaeróbia

A Unidade de Tratamento Mecânico e Biológico por Digestão Anaeróbia apresenta-se como a solução técnica mais apropriada para o Sistema Intermunicipal de Resíduos do Nordeste, permitindo a gestão integrada dos RSU produzidos, maximizando a valorização material e de sub-produtos (composto e energia) e minimizando tanto a quantidade como a volatilidade de resíduos depositados em aterro, uma vez que apenas resíduos inertes são encaminhados para este fim. O Plano Estratégico para os Resíduos Sólidos Urbanos 2007-2016 (PERSU II) considera prioritários este tipo de investimentos, enaltecendo a qualidade desta solução técnica e colocando no QUADRO de Referência Estratégico Nacional (QREN), no geral e no Programa Operacional Temático Valorização do Território (POVT), em particular, a responsabilidade pelo apoio financeiro a projectos desta natureza e especificidade.

Actualmente a Resíduos da Nordeste, EIM, deposita em aterro cerca de 94% do total de RSU produzidos anualmente, o que configura uma situação ineficiente e não desejável do ponto de

vista de destino de resíduos produzidos na região. O Projecto deverá permitir reduzir significativamente a quantidade de resíduos depositada em aterro para níveis inferiores a 50% do total de RSU produzidos, melhorando assim a eficiência do processo e consequentemente a qualidade de vida dos habitantes.

A instalação da Unidade de Tratamento Mecânico e Biológico por Digestão Anaeróbia é uma oportunidade para a Região de Trás-os-Montes, em termos económicos, ambientais e sociais, pois constitui um foco de empregabilidade (criação de 30 novos postos de trabalho) e um potencial mercado inovador através da comercialização do composto orgânico produzido, restabelecendo a economia da região e produção de energia eléctrica através da valorização do biogás gerado no sistema. Por outro lado, a produção de composto orgânico com qualidade demonstrará os benefícios acrescidos e ainda desconhecidos na fertilidade dos solos, nomeadamente na reabilitação de áreas degradadas/abandonadas na Região.
Durante o ano 2011 entrará igualmente em funcionamento o RoadShow da Resíduos do Nordeste. O RoadShow de Sensibilização Ambiental é uma exposição interactiva móvel que pretende sensibilizar a população para 5 temáticas ambientais: Resíduos, Energias Alternativas, Água, Poluição Atmosférica e Ruído.

O funcionamento do Eco Centro será potenciado, estabelecendo a Câmara Municipal de Bragança, a Resíduos do Nordeste – EIM e a CESPA, uma estratégia conjunta de divulgação e informação desta infra-estrutura, complementar ao reforço de sinalética e alteração do horário de funcionamento efectuado durante o ano de 2008 e 2009. Serão reforçadas as acções de promoção na utilização do Eco Centro, nomeadamente através da realização de sorteios e concursos.

A rede de papeleiras urbanas será alargada e redistribuída, procurando uma maior capacidade e cobertura, minimizando as situações de disseminação de pequenos resíduos nos passeios e arruamentos, contribuindo para uma cidade mais limpa. O Município de Bragança adoptou um novo modelo de papeleira, mais urbana, funcional e com maior capacidade, que tem demonstrado níveis de eficiência consideráveis, nomeadamente nos novos arruamentos e Centros Escolares.

Procedeu-se à colocação de um Depositrão, contentor para recolha de pequenos resíduos eléctricos e electrónicos, no Mercado Municipal de Bragança, o qual tem contribuído para uma maior consciencialização dos munícipes para o devido encaminhamento dos resíduos, nomeadamente os eléctricos e electrónicos.

O Regulamento Municipal de Resíduos Sólidos Urbanos tem sido acompanhado de acções de sensibilização contínuas e, em casos pontuais, têm-se procedido ao levantamento de autos de contra-ordenação.

A imagem que existia, de veículos em fim de vida (VFV) abandonados na berma das estradas, nos campos e até mesmo dentro das nossas localidades, causando um forte e negativo impacto e desvirtuando a paisagem transmontana, está de um modo geral ultrapassada, pela acção continuada de recolha e desmantelamento implementada pela Autarquia. Reduzem-se assim, os problemas ao nível paisagístico, evitam-se graves problemas ambientais, como a contaminação dos solos e das linhas de água, nomeadamente através do derrame de óleos e outros contaminantes existentes nos automóveis. Sensível a esse problema, o Município de Bragança vai continuar a promover a retoma periódica de veículos em fim de vida (VFV), no âmbito do Protocolo celebrado aos 23 dias do mês de Fevereiro de 2006, entre a Resíduos do Nordeste, EIM e a Valorcar – Sociedade de Gestão de Veículos em Fim de Vida, Lda.

Pretende-se durante o ano de 2011, encontrar uma solução de deposição de resíduos de construção, orientada para a pequena obra de conservação e assegurar condições de eliminação de pequenos depósitos de entulho, colocadas nas manchas florestais.

1. Higiene Pública

A segurança e higiene pública será uma preocupação contínua, aumentando o número de canídeos errantes capturados e minimizando o abandono e desrespeito pela Legislação em vigor, procedendo a acções de sensibilização e informação, bem como de acções conjuntas com a PSP e GNR.

A Associação Brigantina de Protecção dos Animais, entidade que desenvolve um importante trabalho em prol dos animais abandonados em Bragança, já possui um Canil para a recolha de animais abandonados e alojamento temporário, executado através de Protocolo de Colaboração estabelecido entre o Município e a Associação, fomentando a adopção de canídeos e a redução dos canídeos errantes.

A legislação relativa a canis, nomeadamente o Decreto-lei n.º 317/85, I Série de 2 de Agosto, Lei n.º 92/95, I Série-A de 12 de Setembro, Decreto Lei n.º 276/2001, I Série-A de 17 de Outubro e ainda o Decreto Lei n.º 315/2003, I Série-A de 17 de Setembro, levaram à elaboração do projecto de um Canil Intermunicipal para os concelhos de Bragança, Vimioso e Miranda do Douro, permitindo criar condições para uma gestão mais eficiente de uma infra-estrutura moderna e de qualidade, contribuindo para um aumento da segurança em espaço público e higiene pública. Com a entrada em funcionamento do Canil Intermunicipal, as acções de captura de canídeos errantes, as condições de alojamento temporário e as condições para tratamentos específicos, contribuirão para uma melhoria significativa do serviço de veterinária.

2. Manutenção Urbana

A acessibilidade ao espaço público será alvo de trabalhos de manutenção urbana, procedendo à continuação dos rebaixamentos de passeios junto a passadeiras, pinturas rodoviárias e colocação de sinalização.

Todas as situações de vandalismo e danos em espaço público, nomeadamente na retirada de sinalização vertical, quebra de vidros de abrigos dos STUB's, danos nos pilaretes, etc., serão imediatamente repostas.

Os trabalhos de sinalização horizontal serão melhorados, através da utilização de novos produtos para pintura rodoviária e, em paralelo, pela implementação de um planeamento mais eficiente dos trabalhos.

Serão reinstalados e requalificados alguns parques infantis da cidade, melhorando a segurança na utilização dos equipamentos e condições de acesso da população aos mesmos. Este

esforço municipal, à semelhança do executado nos últimos anos na requalificação e instalação de novos parques infantis, pretende fomentar a cidadania e reforço das relações pessoais entre os munícipes.

2.4.6.2. Cemitérios

O apoio às Juntas de Freguesia em matéria de regulamentação e análise de projectos de construção ou ampliação de cemitérios continuará a ser uma prioridade para o ano de 2011.

Nos cemitérios do Toural e Santo Condestável, a finalização dos trabalhos de digitalização e georeferênciação de todo o cadastro relativo à gestão cemiterial, permitirá uma análise mais eficiente dos processos, mantendo a base de dados continuamente actualizada e, em complemento, permitirá a identificação através de sinalética discreta, dos talhões, sepulturas e capelas.

Terão continuidade os trabalhos de pavimentação do Cemitério do Toural e serão plantadas árvores nos alinhamentos dos talhões, permitindo o ensombramento e embelazamento dos talhões inferiores.

No cemitério do Santo Condestável, serão executados trabalhos de reparação da capela de repouso e serão concluídos os muros de suporte no patamar inferior. Estes investimentos irão contribuir decisivamente para a melhoria das infra-estruturas do Cemitério Municipal. Irão ainda ser instaladas sepulturas aeróbias e ossários no patamar inferior do cemitério, disponibilizando um serviço acrescentado aos munícipes, minimizando as despesas inerentes aos actos fúnebres por parte das famílias enlutadas.

2.4.6.3. Meio Ambiente

Sendo o Ambiente uma área transversal e complementar, diversas acções de requalificação urbana, saneamento e abastecimento de água, manutenção urbana, terão uma componente de sustentabilidade ambiental, indo ao encontro do estipulado na Agenda 21 Local e conceito de Eco Cidade.

As acções e iniciativas com escolas e associações serão consolidadas, o investimento na recolha e tratamento dos resíduos sólidos urbanos dos últimos anos permitiu evoluir para uma situação estável, contribuindo para o aumento da higiene e salubridade pública, sendo

Bragança frequentemente citada na Comunicação Social e por cidadãos, como uma cidade limpa.

O Plano Verde da Cidade contribuirá para a adopção de uma estratégia de sustentabilidade para os espaços verdes públicos e privados, sendo um elemento base para a definição de espécies, espaços, práticas e metodologias. A elaboração e disponibilização aos munícipes do Manual de Boas Práticas, simples e didáctico, contribuirá para o aumento da consciência e práticas ambientais sustentáveis.

A constituição de um Plano de Indicadores de Sustentabilidade Urbana para as cidades do Eixo Atlântico do Noroeste Peninsular permitirá aferir e analisar a coesão social, ambiental e territorial dos espaços urbanos, trabalho a ser desenvolvido no âmbito da Agência de Ecologia Urbana do Eixo Atlântico. Esta Agência terá como objectivo delinear estratégias coerentes de sustentabilidade urbana, através de estudos temáticos, análises estatísticas e multi-critério.

Durante o ano 2011 serão revistos e adaptados diversos Regulamentos Municipais, optimizando a sua aplicabilidade e ajuste à realidade.

A Feira Ibérica de Sustentabilidade Urbana de Bragança, a realizar de 1 a 5 de Junho de 2011 será um espaço de divulgação das melhores práticas ao nível da sustentabilidade urbana, nomeadamente as desenvolvidas pelos Municípios e por Empresas. Paralelamente, decorrerá um seminário subordinado ao tema da Sustentabilidade Urbana.

2.5. Serviços Culturais, Recreativos e Religiosos

2.5.1. Cultura

Com a existência de infra-estruturas culturais ímpares como o Teatro Municipal, a Biblioteca Municipal, o Conservatório de Música, o Centro Cultural Municipal Adriano Moreira, o Museu Ibérico da Máscara e do Traje e o Centro de Arte Contemporânea Graça Morais, Centro Ciência Viva, Bragança assume uma dinâmica diferente, de qualidade e de projecção a nível nacional que a colocam como uma cidade de cultura.

Aliada aos eventos de grande qualidade realizados nestes espaços, ao longo do ano, numa programação estruturada e diversificada, tem-se tentado apoiar iniciativas de acordo com os recursos humanos e financeiros existentes de modo a dinamizar o associativismo na área cultural e aumentar o empreendorismo, tão necessário à afirmação da região.

A Câmara tem vindo a desempenhar um papel dinamizador, coordenador e de apoio ao associativismo, mantendo um diálogo permanente e disponibilizando, dentro das suas possibilidades, os meios físicos, técnicos, financeiros e humanos necessários ao bom desenvolvimento de actividades que possam divulgar a riqueza cultural da região.

Paralelamente à preservação e defesa da nossa cultura, da nossa identidade, é essencial o conhecimento de outras realidades e outras culturas, pelo que deverá continuar a ser uma preocupação o garantir um relacionamento equilibrado com entidades e municípios, fomentando, nesta medida, a circulação de obras de arte, artistas e espectáculos que garantam um acréscimo cultural ao nosso concelho.

O contacto estabelecido com algumas embaixadas poderá permitir o contacto mais próximo com outras culturas, dando a conhecer outras expressões artísticas e, também, possibilitar contactos em outras vertentes, desenvolvendo o nosso concelho. Assim, estão previstos dois encontros, em Bragança, as Jornadas Luso Cubanas, a realizar durante o mês de Maio que envolverá encontros de dança, música, teatro, pintura, escultura, arquitectura/arqueologia, aproveitando, também, para estabelecer contactos a nível comercial. Durante os meses de Julho e Agosto, poderá haver a possibilidade de se realizar um Festival Russo, em parceria com as autoridades de S. Petersburgo que, pela primeira vez descentralizam esta actividade fora das suas fronteiras.
No período de uma semana, várias expressões artísticas russas passarão por Bragança, arte circense, música e danças tradicionais, entre outras. Espera-se que estes eventos possam trazer a Bragança uma mais valia em termos de enriquecimento cultural e turístico.

As parcerias têm sido implementadas, com sucesso, no Teatro Municipal com as diferentes parcerias e co-produções que trazem à cidade vários Festivais, no Museu Ibérico da Máscara e do Traje que tem tido um grande número de visitantes, sendo de prever que até ao final do ano registe cerca de 11 000 visitantes (número real recolhido até final de Outubro e projecção para os dois últimos meses do ano), que referem este espaço como único e incomparável e no Centro de Arte Contemporânea Graça Morais com as várias parcerias que têm proporcionado, à população brigantina, excelentes exposições, de artistas de topo da pintura portuguesa.

Seguindo esta linha do intercâmbio de culturas, a Mascararte sempre acolheu um país convidado que tem uma cultura identificativa da máscara. Foram, já, convidados Angola, Brasil e Espanha. Este ano, o tema aglutinador será As Máscaras do Oriente, em parceria com o Museu do Oriente.

Continuando a aposta na promoção e defesa das nossas raízes e das nossas tradições, o ano 2011 receberá a V Bienal da Máscara, evento que marca um período importante e que, já, tem

um lugar bem vincado na nossa cultura. Alia a nossa identidade, as nossas origens à visão criativa dos nossos jovens que têm participado em número elevado nas várias actividades da Mascararte. Este evento tem tido a colaboração da Academia Ibérica da Máscara, com a organização de conferências sobre a temática, apresentação de livros e divulgação da música associada aos rituais da máscara. As escolas têm, também, participado de uma forma positiva.

Ligado a esta temática, continuaremos a apostar no Carnaval dos Caretos, evento em que participam os grupos de Caretos e de gaiteiros da nossa região e do país vizinho, a Espanha, e as escolas do concelho. Aos poucos, este acontecimento tem marcado a diferença dos habituais desfiles de Carnaval que enchem o panorama nacional.

A nível das actividades culturais, importa, também, destacar a dinamização dos espaços de exposições, no Centro Cultural Municipal Adriano Moreira, com um número considerável de visitantes, 6.215 em 2010, (número recolhido até final de Outubro e projecção para os dois últimos meses do ano), onde estão patentes excelentes exposições de artistas locais e nacionais, destacando as exposições das escolas do concelho que, assim, têm a oportunidade de mostrar o trabalho realizado durante o ano lectivo; o Dia da Poesia, em colaboração com as escolas; o festival de tunas feminina e masculina; o carnaval dos caretos; o festival da Lombada; Festival de Folclore; o Festival Ibérico de Música Popular e o da Corda Perfeita, realizados estes últimos dois no Castelo, em colaboração com a Junta de Freguesia de Santa Maria; os concursos de presépios e de contos de Natal.

O melhor do mundo são as crianças dizia o poeta e é nas crianças que está o futuro; daí ser tão importante criamos condições para que as crianças da nossa comunidade cresçam felizes e sobretudo cresçam bem formadas. A formação cultural é um pilar na formação geral do indivíduo. Alterando o formato do Dia Mundial da Criança, pensamos criar uma rede de eventos dedicados às crianças, intitulado *Tempo para a Infância*, onde elas sejam também sujeitos de criação. Escolhemos os primeiros dias de Junho, para organizar, em colaboração com as escolas dos vários níveis de ensino, várias actividades: espectáculos de teatro, dança, magia, ateliers que poderão proporcionar às crianças momentos de convívio, de fruição e de aprendizagem, nos vários espaços culturais (Teatro Municipal, Centro Cultural Adriano Moreira, Biblioteca Municipal, Centro de Arte Contemporânea Graça Morais) e outros.

Pensando, ainda, no público jovem, pretende-se, este ano, concretizar dois momentos dirigidos essencialmente a este público, em colaboração com as Associações de Estudantes das escolas do concelho, um noite de Dj´s e um Festival de Bandas.

Repensando a tradicional Feira do Livro, procurar-se-á remodelar este evento e desenvolver o *Tempo para o Livro*, encontrando um formato diferente onde serão dinamizados encontros com

escritores, dando especial atenção aos escritores integrados na Academia de Letras de Trás-os-Montes; oficinas de escrita criativa; de ilustração; exposições bibliográficas; "provas de livros"; mesas redondas à volta dos livros; " livros aos molhos"; recitais e outras actividades em espaços públicos.

É nosso objectivo consolidar os projectos existentes e que aparecem, já, como referência do concelho e suporte da nossa identidade como as Festas da Cidade, com o novo figurino e que tem dinamizado o centro da cidade, nomeadamente a Praça Camões com espectáculos musicais e transformando este espaço num ponto de encontro.

A integrar as festas da Cidade, a Festa da História tornou-se um momento alto do mês de Agosto, com uma adesão surpreendente por parte dos artesãos da nossa região que marcaram presença com maior qualidade e inovação. Em relação ao número de visitantes, tem-se notado, de ano para ano, um aumento considerável, tendo havido, neste quarto ano da sua realização, um forte aumento da população visitante.

Em 2011, pretende-se alargar o espaço e o período da Festa da História, trazer novas temáticas e actividades que enriqueçam este evento, procurando, também, a participação da população da cidade, nomeadamente a população estudantil e os grupos de teatro existentes na cidade.

O Museu Ibérico da Máscara e do Traje já conquistou o seu espaço em termos de oferta turística na vertente cultural, tornando-se para o efeito um dos pontos de passagem obrigatórios para quem visita a cidade.
O trabalho desenvolvido tem sido uma constante quer em termos de divulgação quer em termos de actividades que propiciem o seu conhecimento e sensibilização para a temática que representa.
Entendemos que a missão deste espaço é sensibilizar, formar e educar para a criação de hábitos, para a instalação de rotinas para o lazer, contribuindo assim para um melhor conhecimento da máscara, dos trajes e das festas a ela associada.

Tratando-se de um equipamento cultural dotado de uma exposição permanente, o plano anual de actividades para 2011 tem como meta principal o aumento de visitantes, a conquista de novos públicos, a criação de actividades que potenciem a visita e sirvam de alavanca para uma maior e melhor divulgação do museu. Continuar-se-á o investimento do espólio com máscaras/trajes de populações em que as manifestações ligadas à temática ressurgiram.

Tentar-se-á, também, alargar o âmbito do Museu e o conhecimento /estudo sobre estas representações a nível europeu. Para a concretização desta proposta, a C.M.B., com a

colaboração da Academia da Máscara, tem vindo a contactar entidades como Associações, Museus Etnográficos e Ayuntamentos de Espanha de forma a complementar o conhecimento nesta temática. Paralelamente, continuar-se-á a procurar outras manifestações da máscara, na expectativa de criar um projecto que envolve outros países europeus em que a temática da máscara está representada.

Tendo em atenção a importância de divulgar as nossas tradições e face às solicitações por entidades, municípios fora do nosso concelho, em 2011 pretende-se criar uma exposição itinerante ligadas à temática da Máscara que possa circular por escolas e outros espaços.

Pretende-se realizar exposições temporárias ligadas à máscara e aos artesãos representados no museu. Cada mês ou mês e meio irão estar expostas algumas das peças mais representativas do artesão convidado. Esta iniciativa irá permitir dar a conhecer o trabalho desenvolvido pelos artesãos, assim como criar uma maior proximidade entre o artesão e o visitante do museu, exposições temporárias ligadas à temática da terra, onde se poderão expor pequenas peças de artesanato sob a temática de utensílios e meios para trabalhar a terra, podendo haver articulação com os museus rurais de Palácios, Caravela, Mós, Babe e Rio Frio para expor algumas das peças existentes nestes museus de modo a promover, também, estes espaços e potenciar a sua visita.

Integrando o Serviço Educativo do Departamento Sociocultural, far-se-ão, ao longo do ano, oficinas/ateliers com os alunos das escolas do concelho ligadas a eventos ou exposições que estarão patentes em outros espaços, visitas guiadas e outras actividades de modo a dar a conhecer aos mais jovens as nossas tradições.

O Centro de Arte Contemporânea Graça Morais, nos dois anos de actividade, tem projectado culturalmente e turisticamente a nossa cidade a nível nacional. Este espaço tem sido, desde a sua inauguração, em Junho 2008, uma referência a nível do seu espólio e, obviamente, a nível da sua arquitectura. É amplamente procurado pelos visitantes que se deslocam a Bragança e pelo público escolar que tem aderido amplamente, inscrevendo-se nas visitas guiadas. Até Outubro de 2010, foram realizadas 122 visitas guiadas.

Continuará a desenvolver a sua principal missão que é a sensibilização e promoção do conhecimento da arte contemporânea nacional e internacional, em geral, e da obra da pintora Graça Morais, em particular, através de um programa de exposições temporárias (colectivas e individuais), reforçado por outras iniciativas de âmbito pluridisciplinar, como as oficinas de prática artística, visitas guiadas, palestras, publicações, oficinas, concursos. Na missão do equipamento, está também a constituição de uma colecção de arte, feita a partir de aquisições ou doações.

Á semelhança do ano transacto, o programa expositivo de 2011 procurará manter a mesma incidência na obra de alguns dos artistas mais significativas da contemporaneidade em alternância com a de artistas mais jovens. Procurará pautar-se pelo mesmo patamar de qualidade que temos vindo a apresentar até aqui. A par de exposições individuais, isto é, centradas na obra de alguns dos artistas mais significativos da contemporaneidade portuguesa, como do escultor Rui Sanches, farão também parte do programa exposições colectivas como "A Casa", organizada a partir de colecções de instituições de referência como é a colecção de arte do CAM – Fundação Calouste Gulbenkian.

Prevê-se apresentar, ao longo do ano de 2011, quatro exposições temporárias, sendo, como até aqui, três meses o período médio de exibição para cada. Para cada exposição está prevista a edição de um catálogo. A programação procurará, ainda, sempre em concordância com a artista, a renovação do Espaço Graça Morais a partir de exposições temáticas. Esta renovação da Colecção Graça Morais acontecerá em 2011 pelo menos três vezes: em Janeiro, em Junho e em Setembro, num ano em que estão previstos ainda programas complementares criados a partir da obra da artista, nomeadamente com espectáculos a realizar no Teatro Municipal e outro com a APECV (Associação de Professores de Expressão e Comunicação Visual), integrando um concurso nacional com o tema " As nossas raízes com Graça Morais" e a realização, em Bragança, do 9º Congresso da APECV, com o tema " Tradição e Modernidade na Educação Artística.

Paralelamente, no mês de Setembro, no âmbito da Residência artística da coreógrafa e bailarina Joana Providência, apresentar-se-á no Teatro Municipal uma exposição de Biombos e Cenários de Teatro da autoria de Graça Morais.

Tendo, sempre, como ponto de partida cada uma das novas exposições, pretendemos este ano, no âmbito do Serviço Educativo, manter actividades como a visita/jogo e a visita guiada e oferecer outro género de actividades, como oficinas temáticas de prática artística para crianças. Estas, como a visita/jogo, terão as exposições como referência ou ponto de partida, e funcionarão em período de pausa lectiva, dias temáticos, ou ao fim-de-semana.

Para os alunos residentes na área rural do nosso concelho, para além da visita ao Centro de Arte Contemporânea Graça Morais, onde as espera uma visita/jogo e, sempre que possível, uma oficina de prática artística, a vinda das crianças à cidade deverá ser ainda complementada com a realização de actividades noutros equipamentos, seja ao Museu da Máscara, ao Teatro Municipal, ao Centro de Ciência Viva, ao Centro Cultural ou até mesmo à Piscina Municipal.

No âmbito do Serviço Educativo fazem ainda parte um conjunto de actividades específicas a serem dinamizadas ao longo de todo o ano em alguns dos dias temáticos como o Dia Internacional dos Museus, o Dia Mundial da Criança ou as Férias Desportivas e Culturais da CMB.

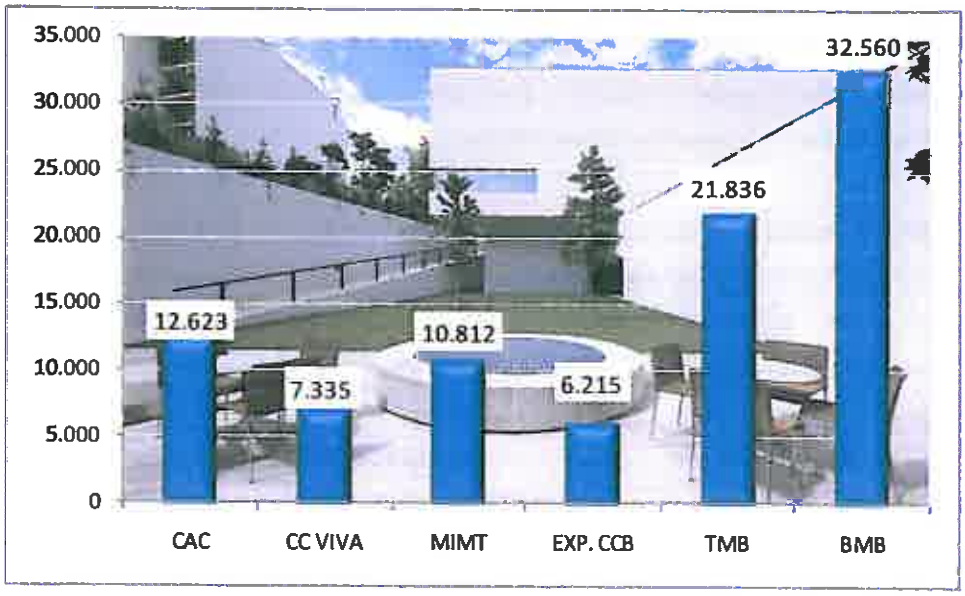
A acção educativa e formativa deste equipamento passará, também, pela organização de visitas a exposições nacionais e internacionais, oferecendo à comunidade em geral a possibilidade de conhecer outras realidades artísticas

Os projectos pontuais têm vindo a ocupar um lugar de destaque. Esta rubrica que compreende uma grande diversidade de iniciativas, instalações, concursos, concertos descentralizados do Teatro municipal, performance, oficinas/ateliers, conferências entre outras, será também uma área a ter em conta, podendo ocorrer em algumas noites de verão.

À semelhança do ano transacto, o dia do 3º aniversário do Centro de Arte, 30 de Junho, será celebrado não apenas com a apresentação de duas novas exposições, mas também com um novo programa de manifestações artísticas de rua (música, instalações, performances) desafiando novamente outras instituições culturais, grupos, comerciantes, escolas a colaborar na iniciativa.

O número de visitantes nos diferentes equipamentos culturais, registado até ao mês de Outubro de 2010 e projecção para os dois meses em falta, é apresentado no gráfico 12:

GRÁFICO 12:Visitantes nos equipamentos culturais



O Teatro Municipal de Bragança entra no seu oitavo ano de actividade, obedecendo a princípios e valores pautados pela qualidade, tendo, já, entrado no quotidiano dos Brigantinos. No entanto, continuaremos a redobrar forças para fazer melhor, sempre com um objectivo de prestar um serviço público de qualidade. Em 2010, 21 836 pessoas (número recolhido até final de Outubro e projecção para os dois últimos meses do ano), assistiram aos diversos espectáculos que se apresentaram neste equipamento. A nossa opção foi, desde o início, oferecer ao público espectáculos de qualidade, sem ceder aos caminhos mais fáceis que poderiam levar a uma falsa conquista de públicos. Entendemos que um Teatro Municipal, enquanto serviço público, deve prestar efectivamente um serviço público à sociedade, contribuindo para o seu enriquecimento, formação, educação e lazer de uma forma edificante e positiva.

Queremos o melhor para a cidade e por isso elegemos como objectivos principais para o ano de 2011, conquistar novos públicos; envolver a comunidade em projectos artísticos próprios / Criação artística; proporcionar aos jovens formação artística; criar com Instituições da cidade e do concelho parcerias artísticas; assumir co-produções artísticas com companhias de prestígio e qualidade reconhecidos, que tragam mais valias ao TMB, à cidade, à região; realizar residências artísticas; aumentar a visibilidade do TMB a nível local, regional e nacional como espaço de lazer, fruição e cultura de acesso a todos.

Acreditamos que a identidade de um espaço como este, não se constrói sendo apenas um teatro de acolhimento, temos de ir mais longe - por isso e tendo como referência os excelentes resultados de trabalhos já realizados com o Teatro Meridional e com o Teatro da Garagem continuaremos e alargaremos a nossa acção no campo das co-produções, co-criações e residências artísticas. A nossa grande aposta para 2011 é assim o envolvimento activo da comunidade criando condições para sermos também um pólo de produção e criação artística, de forma a despertar o interesse pela arte e pelo ensino artístico e fazer do Teatro Municipal de Bragança um teatro com uma identidade própria.

O espaço TMB deixa de ser apenas um espaço de acolhimento para se tornar num espaço de criação envolvendo jovens que ocuparão os seus tempos livres com arte. Assim, neste âmbito, programamos novos projectos inovadores e catalisadores de públicos que nos darão visibilidade não só a nível local mas sobretudo a nível nacional e internacional.

-"AO RELENTO" (título provisório) Teatro da Garagem, Teatro Municipal e Comunidade, este projecto tem a sua génese na cumplicidade artística que existe desde 2005 entre o Teatro Municipal de Bragança e o Teatro da Garagem e que teve a sua expressão maior em Julho de 2010 com a apresentação do espectáculo: *Guarda-me um lugar* – onde participaram 50 actores brigantinos – amadores de teatro – com idades compreendidas entre os 7 e os 77 anos. Dada

a grande participação da comunidade, o seu envolvimento e entrega, tendo ainda em conta a adesão do público manteremos o projecto que arrancará numa fase preparatória durante o 27 – festival internacional de teatro e que se desenvolverá a partir da segunda quinzena de Junho para vir a ser apresentado a público ao longo da 1ª quinzena de Julho de 2011;

"FADO", Quorum Ballet que, em 2009, recebeu o prémio da melhor companhia de dança portuguesa e Teatro Municipal. O TMB será palco da estreia absoluta deste espectáculo que, posteriormente, fará uma digressão internacional e só no fim desta percorrerá os palcos portugueses.: as guitarras portuguesas, as vozes do fado e os bailarinos, todos em palco, construirão este espectáculo impar e absolutamente inovador que estreará a 20 de Fevereiro em Bragança apresentando na comemoração do Dia da Cidade um espectáculo de altíssima qualidade e ao mesmo tempo acessível ao grande público pela conjugação de várias artes de palco: dança, música e canto;

- " METAMORFOSES" (título provisório) Teatro do Bolhão e Teatro Municipal, trabalho de dança teatral partindo da obra de Graça Morais. Receberemos a companhia em residência artística de 20 de Setembro a 1 de Outubro de 2011. Do projecto constam a inauguração de uma nova exposição da obra de Graça Morais, Ateliers de Pintura, Conversa com os criadores: Joana Providência | Graça Morais, visitas guiadas no Centro de Arte Contemporânea Graça Morais, oficinas de Dança, ensaios abertos, conversas com o público e estreia absoluta do espectáculo no Teatro Municipal.

O ano de 2011 colocará, com toda a certeza o Teatro Municipal de Bragança, na rota dos Teatros onde o acolhimento, a residência artística a co-produção e a co-criação contribuirão para a definição de uma estética de programação artisticamente bem definida e bem alicerçada cujo objectivo maior é prestar um serviço público de qualidade para todos e fazer desta casa uma verdadeira casa de cultura onde todos se sintam bem.

A programação para 2011 foi criteriosamente pensada e reflectida, tendo em conta estes objectivos. Teatro, Dança, Música, Novo-Circo, Opera, Artes de Palco em geral, continuarão a constituir a base da programação anual. A escolha dos espectáculos será sempre pautada pelos critérios da qualidade, a educação e formação de públicos e indo sempre que possível ao encontro dos desejos desses mesmos públicos para que a sua fidelização possa acontecer.

Contaremos com a presença de companhias nacionais e internacionais apostando cada vez mais nas parcerias e na programação em rede como forma de rentabilizar custos.
Apresentámos em parceria com Instituições congéneres duas candidaturas ao QREN – uma na área do teatro, outra na área da música, para que a programação possa ser enriquecida, diversificada sem que com isso os custos aumentem: "Teatro Contemporâneo em Portugal –

Ciclo de Formação e Consolidação de públicos" que nos permitiu candidatar cerca de 30 espectáculos de companhias profissionais de teatro portuguesas a serem apresentados entre Janeiro de 2010 e Dezembro de 2011 num total elegível de 188.213,56 €, tendo sido, já, aprovada, e "Música de Lés a Oés - Projecto de descentralização e promoção da música" onde serão promovidas áreas como o jazz, a música clássica ou erudita, a música tradicional ou a "nova música portuguesa", o fado, o pop e o rock, a world music e todos os subgéneros nacionais e internacionais, não tendo, ainda, o resultado da candidatura sido tornado público.

Manteremos, também, as parcerias artísticas e programação em rede com os nossos parceiros da Rede Nacional de Teatros, com o Teatro Nacional de S. João do Porto e iniciaremos a parceria com o Teatro Nacional D. Maria II de Lisboa.
Queremos dar especial atenção à infância proporcionando-lhe momentos de lazer e alternativas aos tempos livres e por isso em Junho criaremos a rubrica: *Tempo para a infância,* propondo actividades em parceria com Escolas e Instituições locais; manteremos *O Palco na praça* no mês de Julho; continuaremos a fazer *visitas guiadas* para os grupos / escolas / instituições que as solicitam e procuraremos faze-las também periodicamente para o público em geral, especialmente em épocas festivas em que turistas e forasteiros visitam a cidade e a região.

Também já fazem parte da história deste espaço os três festivais anuais que co-produzimos com o Teatro de Vila Real: *FAN – Festival de Ano Novo*; *27 – Festival Internacional de Teatro* e *Douro Jazz*. Porque se têm revelado grandes êxitos e têm contado com a adesão do público que anualmente acorre a estes eventos manteremos o formato de todos eles.

Como vem sendo hábito e porque entendemos que o Teatro Municipal tem também essa missão, daremos voz e visibilidade à programação local e regional. Nesse sentido, continuaremos a apresentar o Cantar dos Reis; a Mostra de Teatro Escolar; a Gala das Escolas; os Festivais de Tunas Feminino e de Tunas Masculino; o Coral Brigantino. As escolas de ensino artístico: dança e música têm, também, o seu dia. Em colaboração com o Conservatório de Música de Bragança vamos trazer ao Teatro, durante as pausas lectivas do Natal e da Páscoa, os alunos do Conservatório. Tocarão em vários espaços do Teatro Municipal, animando-os com música. Paralelamente esta música acompanhará as visitas ao Teatro que nestas ocasiões acontecem.

Tentaremos, também, dar visibilidade a outros espaços do Teatro nomeadamente foyer e sub-palco. No foyer continuaremos a apresentar exposições (a custo zero) e para o sub-palco, um espaço que é visitado pelo público que participa nas visitas ao Teatro e que permite outras valências de utilização – seja com instalações artísticas, espectáculos, exposições.

A Biblioteca Municipal de Bragança deve continuar a constituir-se como um centro de leitura e de pesquisa privilegiado para a comunidade. Tem como objectivo primordial fornecer o gosto pela leitura e contribuir para o desenvolvimento literário da população que procura este espaço.

Recebe, diariamente, dezenas de utilizadores, cada vez mais exigentes, tornando-se necessário continuar o melhoramento do acervo da biblioteca e da biblioteca infantil em material livro e não livro, desenvolvendo, paralelamente, projectos de atracção dos jovens ao espaço como o concurso do Conto de Natal, a visualização de filmes para crianças, a hora do conto, sempre que solicitada e no espaço da Biblioteca, comemoração de eventos relevantes do ponto de vista sociocultural através da exposição de material informativo, tertúlias com escritores e uma ligação com os outros espaços culturais municipais. Pretende-se continuar a realização do Concurso Nacional de Leitura, em Bragança.
Numa verdadeira concertação de iniciativas com as escolas através do SABE (Serviço de Apoio às Bibliotecas Escolares) daremos prioridade a três pontos fundamentais: fortalecer a articulação Biblioteca Municipal e o SABE promovendo o intercâmbio, a interacção dos objectivos comuns e a construção de um catálogo comum de modo a que os utentes possam ter conhecimento do acervo de todas as bibliotecas e a não duplicação do material livro e não livro, e a concretização de um plano anual de actividade conjunto; investir, através de actividades lúdicas/pedagógicas na construção de um todo mais igualitário, levando as mesmas oportunidades ao meio rural, ajudando na consolidação e formação de novos leitores, através de acções de incentivo à leitura e à escrita; optimizar os recursos existentes na Biblioteca Municipal através de uma consciente política de aquisição de material livro e não-livro, tornando os serviços da Biblioteca Municipal uma realidade ao serviço da promoção dos Bragançanos e da Cidadania

Desde a sua abertura, a Biblioteca Municipal tem desenvolvido um trabalho positivo, tornando-se um espaço de estudo e de pesquisa, que tem acolhido cada vez mais utentes. No ano de 2010, (número recolhido até final de Outubro), a Biblioteca tem 3.770 utentes registados e o seu espaço foi procurado por 32.560 utilizadores (número recolhido até final de Outubro e projecção para os dois últimos meses do ano com base nos dados destes meses em anos anteriores).

Várias actividades serão concretizadas: comemorações de dias, semanas ligadas às Bibliotecas, troca de livros entre as bibliotecas e outras com a finalidade de promover o gosto pela leitura nas várias camadas da população. Este espaço deverá, também, servir à divulgação de obras locais e regionais, bem como de todas as publicações da Câmara Municipal de Bragança e de outros Municípios.

Em 2009, Bragança acolheu um reforço nos equipamentos culturais da cidade, a Biblioteca Adriano Moreira, fruto da generosa doação do Professor Adriano Moreira ao Município de Bragança.

Trata-se de um equipamento cultural para consulta e leitura, dos cidadãos em geral e, de forma muito particular, aos investigadores do Ensino Superior, que já conta com um catálogo editado em formato de papel e on-line na página desta Biblioteca, onde o público poderá consultar o espólio desta Biblioteca.
Até ao final do mês de Outubro, estavam catalogados 36.406 documentos nas Biblioteca Municipal e Biblioteca Adriano Moreira.

Com a aquisição do edifício contíguo ao Centro de Arte Contemporânea Graça Morais, pretende-se instalar um Centro de Interpretação da Comunidade Sefardita de Bragança, com o objectivo de relembrar e reconhecer a importância da nossa história, através de homens da cultura, da ciência e de outras valências que tiveram grande impacto a nível nacional e internacional e levaram o nome de Bragança a outras paragens. Conhecer a nossa história e os filhos da nossa região é uma forma de enriquecimento.

2.5.2. Desporto, Recreio e Lazer

Tendo a consciência de que a saúde deixou de ser apenas um problema médico, sendo também um assunto cultural e de educação, continuaremos uma política desportiva do município assente na colaboração com os clubes e associações desportivas, apoiando-os logística e financeiramente, tendo por base a contratualização de acções e objectivos. Contudo, esta colaboração assenta num espírito de exigência e de rigor na avaliação do cumprimento dos termos dos acordos, no sentido de uma maior selectividade nos apoios a conceder e na exigência da aplicação dos recursos públicos.

Continuaremos a apostar na realização de eventos desportivos de elevado nível, de modo a estimular a prática desportiva na área da competição e a adesão dos cidadãos, integrando um grupo de actividades especiais, em que o Município desenvolve animações pontuais de dimensão aproveitando as datas comemorativas temáticas da saúde e do desporto, concentrando num local, um vasto conjunto de actividades abertas a toda a população, correspondendo a momentos de destaque do programa e simultaneamente divulgação do mesmo.

Promoveremos a comemoração do Dia do Desporto com a realização de 1ª Prova de Triatlo - Regional e Popular - e a concessão de acesso gratuito a todos os equipamentos desportivos a fim de sensibilizar e incentivar a população para a prática de actividade física.
Procurando repetir os êxitos das edições anteriores, será dada continuidade à organização da "Maratona de Fitness *Cidade de Bragança*", trazendo a dança e o movimento para a rua, e à organização do Torneio Internacional de Natação Cidade de Bragança em que, enquadrada nas actividades promovidas pela Associação Regional de Natação do Nordeste, a Câmara Municipal convida clubes e escolas de natação para participar com os atletas federados na Associação Regional de Natação do Nordeste/Federação Portuguesa de Natação numa jornada de convívio e de teste às capacidades individuais.

Assegurar-se-á o apoio e a colaboração necessários ao Ginásio Clube de Bragança para a organização de mais uma edição da "Milha das Cantarinhas", nas suas várias componentes (Milha Escolar/Mini-Milha, Milha Popular e Milha Principal), prova de Atletismo de carácter nacional que conta com a participação dos melhores atletas nacionais da categoria.

Na perspectiva de procurar que as gerações mais novas possam dar continuidade à tradição de várias gerações e de permitir que os mais velhos possam reviver bons momentos passados, será organizada mais uma edição do Encontro de Jogos Tradicionais que será a décima segunda.
Numa tentativa de despertar a atenção de um maior número de pessoas para a prática da Hidroginástica, como disciplina promotora da melhoria da coordenação motora e de relaxamento, contribuindo para uma melhor qualidade de vida dos indivíduos, organizaremos uma Maratona de Hidroginástica, na Piscina Municipal, aberta a toda a comunidade brigantina.

O Pavilhão e as Piscinas Municipais de Bragança serão o palco da 4ª edição do projecto "Bragança Activa", com o objectivo de sensibilizar os participantes para os benefícios da prática regular da actividade física, contribuindo para uma sociedade mais saudável, mais activa e com mais qualidade de vida, de promover a socialização e o convívio entre os participantes, bem como de ensinar a melhorar a postura corporal no dia-a-dia. Decorrerá no mês de Maio, mês dedicado ao coração e aos doentes hipertensos, e tem o apoio técnico nas áreas da dietética e da fisioterapia na realização de uma sessão de esclarecimentos sobre regras alimentares, aquisição de estilos de vida saudáveis e na avaliação e minimização de problemas relacionados com movimento do corpo humano. A 3.ª edição, realizada em 2010 contou com a participação de 140 pessoas.

Nesta perspectiva da melhoria da saúde e da qualidade de vida da população da cidade de Bragança, de Janeiro a Junho e de Outubro a Dezembro de 2011, decorrerá o programa de actividade física regular *Mexa-se em Bragança,* direccionado para indivíduos entre os 35 anos

e os 65 anos de idade, que promove o aumento da prática regular de actividade física e a prevenção secundária da Diabetes Mellitus Tipo 2.

Ainda neste âmbito de proporcionar hábitos de vida saudável para toda a população, o projecto *Bragança Saudável* foi uma aposta ganha com as suas diversas actividades, principalmente nas caminhadas realizadas na área rural do concelho, momentos de exercício, de contacto com a natureza e de convívio entre os vários intervenientes e as Juntas de Freguesia que se associaram a este projecto.

Sendo um programa inicialmente elaborado para quatro anos, face à adesão e ao sucesso deste projecto (de referir que no período 2006/09, o número de participantes aumentou de 416 para 1267, considerando que em 2009 apenas se realizaram mais duas caminhadas que em 2006), foi decido mantê-lo em 2010 e pretendemos, em 2011, continuar a desenvolver este projecto procurando integrar um conjunto de parcerias com diversos clubes, associações desportivas, estabelecimentos de ensino e outras entidades da área do desporto e da saúde.

O *Bragança Saudável* continuará a estimular a população a fazer actividade física como meio de ocupação dos seus tempos livres, numa vertente de recreação e lazer, promovendo um conjunto de actividades desportivas cuja relação directa com a natureza está muito próxima.

Deste modo, os participantes poderão explorar os espaços naturais do concelho e, simultaneamente, melhorar a sua saúde e viver momentos de agradável e salutar convívio, através da criação de hábitos de prática de uma actividade desportiva regular.

Pretendemos, contudo, evoluir neste projecto, trazendo a população da área rural a percursos urbanos, complementando-os com visitas aos espaços culturais da cidade e com actividades de interesse, retribuindo, assim, os momentos que esta área geográfica tem vindo a oferecer ao longo dos percursos rurais.

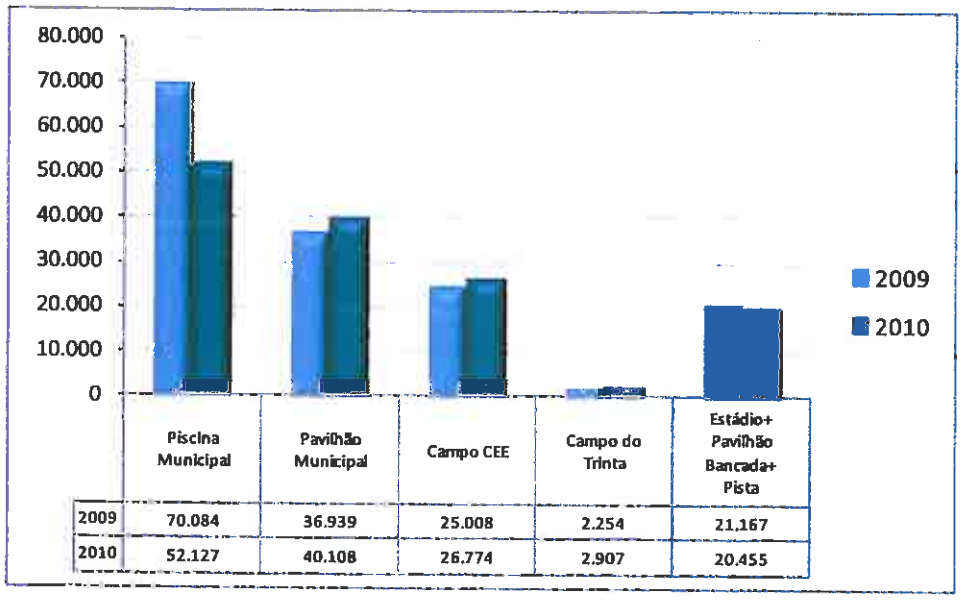
Dispensando um conjunto de serviços, no âmbito da aprendizagem, do aperfeiçoamento e do desenvolvimento das actividades aquáticas através da natação para bebés, adaptação ao meio aquático, aprendizagem das técnicas, aperfeiçoamento e escola de natação, bem como na componente lúdico-recreativa através da hidroginástica e deep water, a Piscina Municipal

procura atingir uma diversidade de utentes cada vez maior atendendo às particularidades dos vários segmentos etários.

Apesar das dificuldades existentes na deslocação de crianças/jovens, devido à implementação da Escola a Tempo Inteiro, que se manifestaram, nos últimos anos, na falta de grupos dos ATL na piscina, em regime livre, tem aumentado o número de utilizadores das piscinas. Em 2009, 70.084 e em 2010, 52.127 utilizadores (número real recolhido até final de Setembro e valor estimado até Dezembro) frequentaram este equipamento desportivo.

O Pavilhão Municipal foi frequentado por 36.939 utentes no ano de 2009 e por 40.108 em 2010 (números reais recolhidos até final de Setembro e valores estimados até Dezembro) e o Campo do CEE por 25.008 utentes em 2009 e por 26.774 em 2010 (números reais recolhidos até final de Setembro e valores estimados até Dezembro).

GRÁFICO 13: N.º de utilizadores dos equipamentos desportivos



	Piscina Municipal	Pavilhão Municipal	Campo CEE	Campo do Trinta	Estádio+ Pavilhão Bancada+ Pista
2009	70.084	36.939	25.008	2.254	21.167
2010	52.127	40.108	26.774	2.907	20.455

Entre 3 e 8 de Julho de 2011 decorrerá, na cidade de Matosinhos, a 9.ª edição dos Jogos do Eixo Atlântico e o Município de Bragança, mais uma vez, estará representado neste evento desportivo transfronteiriço, que engloba 17 cidades do Norte de Portugal e 17 cidades da Galiza, por uma delegação de 38 elementos para participar nas modalidades de Futebol de 7, Atletismo (masculino, feminino e para pessoas com deficiência) e Natação. A decisão de implementar os Jogos do Eixo Atlântico foi tomada na reunião da Comissão Executiva do Eixo Atlântico que teve lugar em Bragança no ano de 1994, tendo a primeira edição ocorrido no Verão de 1995 sob o propósito da promoção do desporto, da convivência entre os jovens e do conhecimento entre os cidadãos dos municípios associados.

Prosseguindo objectivos de dinamização do desporto, de prática da actividade física e da ocupação dos tempos livres de crianças, jovens e adultos, as associações e clubes desempenham uma função social fundamental, induzindo comportamentos, desenvolvendo vocações e proporcionando aos seus associados e atletas gratificantes experiências de participação e envolvimento comunitário.

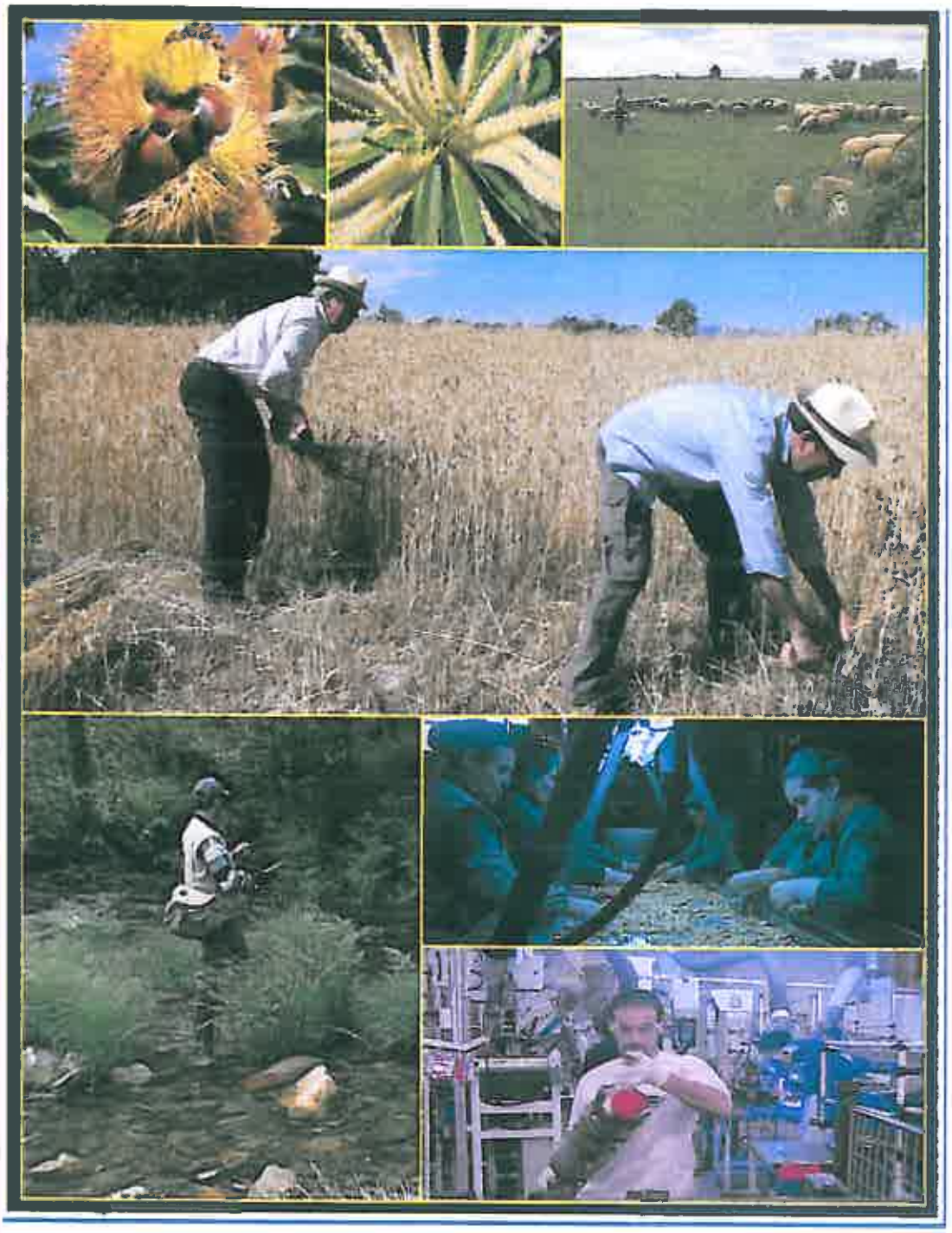
É, por isso, nuclear para o interesse público que o Município de Bragança durante o ano de 2011 continue a apoiar e cooperar com estas associações e clubes, através da concessão de apoios financeiros, técnicos ou logísticos, de forma criteriosa, a exemplo do que vem fazendo ao longo dos últimos anos.

Numa perspectiva de promoção da igualdade de oportunidades entre a população residente na cidade, vila e aldeias do concelho, pretende-se implementar no ano de 2011 um programa de actividades desportivas para a população sénior do concelho de Bragança, em colaboração com as Juntas de Freguesia e IPSS's, e um torneio de Futsal Inter-Freguesias do Concelho de Bragança visando a promoção da prática da actividade desportiva e do convívio saudável e generalizado a toda a população das freguesias, o desenvolvimento das competências individuais e o fomento do sentimento da amizade.

Na componente de manutenção e beneficiação das infra-estruturas desportivas serão realizadas intervenções na cobertura da bancada do Estádio Municipal, no polimento do piso e remarcação do Pavilhão Municipal e na substituição do piso do Pavilhão da Bancada do Estádio, para além dos trabalhos de manutenção do relvado do Estádio Municipal, do Campo do Trinta e do Campo do C.E.E., e da Piscina Municipal.

Funções Económicas

"O único lugar onde sucesso vem antes do trabalho é no dicionário"
Albert Einstein>>



3.1. Agricultura, pecuária, silvicultura, caça e pesca

Face à significativa dimensão territorial rural do Concelho e a importância socio-económica que o sector representa para muitas famílias residentes no município, a autarquia tem dado uma especial atenção ao sector agrário, tendo, nos últimos anos, criado infra-estruturas ansiadas, há muito, pelos agricultores e que constituem contributos decisivos para uma maior valorização dos produtos locais e consequentemente para uma melhoria dos rendimentos e bem-estar das famílias do espaço rural.

A nível da qualificação do espaço público nas aldeias e vila do Concelho elevados investimentos foram efectuados, sobretudo a nível de infra-estruturas básicas e de lazer, fundamentais para um nível de desenvolvimento Rural desejado.

A nível do sector produtivo, a autarquia concretizou investimentos nunca antes conseguidos de forma a dotar o Concelho de modernos equipamentos impulsionadores do reforço da actividade económica, sendo exemplo o Matadouro Municipal, o Mercado Municipal e a Casa do Lavrador. A Autarquia tem-se empenhado, igualmente, na realização de eventos com o objectivo de promover e valorizar os produtos locais, na região e no estrangeiro, sendo de destacar a Norcaça, Norpesca e Norcastanha.

Também a Feira das Cantarinhas, Concurso Concelhio de Raça Mirandesa e as lutas de Touros constituem um empenhamento da Câmara na animação da economia agrária do Concelho.

Porque entendemos o sector agrário como um pilar do desenvolvimento de qualquer região ou país, continuamos a lutar para que este sector, tão importante no nosso concelho, não seja abandonado e que a as suas organizações sejam mais fortes, que a paisagem rural se mantenha humanizada e as condições de vida no meio rural sejam melhores.

No âmbito do desenvolvimento rural sustentável do Concelho, devem ser equacionadas novas oportunidades de rendimento para a população rural e/ou seus legítimos representantes, na exploração de recursos naturais (ar, água, sol), nomeadamente na produção de energias limpas.

O forte empenhamento da autarquia na defesa dos interesses da população rural, aquando da aprovação do Plano de Ordenamento do Parque Natural de Montesinho, constitui uma prova da importância que o meio rural tem para a economia concelhia. Procuraremos, neste campo, colaborar com as Juntas de Freguesia de forma a potenciar os recursos existentes.

Continuaremos a reivindicar a construção da barragem de Parada, um fortalecimento dos Serviços do Ministério de Agricultura em Bragança bem como uma nova forma organizativa de exploração da maior Zona de Caça Nacional (Lombada).

Procuraremos, através do programa PROVERE (Programa de Valorização Económica de Recursos Endógenos), fomentar as parcerias necessárias para uma maior promoção e valorização dos recursos locais.

Prevê-se a execução de diversas obras de beneficiação de caminhos de apoio agrícola, estando em fase de análise a candidatura por parte do programa PRODER.

3.2. Indústria e Energia

3.2.1. Iluminação Pública

Nesta área, pretende-se continuar os trabalhos de melhoria da iluminação pública no concelho, por intervenção directa do Município ou em colaboração com outras entidades, destacando-se a melhoria e reestruturação de algumas redes antigas em fio de cobre existentes em algumas aldeias, nomeadamente Meixedo e Sacoias.

No âmbito da concessão, os investimentos a efectuar pela EDP no período 2011-2012, compreendem, entre outros, a deslocação de 1 posto de transformação existente no largo junto a sede da junta de Freguesia de Izeda, a construção de novos postos de transformação nas aldeias de Nogueira, Donai e Sortes, e o reforço da rede baixa tensão na aldeia de Carragosa.

Efectuou-se uma Candidatura ao QREN, através da Associação de Municípios da Terra Fria Nordeste Transmontano: "Redução da factura energética na rede de iluminação pública – instalação de reguladores de fluxo luminoso", no valor de 500.000€, na qual está prevista a instalação de 50 equipamentos em Postos de transformação da aérea urbana, que permitirá uma redução, de cerca de 30%, da facturação de iluminação pública.

3.2.2. Energia

No sector da energia será instalada, no Centro de Ciência Viva de Bragança, uma micro central hidroeléctrica destinada a autoprodução de energia eléctrica, utilizando o sistema adutor da antiga central eléctrica do Fervença. No âmbito deste projecto, serão instalados "interfaces" informáticos para fins didácticos.

Apostados numa política de contenção de despesa e de estratégia na utilização das energias alternativas, foi instalado nas piscinas municipais um sistema solar térmico, representando um investimento de cerca de 130.000 euros.

Foram, ainda, instaladas 4 unidades de microprodução com fonte de energia solar em outros tantos edifícios municipais.

Cientes da importância da poupança de energia e da necessidade de uma política energética concertada para o município, será elaborado, no primeiro trimestre de 2011, o "Plano de Acção para a Eficiência Energética do Município de Bragança". Este documento definirá as acções a desenvolver pelo município no futuro, tendo em vista a melhoria da eficiência energética.

No ano de 2009, foi executada uma intervenção de fundo na manutenção dos sistemas mecânicos das centrais de Gimonde, Montezinho e Prado-Novo. No ano de 2010, foram intervencionados os alternadores das centrais de Montezinho e Prado-Novo. Prevê-se no ano de 2011, o estudo para a instalação de limpa grelhas nas câmaras de carga das centrais hidroeléctricas de Montezinho e Prado-Novo, optimizando a operacionalidade das mesmas e por consequente a produção. Serão asseguradas as tarefas associadas à gestão dos semáforos com a instalação de equipamentos de tecnologia de LEDs minimizando assim os consumos de energia, das fontes luminosas, e outros equipamentos eléctricos e mecânicos sob responsabilidade da Câmara Municipal.

3.2.3. Estabelecimentos Industriais

Foi concluída a 1ª Fase da Zona Industrial de Mós, ao nível das infraestruturas necessárias, pelo que estarão disponíveis as condições necessárias para a instalação de novas empresas distribuídas por uma área total de lotes de 66.015,00m² e com uma área possível de construção de 29.679,00m². A localização privilegiada desta infraestrutura, próxima da cidade e a curto prazo servida com Nó de ligação à A4, será factor de dinamização e implantação de novas actividades industriais e consequentemente com a criação de novos empregos.

Tendo sido já adquiridos, pelo Município, os terrenos para a instalação do Centro de Inovação na zona da Trajinha e com a concretização da associação do BRIGANTIA ECOPARK – Parque de Ciência e Tecnologia, com sede no concelho de Bragança, associação esta que tem como objecto a promoção, lançamento e gestão, com vista a contribuir para o desenvolvimento económico da região em que se insere, através da instalação de empresas de base tecnológica, centros de investigação e do ensino superior, estão reunidas as condições para o desenvolvimento, inovação e competitividade da economia do concelho e da região.

Prevê-se que no decurso do ano de 2011, seja iniciado o processo de aquisição dos terrenos e inicio da obra – Ampliação da Zona industrial da cantarias fase II, desenvolvendo-se esta numa área de 20 ha, conforme previsto na Plano de Urbanização.

3.3. Transportes e Comunicações

3.3.1. Transportes Rodoviários

3.3.1.1. Rede Viária e Sinalização

Torna-se essencial assumir a mobilidade e a conectividade como factores importantes de competitividade, assegurando, numa perspectiva integrada e articulada, a construção e consolidação de uma malha viária que ligue os principais núcleos populacionais entre si, estabelecendo quer as necessárias conectividades com os pólos de desenvolvimento nacional e transfronteiriço, quer com os seus respectivos "hinterlands", alargando assim o mercado potencial dos principais núcleos e integrando na sua esfera de influência os centros urbanos de menor dimensão.

A mobilidade e conectividade são preponderantes na estratégia do Município de Bragança e relacionam-se directamente com o êxito ou inêxito de outras prioridades, das quais se refere a do desenvolvimento económico e da qualificação do sistema urbano e rural

Assim, neste capítulo prevê-se a execução das obras de Beneficiação e repavimentação da EM 521 de S. Pedro dos Sarracenos a Alfaião bem como, EM 537 de Santa Comba de Rossas a Rebordainhos.

Relativamente à segurança e informação rodoviária a mesma será acompanhada pela configuração de um SIG da Rede Viária, cadastrando o estado e características da rede viária e sinalética existente, optimizando as tarefas de manutenção e conservação da infra-estrutura.

O investimento previsto para a sinalização Rodoviária permitirá o reforço da inter-conectividade do concelho, sendo baseada numa solução simples, apreensível e de qualidade, que permita uma leitura global e organizada do sistema funcional proposto.

A sinalética na área rural pressupõe a retirada de toda a sinalética actualmente existente que, ao longo dos tempos, foi sendo instalada pelas diversas Juntas de Freguesia, no sentido de um encaminhamento mais eficiente dos automobilistas, sem no entanto, ter em consideração os normativos legais e funcionalidade da sinalética.

Sendo que 50% da área do concelho de Bragança está inserida no Parque Natural de Montesinho, a implementação de uma estratégia coerente a ajustada de sinalética direccional, permitirá a redução da perturbação visual na paisagem e reforço da uniformidade da sinalética, tendo como objectivo fundamental, prestar melhor informação aos turistas e à população em geral, beneficiando e valorizando a paisagem e o concelho enquanto destino turístico de elevada qualidade.

Quanto a novos investimentos, prevê-se a execução de diversas obras de repavimentação, beneficiação e alargamento, bem como a pavimentação de Caminhos Rurais, estando estes candidatados ao programa PRODER.

A estratégia concelhia de desenvolvimento sustentável e promoção da economia local, explanada no Plano de Desenvolvimento Integrado, a melhoria da competitividade dos territórios de baixa densidade será conseguida com a melhoria da acessibilidade local às propriedades e inter-conectividade dos territórios, nomeadamente através da melhoria dos caminhos rurais objecto desta candidatura.

Deste modo foram candidatados os seguintes projectos:

- **Projecto 1** - Caminho Rural do Zoio;
- **Projecto 2** - Caminho Rural de Vila Nova – Donai;
- **Projecto 3** - Caminho Rural de Rebordãos - Senhora da Serra;
- **Projecto 4** - Caminho Rural de Pinela - Vila Boa;
- **Projecto 5** - Caminho Rural de Quintanilha – Paradinha;
- **Projecto 6** - Caminho Rural de Cova de Lua – Soutelo;
- **Projecto 7** - Caminho Rural de Formil - Fontes Barrosas;
- **Projecto 8** - Caminho Rural Caminho do Lago.

3.3.1.2. Estacionamento

Quanto ao estacionamento de veículos ligeiros, problema importante na parte antiga da cidade, foi nos últimos anos encarado o processo com uma perspectiva de futuro, adoptando soluções estruturantes e com dimensão, recorrendo a soluções de construção de parques de estacionamento subterrâneo (parque da Praça Camões, parque da Praça Cavaleiro de Ferreira, parque do Mercado Municipal) e de superfície (parque do Cemitério de Santo Condestável, parque junto ás piscinas, parque da Catedral, parque do Castelo – Mata S. Sebastião), medidas estruturantes e que conjuntamente com os lugares de estacionamento

assegurados nas vias novas construídas, irão assegurar nas próximas décadas boas condições de estacionamento na cidade.

Tem-se verificado nos últimos 2 anos, uma estabilização nas receitas com os parques subterrâneos e estacionamento condicionado.

No inicio do ano de 2011, entrará em funcionamento o serviço de "crediparcometro" no estacionamento condicionado. Com este sistema, os utentes poderão pagar o estacionamento com a utilização de um cartão previamente carregado não sendo necessário o recurso a moedas.

Prevê-se a realização do estudo para instalação do sistema via verde no acesso aos parques de estacionamento subterrâneos.

O estacionamento, chegadas e partidas de autocarros, está também resolvido para décadas, fruto do investimento realizado e já finalizado com a construção da Estação Rodoviária, dotada de modernidade, segurança e conforto. Verifica-se, anualmente, em Bragança, um tráfego de mais de 20.000 saídas e entradas de autocarros e mais de 100.000 passageiros embarcados e desembarcados.

3.3.3. Transportes Aéreos

O aeródromo está em plena afirmação, que pode ser demonstrada pela recente certificação, pelo INAC, de vários serviços prestados por aquela infra-estrutura, nomeadamente, os serviços de informação aeronáutica (AFIS) e prestação de rádio ajudas.

Foi obtido parecer favorável do Instituto Nacional da Aviação Civil (INAC) na apreciação prévia de viabilidade da revisão do Plano Director do Aeródromo Municipal com aeronave crítica de projecto tipo Boeing 737-800 ou Airbus A320 sendo a primeira fase a realização dos Projecto de Execução da ampliação da pista de 1700 metros para 2300 metros, de requalificação dos equipamentos de apoio à navegação aérea e de reconversão dos edifícios de apoio de forma a tornar o aeródromo num Aeroporto Regional, garantindo assim o desenvolvimento e a diversificação da oferta de Bragança na área das acessibilidades. Foi também efectuado o Estudo-Prévio de Impacto Ambiental referente ao plano director.

Estão a decorrer obras de ampliação da placa de estacionamento/circulação, em 15.000 metros quadrados, para acesso à nova zona de hangaragem.

Por forma a dar cumprimento ao novo QUADRO legal, no decorrer do ano de 2011, proceder-se-á à implementação de um sistema de gestão e segurança no aeródromo municipal, que contempla a elaboração dos seguintes documentos: - Manual de Aeródromo; Manual de procedimentos do Serviço de Salvamento e Luta Contra Incêndios; e a revisão dos actuais Planos de Emergência e de Segurança.

3.4. Comércio e Turismo

3.4.1. Mercados e Feiras

Apesar de, já terem sido feitas grandes melhorias no actual espaço da feira, tanto na pavimentação como no ordenamento, prevê-se iniciar no decurso do ano de 2011 o processo de instalação definitiva da feira no espaço das antigas casernas do ex-BC3, agregando toda a feira (ambulante e venda de produtos da terra) à volta do Mercado Municipal, garantindo, assim, a realização da feira em espaço definitivo e fechado. Pretende-se que este espaço venha a ser tratado urbanisticamente de modo a assegurar uma utilização multiusos, requalificando um espaço actualmente de baixa qualificação, com a vantagem de agregar à envolvente da Catedral um espaço mais nobre.

As feiras de Artesanato e das Cantarinhas constituem eventos de referência a nível regional e nacional, que continuarão a obter o apoio da autarquia bem como outras feiras temáticas (Norcaça, Norpesca e Norcastanha) impulsionadoras do comércio e da valorização dos produtos locais.

Uma aposta reforçada na Norcastanha permitirá alavancar toda a fileira de um produto que é determinante na economia agrária do nosso concelho.

3.4.2. Turismo

A elevada qualidade ambiental e paisagística, a riqueza monumental e cultural, a gastronomia, o artesanato, a hospitalidade das nossas gentes, permitem uma oferta diversificada junto do potencial turista que procura o concelho de Bragança como destino de férias.

A dimensão cultural e a qualidade patrimonial existentes em Bragança são uma alavanca para o desenvolvimento local, permitindo dinamizar actividades que representem uma mais valia para a economia do concelho.

Bragança tem criado as condições necessárias para se diferenciar como um destino turístico de eleição capaz de fidelizar e incentivar a procura de potenciais turistas nacionais e

estrangeiros de modo a que estes permaneçam na região, dinamizando a economia através do sector do turismo.

O Centro de Arte Contemporânea Graça Morais, o Museu Ibérico da Máscara e do Traje, o Museu Abade de Baçal e o Museu Militar constituem hoje uma oferta turística de referência na região, contribuindo assim para uma maior atractividade da cidade.

Aliado a este facto, a organização de eventos e actividades culturais como a Bienal da Máscara, o Carnaval dos Caretos, a Festa da História e a Norcaça, Norpesca e Norcastanha são mais que motivos para a cidade de Bragança se projectar como um factor de motivação de visita.

O Centro de Arte Contemporânea Graça Morais contribuiu também para uma maior notoriedade da cidade quando este equipamento em 2009 ganhou o prémio internacional de arquitectura e em 2008 recebeu a Menção Honrosa na categoria de requalificação projecto público no âmbito do Prémio de turismo de Portugal, ajudando assim para a criação de um núcleo de visitantes que se deslocam a Bragança com o intuito específico de visitar/conhecer este equipamento cultural.

Com a aquisição do edifício contíguo ao Centro de Arte Contemporânea Graça Morais, pretende-se instalar aqui ao nível do rés-do-chão, um posto de turismo central em colaboração com a Entidade de Turismo Porto Norte Portugal, para facilitar o acesso à informação por parte dos turistas e permitir uma maior agilização da informação prestada.

Elaborado e publicado, em 2009, e reeditado em 2010 em três línguas o Guia Vive e Descobre Bragança, com a colaboração da editora Everest, foi divulgado e distribuído em vários locais da cidade. Este guia integra vários itinerários de visita na cidade e algumas sugestões de percursos no concelho. De acordo com estes percursos, pretende-se, que em 2011, durante a Primavera e Verão, quinzenalmente, seja oferecida a actividade "Conhecer o património", com visitas guiadas junto das instituições sem fins lucrativos.

Pretende-se, também, elaborar a edição de material de promoção turística, ajustada às necessidades, para colocação em diversos espaços, nomeadamente estabelecimentos de hotelaria e restauração.

Para o ano de 2011 continuaremos a colaborar com as Instituições, directa ou indirectamente, ligadas ao sector do turismo, com as Câmaras Municipais do distrito, por forma a reforçar a divulgação dos recursos turísticos dos concelhos, nos municípios vizinhos da Província de Zamora, potenciando as relações que podem ser geradas a partir da Comunidade de Trabalho

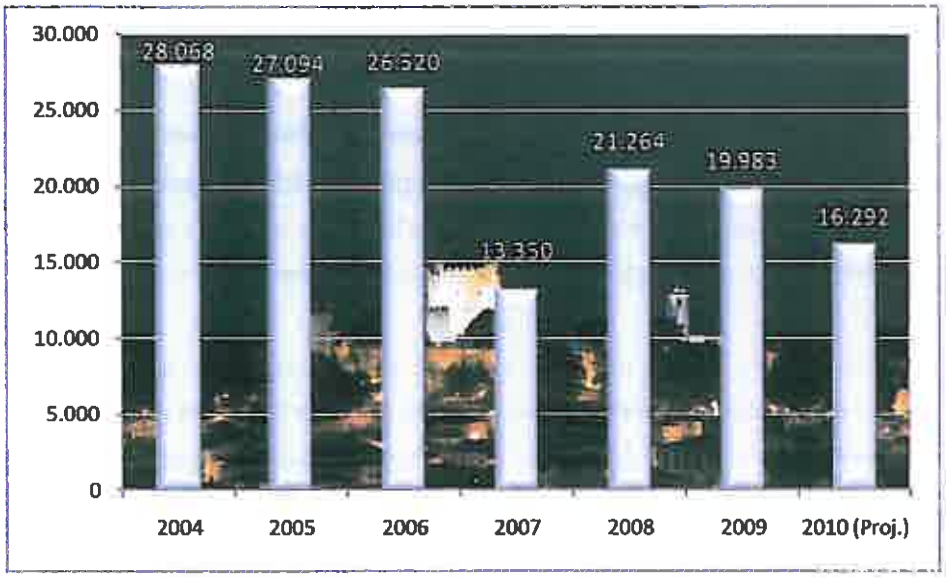
Bragança/Zamora, em articulação com a Comunidade de Trabalho Norte de Portugal/Castela e Leão, também no âmbito da Associação das Cidades do Eixo Atlântico do Norte Peninsular, no sentido da promoção eficaz da região num espaço mais amplo de cooperação.

Será incentivada a promoção dos recursos gastronómicos do concelho, através da realização da semana gastronómica, da castanha, caça e pesca.

No 1º trimestre do ano de 2011, será instalado um serviço de áudio-guia, em três línguas estrangeiras, para melhor servir os turistas, nomeadamente os estrangeiros, que assim poderão conhecer melhor os locais de maior interesse patrimonial e cultural da cidade.

O gráfico seguinte apresenta a evolução do número de turistas atendidos no posto de turismo municipal, desde 2004 até ao final do presente ano (atendimentos efectivos até Outubro e projecção para Novembro e Dezembro):

GRÁFICO 14: Evolução do n.º de turistas atendidos no Posto de Turismo Municipal (2004-2010)



8. Colaboração com as Juntas de Freguesia

Daremos continuidade à cooperação com as Juntas de Freguesia, apoiando-as técnica e financeiramente. Assente numa postura exigente ao nível da utilização dos recursos e no âmbito das suas competências promovendo a colaboração noutras áreas, desde a recuperação do património, construção de infra-estruturas, pavimentação de arruamentos, construção de equipamentos colectivos, arranjo e limpeza de caminhos, ampliação e requalificação de cemitérios, construção e reabilitação de pontões, promoção económica das actividades tradicionais, construção de sedes de Junta de Freguesia, construção de centros de convívio, arranjo de largos e outros trabalhos de requalificação, fazendo-o com qualidade e de forma criteriosa, no sentido da melhoria da qualidade de vida e do bem-estar do maior número de cidadãos.

As transferências previstas neste orçamento para apoiar financeiramente a actividade das Juntas de Freguesia são no valor de 1.167.600,00 euros, sendo 61.700 euros para despesas correntes e 1.105.900,00 euros de transferências de capital, incluindo estas, o valor das transferências contempladas no PAM (450.000,00 euros).

Comparativamente ao valor orçamentado no ano de 2010 – 1.151.600,00 euros, e pese embora o corte de 8,6% nas transferências que o Governo efectuará para as autarquias, no decurso do ano de 2011, o Município de Bragança continuará a apoiar financeiramente as Juntas de Freguesia, por considerar que estas são um parceiro estratégico para a promoção da coesão territorial e bem-estar dos cidadãos, pelo que as transferências para estas entidades são objecto de um aumento de 1,4%.

De referir que as verbas de capital previstas, no quadro 21, apenas serão transferidas com base na justificação prévia de aplicabilidade em investimentos concretos e validados pelo Município.

De registar que no corrente ano de 2010, até 30 de Setembro, as transferências de capital operadas para as Juntas de Freguesia, foram de aproximadamente 1.038.000,00 euros.

O PAM traduz um conjunto significativo de investimento a realizar na área rural, sendo de destacar:

- Pavimentações e/ou repavimentações de estradas;
- Apoio à construção de Sedes de Junta de Freguesia, Centros de Convívio, polidesportivos e regadios tradicionais;
- Requalificação de largos;
- Realização de obras de beneficiação em vários cemitérios;

É ainda de referir que, o parque de máquinas e equipamento do Município está, no essencial, ao serviço da resolução das necessidades da população da área rural.

QUADRO 21: Transferências de Capital para as Freguesias (Valores: euros)

Freguesias	Valor
ALFAIÃO	5.300
AVELEDA	9.700
BABE	6.400
BAÇAL	7.100
BRAGANÇA (SANTA MARIA)	21.300
BRAGANÇA (SÉ)	77.000
CALVELHE	5.200
CARRAGOSA	6.000
CARRAZEDO	5.800
CASTRELOS	4.900
CASTRO DE AVELÃS	5.000
COELHOSO	6.800
DEILÃO	7.200
DONAI	5.600
ESPINHOSELA	7.800
FAÍLDE	4.600
FRANÇA	9.300
GIMONDE	5.300
GONDESENDE	4.500
GOSTEI	6.500
GRIJÓ DE PARADA	7.300
IZEDA	10.800
MACEDO DO MATO	5.700
MEIXEDO	4.300
MILHÃO	5.900
MÓS	4.600
NOGUEIRA	5.500
OUTEIRO	8.000
PARADA	9.700
PARADINHA NOVA	4.700
PARÂMIO	6.300
PINELA	5.900
POMBARES	3.500
QUINTANILHA	6.300
QUINTELA DE LAMPAÇAS	6.000
RABAL	5.500
REBORDAÍNHOS	4.700
REBORDÃOS	7.500
RIO FRIO	7.000
RIO DE ONOR	6.700
SALSAS	7.500
SAMIL	6.300
SANTA COMBA DE ROSSAS	4.900
S. JULIÃO DE PALÁCIOS	7.200
S. PEDRO DOS SARRACENOS	5.200
SENDAS	5.300
SERAPICOS	6.600
SORTES	6.000
ZOIO	5.700
Total Geral	**391.900**

9. Colaboração com as Associações

Sendo essencial a participação dos cidadãos na vida da comunidade, o reforço da cidadania activa e a construção de uma maior solidariedade este Município apoia as Associações, com verbas significativas, as actividades de âmbito cultural, desportivo, recreativo e social - incidindo uma parte significativa destas verbas no apoio à construção e conservação de equipamentos. Estas acções/ actividades têm por base acordos de colaboração previamente celebrados.

No âmbito da colaboração com as Instituições sem fins lucrativos, o valor orçamentado tem em 2011 um crescimento de, aproximadamente, 4,78% verificando-se em termos absolutos um aumento de 61.500,00 euros. Assim, estão previstas transferências de verbas no valor global de 1.369.000,00 euros, sendo 830.000,00 euros de origem corrente e 539.000,00 euros de capital. Destes montantes, 979.000,00 euros encontram-se reflectidos no Plano de Actividades Municipal.

Às instituições particulares de solidariedade social (IPSS) continuaremos a prestar uma atenção especial tendo em conta o trabalho que desenvolvem a favor dos mais esquecidos, marginalizados e excluídos socialmente do processo de desenvolvimento e daqueles que, por impossibilidades físicas e outras, necessitam de apoios especiais.

Neste âmbito, em parceria com outras instituições, estão inscritas verbas para reabilitação de habitações de famílias carenciadas, para a construção de centros de convívio de associações e para apoiar a construção de centros de dia e lares de terceira idade.

Continuando a colaborar com as Comissões Fabriqueiras contribuiremos para a recuperação do património religioso edificado, um dos mais proeminentes na área do Município.

10. Participações detidas pelo Município em outras Entidades

O Município de Bragança integra ou participa, no âmbito das suas competências, no capital social das seguintes empresas:

QUADRO 22: Entidades societárias participadas

Denominação das entidades societárias participadas	Participação subscrita	
	Valor	%
Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro, S.A.	1.070.867,00 €	3,82
Laboratório Regional de Trás-os-Montes, Lda.	3.741,00 €	4,55
Mercado Municipal de Bragança, E.M.	1.648.027,82 €	100,00
Munícipia - Empresa de Cartografia e Sistemas de Informação, S.A.	24.950,00 €	0,77
PENOG - Parque Eólico de Nogueira, Lda.	2.000,00 €	4,00
Resíduos do Nordeste, E.I.M.	18.500,00 €	37,00
Terra Fria Carnes, Lda.	505.000,00 €	100,00

Integra, ainda, as seguintes associações:

QUADRO 23: Entidades não societárias participadas

Denominação das entidades não societárias	Participação subscrita e/ou realizada / Quota Anual		Observ.
	Valor	%	
AMTAD - Associação de Municípios de Trás-os-Montes e Alto Douro			
AMTFNT - Associação de Municípios Terra Fria do Nordeste Transmontano	71.220,28 €		0,5% sobre as transferências do OE para o MB, cf. nº 1 do artº 30.º dos Estatutos da Associação
ANMP - Associação Nacional de Municípios Portugueses	5.435,00 €		
Associação "Fórum Ibérico das Cidades Amuralhadas"	450,00 €		
Associação "Cidades Saudáveis"	1.994,17 €		Quota de 0,014% sobre as transferências do OE para o MB
Associação "Amigos de Pedro e Inês"			
Associação Centro Ciência Viva de Bragança			
Associação de Municípios de Fins Múltiplos – Comunidade Intermunicipal de Trás-os-Montes – CIM-TM	42.326,89 €		
Associação do Eixo Atlântico do Noroeste Peninsular	6.000,00 €		
Associação Norte Cultural	498,80 €		
Associação para o desenvolvimento do Brigantia Ecopark – Parque de Ciência e Tecnologia	100.000,00 €		50% do Fundo Social da Associação (200 UP - cada UP 500,00€)
Associação para o desenvolvimento do Rágia Douro Park – Parque de Ciência e Tecnologia	2.000,00 €	0,04	
Associação Portuguesa dos Municípios com Centro Histórico	548,88 €	0,88	
Associação Técnica e de Municípios da Via Rápida Léon - Bragança	500,00 €		
Associação "Agência de Energia de Trás-os-Montes"			
Corane - Associação de Desenvolvimento da Raia Nordestina			Participação detida pela e através da AMTFNT - Associação de Municípios Terra Fria do Nordeste Transmontano
Entidade Regional de Turismo do Norte "Turismo do Porto e Norte de Portugal"	1.500,00 €		
Associação do Parque de Ciência e Tecnologia do Porto (PortusPark)	10.000,00 €		
Agrupamento Europeu de Cooperação Territorial ZASNET			no qual o Município participa através da AMTFTNT